

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JOÃO BAPTISTA DE JOVITA**

---

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS  
REGIONAIS COM A ÁFRICA DO SUL (1975-2002)**

**SÃO PAULO**

**2022**

**JOÃO BAPTISTA DE JOVITA**

---

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS  
REGIONAIS COM A ÁFRICA DO SUL (1975-2002)**

**Versão Corrigida**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Luís Moreli Rocha

**SÃO PAULO**

**2022**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação  
Seção Técnica de Biblioteca  
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Jovita, João Baptista de  
A política externa de Angola: uma análise das dinâmicas regionais com a África do Sul 1975-2002 / João Baptista de Jovita; orientador: Alexandre Luís Moreli Rocha. -- São Paulo, 2022.  
130 p.

Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

1. Política externa 2. Angola 3. África do Sul 4. Dinâmicas regionais  
I. Rocha, Alexandre Luís Moreli, orient. II. Título.

CDD – 327.673068

Responsável: Giseli Adornato de Aguiar - CRB-8/6813

*“(...) em certo ponto as aflições serão superadas pelas conquistas. Confie! (...) essa perda é irreparável,  
(...) não sei se há algum consolo para isso (...) eterno Yoane Lulendo M. de Jovita”*

*= Walber Schwartz– 2021 =*

## AGRADECIMENTOS

A realização desta tese é resultado de diversos contextos conjugados de infinitas provações de fé e amor no âmbito acadêmico e pessoal, do qual devo o meu profundo agradecimento ao *Nzambi-a-Mpungu Tulendo*, que por intermédio de meus ancestrais: *Tata Gonda Wasilua Wangitukulu*, *Tata Simón Kimbangu*, *Ndona Kimpa Vita*, *Nganga*, *Nguza ye Mbasi*, têm me consagrado vitórias com infinito amparo e amadurecimento espiritual na base da “Igreja Cristã União Espírito Santo/ECUSE (*Mpeve-ya-n’longo*) e das Testemunhas de Jeová”.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Alexandre Luís Moreli Rocha, pela amizade, amadurecimento acadêmico, profissional e pelo interesse em orientar estudante estrangeiro cuja temática se constituiu de desafio e superação. Muito obrigado professor!

De igual modo, agradeço aos Professores: Filipe Loureiro, Igor Castellano da Silva que integraram a banca de qualificação que muito contribuiu no andamento da pesquisa e a conclusão da tese.

Na África do Sul agradeço a Profa. *Amy Niang* que desde 2019 no IRI-USP, se disponibilizou em apresentar acadêmicos e literatura sul-africana referente.

No Brasil, agradeço os Professores: Letícia Pinheiro, Isabela Ramanzini, Sylvio Andreozzi, Rogério de Souza Farias, Janina Onuki, Pedro Filiu, Amâncio de Oliveira, Cristine Zanella, Sandra Cardozo, Filipe Mendonça, Heitor Ambrósio e Haroldo Ramanzini Júnior, aos colegas Laurindo Tchinhama, Vasco Suamo, e anônimos pelas reflexões minuciosas ao longo deste percurso acadêmico e intelectual. Também sou muito grato à Consuelo Schliebe pelo acompanhamento psicológico ao longo dos intensos anos de doutorado, à FUNAG pela doação de títulos produzidos internamente que teve importância fundamental na tese.

Em Angola, agradeço ao Tenete-General Miguel Domingos Júnior Director do Instituto Superior Técnico Militar de Angola (ISTM), pelo acompanhamento pessoal e incentivo em proporcionar fontes valiosas, conselhos profissionais e acadêmicos.

Os agradecimentos também se estendem ao Comandante Cunha – General, que na qualidade de antigo Chefe Co-Fundador da Polícia da República do Governo do presidente Agostinho Neto, aos 22 anos assumiu a responsabilidade da Polícia do Corpo Presidencial e do Corpo Diplomático e durante 1975 e 1982 ter sido responsável pelo

Arquivo Histórico Nacional actual Arquivo Nacional de Angola. Partilhou experiências e memórias diversas dos processos da construção e reconstrução de Angola.

De igual modo, agradeço ao Doutor Kiamvu Tamo – Professor Titular da Universidade 11 de Novembro em Cabinda, pelas reflexões e conselhos técnico-científicos sobre a escrita durante a pesquisa de campo em Angola -Uíge.

O ambiente de família e amigos que partilhei desde infância, conferiu determinação para prosseguir esse projeto acadêmico. A fase final do doutorado teve a participação especial, de um filho que amei mas não pude tê-lo em meus braços – o anjo que será de minha eterna espera e admiração o nosso primogénito - “*Yoane Lulendo Mateus de Jovita*” - *in memoriam* (...) obrigado filho.

À família “*Makubikwa* e Jovita”: Joana, Nsimba (Gleba), Nzuzi, *N’landu* Celestina, Albertina, Ndidila, Tembe, Isabel (*Nyongo*), Tekassala, Sawa, Frederico (*in memoriam*), Pedro (*Nguida*) e a eterna mana Rosita *Nzita*, por compartilhar e possibilitar-me uma infância segura e feliz! apesar de todo contexto vulnerável de conflitos que o país (Angola) atravessou.

Às sobrinhas, Adelina, Ía, Ana, Geni, Clarice, Linda, Nelma, Jovita, Gêmeas, Dádiva, John, Rosa de Fátima aos *Eternos* Bozi, Dulce, Nelly, e Descartes.

Ao exército da linha de frente, pessoas com as quais tenho muita gratidão por terem impactado e dedicado a fiscalização do meu projeto acadêmico: Isabel J. B. de Jovita, Afonso *Makwanza*, Rosa Cristina, Isabel Pobre, *Témbwa Zozo*, Garcia Rafael, Elisa *Dilu* Jinga, Samuel Miranda, Honorine Pinto, Maria da Silva, Acelga Traudia, Eurico Ngunga, Cláudia Rosa, Celso Miranda, Melo Jinga, Verónica Manuel, Rodrigo de Sousa, Edna Jinga, Domingos Buanga, José da Silva, Videira Teca, João Ricardo - *Koko Nzombo*.

Também, sou muito grato à diáspora africana no Brasil, à comunidade virtual de pesquisadores bolsistas da Capes pela força e doação da *Vakinha-2021*, ao coletivo Afrobrasileiro, à UFU e USP onde partilhei experiências memoráveis durante a minha estada no Brasil.

Aos professores e professoras que cruzaram a minha formação.

Aos Professores Adriana Schor, Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini e Carlo Patti, pelas sugestões e avaliações que se fizeram fundamentais enquanto membros da banca.

Ao Estado Brasileiro que através de Programas de cooperação e na base da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, vem contribuindo na formação efetiva

de recursos humanos altamente qualificados para Angola. A equipe de manutenção e limpeza da USP por nos proporcionar um ambiente sadio e confortável.

À minha amada filha Misaela Kimbangu Mateus de Jovita meu duplo presente.

Meus profundos agradecimentos a minha amada esposa, amiga e companheira Elisa Síria *Kabedi* Mateus de Jovita, por ter investido muito amor, oração, dinheiro, e claro! não ter desistido de nós apesar de todas as tribulações.

Aos eternos avós (*in memoriam*) Celestina *N'landu*, António *Mavakala*, José Miguel *N'kanga*, Maria Albertina e Rosita *N'zita*.

Aos digníssimos pais João Baptista *Makubikua* (*Mbamanga*) e Jovita José (*Wolo*)... “*N'sambu ye Ngalasa, wa dyata tadi dya budika, wa vova dyambu ditonda m'fumu ye n'ganga, wiza vovela yetu, ye kinkulu*”.

Meus sinceros agradecimentos à Fundação Dr. António Agostinho Neto (FAAN) por ter mobilizado infraestrutura e recursos diversos durante a minha pesquisa de campo, facilitando o acesso de documentos, manuais e contatos diversos em Angola e na África Austral em geral.

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no âmbito do Programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), cujo sem o suporte material e financeiro este trabalho não teria sido realizado.

## RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo e análise aspectos da política externa de Angola no contexto da África Austral. Tem-se como objetivo examinar como e por quais razões Angola constrói a sua política externa em relação a África do Sul durante e no pós-Guerra Fria mas também considerando a temporalidade da Guerra Civil angolana. A presente Tese constrói-se com intuito de demonstrar que o relacionamento de Angola com a África do Sul passou pela complexidade do sistema intrarregional plasmado pelos impactos da Guerra Fria, do seu abrupto encerramento, bem como pela interação com os Estados africanos nos tempos históricos e crises examinadas. Entende-se assim, como Angola pode identificar, construir e consolidar as bases de sua inserção internacional. Ao mesmo tempo, observa-se ter a África constituído um dos principais palcos de disputas geoestratégicas pericêntrica entre o final do século XX e início do século XXI. Em meio a esse contexto, Angola e África do Sul passam a conduzir um jogo de disputas político-militares e diplomáticos na base de alianças domésticas, intra e extrarregionais, contexto que se traduziu numa escalada de elevados e determinantes investimentos em defesa e segurança para ambos os países. Como resultados esperados, entende-se que o relacionamento de Angola com as grandes potências (URSS e EUA), constitui fator fundamental para analisar e compreender a sua inserção internacional em diferentes níveis, devendo estar fundamentalmente presente quando se considera a política de Luanda para a vizinha África do Sul.

**Palavras-chave:** Angola. Política Externa. África do Sul. Dinâmicas Regionais.



## **ABSTRACT**

This thesis aims to study and analyze aspects of Angola's foreign policy in the southern African context. Its objective is to examine how and for what reasons Angola builds its foreign policy towards South Africa during and after the Cold War. But also considering the temporality of the Angolan Civil War. This thesis is built with the aim of demonstrating that the relationship between Angola and South Africa went through the complexity of the intraregional system shaped by the impacts of the Cold War, its abrupt closure as well as by the interaction with African States in the historical times and crises examined. Thus, it is understood how Angola can identify, build and consolidate the bases of its international insertion. At the same time, it is observed that Africa constituted one of the main stages of pericentric geostrategic disputes between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century. In the midst of this context, Angola and South Africa began to conduct a game of political-military and diplomatic disputes based on domestic, intra and extra-regional alliances, a context that resulted in an escalation of high and decisive investments in defense and security for both the countries. As expected results, it is understood that Angola's relationship with the great powers (USSR and USA) is a fundamental factor to analyze and understand its international insertion at different levels, and must be fundamentally present when considering Luanda's policy for neighboring South Africa.

**Key-words:** Angola. Foreign Policy. South Africa. Regional Dynamics.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Arquivo Nacional de Angola
ANC	Congresso Nacional Africano
BNA	Banco Nacional de Angola
CAENI	Centro de Estudos das Negociações Internacionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA-CE	Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEE-EMG	Centro dos Estudos Estratégicos do Estado Maior General
CEE-EMG	Centro dos Estudos Estratégicos do Estado Maior General
CFPCP	Comissão Federal do Partido Comunista Português
CIA	Central Intelligence Agency
CICA	Conselho de Igrejas Cristãs em Angola
CLIP	Comissão de Luta contra o Imperialismo Português
DEIM	Direção de Estudos e Investigação Militar
ELF	Estados da Linha de Frente
ELNA	Exército de Libertação de Angola
EMG	Estado Maior General
ESG	Escola Superior de Guerra (Angola)
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
FAAN	Fundação Dr. António Agostinho Neto
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FAR	Forças Armadas Revolucionárias
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
IDN	Instituto de Defesa Nacional de Angola
IEBA	Evangélica Baptista em Angola
IEBA	Igreja Evangélica Baptista em Angola
IRI/USP	Instituição de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo
ISTM	Instituto Superior Técnico Militar

ISTM-FAA	Instituto Superior Técnico Militar das Forças Armadas Angolanas
JURA	Juventude Unida Revolucionária de Angola
KGB	Comité de Segurança do Estado
Labmundi	Laboratório da História Global e das Relações Internacionais
LAC	Luanda Antena Comercial
LIMA	Liga da Mulher Angolana
MIA	Movimento para Independência de Angola
MINA	Movimento para Independência Nacional de Angola
MIREX	Ministério das Relações Exteriores de Angola
MONUA	Missão das Organização das Nações Unidas em Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAE	Programa de Aperfeiçoamento de Ensino
PCA	Partido Comunista de Angola
PDA	Partido Democrático de Angola
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADF	South African Defence Force
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
TPA	Televisão Pública de Angola
UNAVEM	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos do Norte
UPNA	União dos Povos do Norte de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZANU	União Nacional Africana do Zimbábue

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	IX
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<i>Revisão de literatura</i> .....	17
<i>Hipóteses de Trabalho e Construção dos Argumentos</i> .....	21
<i>Fontes</i> .....	22
<b>CAPÍTULO I –CONTEXTUALIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES</b> ...25	
<b>1. Relações bilaterais de Angola e África do Sul</b> .....	26
1.1- <b>Conjunturas históricas da emergência internacional de Angola</b> .....	26
1.2- <b>Atores</b> .....	29
1.2.1- <i>Locais</i> .....	29
1.2.2- <i>Estatais e Regionais</i> .....	31
1.2.3- <i>Extrarregionais</i> .....	32
<b>1.3. – Conflitos</b> .....	34
1.3.1- <i>Contexto angolano</i> .....	38
1.3.2- <i>Contexto Regional</i> .....	40
1.3.3- <i>Contexto Global</i> .....	42
<b>CAPÍTULO II - AS CONDICIONANTES DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DE ANGOLA</b> .....	44
<b>2.1 Condicionantes Externos de Angola: Regionais e Sistêmicas Internacionais</b> ...47	
2.1.1- <i>A Guerra Fria</i> .....	47
2.1.2- <i>Outras Relações Regionais</i> .....	50
<b>2.2- Condicionantes Internos de Angola</b> .....	50
2.2.1- <i>Angola em Busca de uma Política Externa</i> .....	51
2.2.2- <i>A guerra como fenômeno social no contexto angolano</i> .....	54
2.2.3- <i>A guerra de independência</i> .....	56

2.2.4- <i>A Guerra de Legitimidade: FAPLA- MPLA, FALA-UNITA e ELNA-FNLA</i> .....	60
2.2.5- <i>A guerra de Status quo: 1991-2002</i> .....	64
<b>2.3- As principais lideranças da política doméstica angolana</b> .....	65
2.3.1- <i>Panorama geral</i> .....	66
2.3.2- <i>Holden Roberto</i> .....	69
<i>O Percurso Político</i> .....	70
<i>O projeto político</i> .....	70
2.3.3 - <i>Agostinho Neto</i> .....	71
<i>O percurso político</i> .....	72
<i>O projeto político</i> .....	73
2.3.4- <i>Jonas Savimbi</i> .....	73
<i>O percurso político</i> .....	74
<i>O projeto político</i> .....	75
2.3.5- <i>Ambientes de Sociabilidade Institucional</i> .....	75
<b>CAPÍTULO III- A DINÂMICA REGIONAL DE PODER: ANGOLA E ÁFRICA DO SUL</b> .....	80
<b>3.1- Diplomacia do confronto: coalizões e disputas regionais</b> .....	84
3.1.1. <i>Contextualização</i> .....	84
3.1.2. <i>Processos, Motivações e Atores</i> .....	87
<b>3.2 - Redimensionamento regional: a Batalha de Kifangondo</b> .....	90
3.2.1- <i>A Batalha de Kifangondo 1975</i> .....	91
3.2.2- <i>Antecedentes</i> .....	92
3.2.3- <i>Desdobramentos</i> .....	95
<b>3.3- O Redesenho geopolítico regional: a Batalha de Cuito Cuanavale</b> .....	99
3.3.1- <i>Antecedentes</i> .....	100
3.3.2. <i>Desdobramentos</i> .....	103
<b>3.4- O sentido político-diplomático e militar dos Acordo de Nova York (1988)</b> ... 107	
3.4.1- <i>Os Acordos de Bicesse (1991): soluções internas implicações externas</i> .....	111

<i>3.4.2. O memorando de Paz de Luena 2002: estabilização</i> .....	113
<b>CONCLUSÃO</b> .....	114
<b>FONTES</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	124

## INTRODUÇÃO

A avaliação dos processos históricos que permearam recentemente as relações políticas e estratégicas na África Austral constitui-se indispensável no entendimento das relações do mundo com as sociedades que vivem nesses espaços africanos. A grande conjuntura da Guerra Fria, em sua vertente estratégica e de disputas ideológicas, como bem lembra Arne Westad (2019, pp. 9-10, 39 e 49), apresenta-se como elemento essencial em tais reflexões.

Os caminhos seguidos pelas sociedades africanas, entretanto, bem como as alianças celebradas dentro de tais embates bipolares, nem sempre foram claros ou constantes, demandando análises mais profundas de suas experiências nas relações internacionais contemporâneas. De fato, apesar da bipolarização instituída no cenário internacional, faz-se importante considerar adicionalmente, por exemplo, o lugar e as oportunidades criadas pelo Movimento dos Não-Alinhados. Conforme ressaltado no discurso de Patrice Lumumba, então Primeiro-Ministro congolês, na abertura da Cimeira Pan-africana de Ministros de Negócios Estrangeiros em 25 de agosto de 1960:

para nós, não há bloco ocidental ou comunista, mas nações, que em função do seu posicionamento com África nos ditarão a nossa atitude. Foi isto, que optamos pela política do neutralismo positivo, a única política válida, que nos permite afirmar nossa personalidade e a dignidade humana (N'GANGA (2008, p.87).

As evoluções e nuances foram tão complexas que mesmo tais variações não alinhadas, supostamente vantajosas, sofreram reveses e descontinuidades. Assim, por exemplo, manifestou-se Gadafi quando da 8ª Conferência dos Não-Alinhados em Harare –Zimbabwe: “Eu proponho o fim do Movimento dos Países Não-Alinhados, que já não tem qualquer finalidade prática (BRENER (1987, n.p.)”.

Se eixo estruturante comum houve nessa conjuntura foi a de uma relação dialógica central na evolução das realidades locais, regionais e mundiais nas quais as sociedades africanas se manifestavam ou se inseriam<sup>1</sup>. De fato, tornando ainda mais intrincada as relações internacionais da África Austral, é preciso considerar o importante peso das ações de lideranças locais que emergiam, na segunda metade do

---

<sup>1</sup> SCHMIDT (2013; WESTAD, 2019).

século XX, dos processos de independência (LUMUMBA (1962), WESTAD (2005), VISENTINI (2012) e SCHMIDT (2013).

Em nível global, contexto fundamental do período para que tais processos se desenvolvessem foi o do multilateralismo político, particularmente institucional das Nações Unidas, em que reivindicações pela descolonização, pelo desarmamento e pelo desenvolvimento ganhavam cada vez mais força (N'GANGA (2008, pp.91-98), KENT'S (2010) e WEISSMAN'S (2010).

Finalmente, no nível regional da África Austral, faz-se necessário levar em conta as ações políticas e militares de lideranças da África do Sul, como quanto aos processos de independência de Moçambique, Namíbia e, como centro de atenção neste trabalho, de Angola. Tendo um processo de independência consolidado na primeira metade do século XX, o governo sul-africano pode preparar e projetar regionalmente influência enquanto imensa parte dos demais territórios vizinhos tinham seus rumos políticos determinados pelas capitais metropolitanas.

A luta das diversas forças angolanas pela independência, revelou-se como conjuntura fundamental na evolução da inserção internacional africana quando percebida como a constranger uma zona de poder sul-africana, criando tensões duradouras e que atravessaram décadas entre o final do século XX e o início do século XXI. Apenas quando se considera tal complexo contexto é que se faz possível entender as razões das ações, na África Austral, de forças estrangeiras como a cubana, a soviética e a estadunidense diante de atores (e por meio de atores) como as FALA-UNITA, as FAPLA-MPLA e o próprio governo sul-africano.

Sobre o assunto diversos autores como: Miguel Júnior (2007, 2015, 2019), José (2011); Schmidt (2013), Ginga (2014), Perreira (2016), Visetini (2012, 2016), Sousa (2016), Castellano da Silva (2015, 2016, 2017), Ramos (2018), destacam que enquanto a afirmação política e militar da África do Sul já se encontrava estruturada. O autores Anstee (1997), Malaquias (1999, 2011), Gleijeses (2003, 2013), George (2005) ressaltam que Angola enfrentou complexos e trágicos processos de lutas de independência e libertação nacional, nos quais se destacaram três movimentos: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Enquanto tiveram que adotar estratégias combinadas de guerrilhas revolucionárias e enfrentar boicotes internacionais, os mesmos travaram uma longa luta armada contra Portugal desde 1961 até o ano de 1974, quando tais reivindicações tiveram o caminho



cruzado pela Revolução dos Cravos, precipitando a ruptura política entre a metrópole e os territórios coloniais.

As inconsistências dos Acordos de Alvor, instrumentos políticos e normativos criados para conduzir os processos de transição entre Portugal e os três movimentos representando Angola em 1975, aumentaram o clima de insegurança durante o período de transição política.

O aprofundamento das rivalidades entre os líderes de tais movimentos, encaminhando-os para o distanciamento e afastando-os da construção de uma frente única, também aprofundou uma crise que se manifestava dentro das fronteiras do novo Estado soberano, mas também tangencialmente a elas.

O próprio fracasso da sinergia dos movimentos que lutaram pela independência tornou-se força essencial no entendimento das relações internacionais da África Austral na segunda metade do século XX, sobretudo enquanto potencializador das guerras regionais, merecendo também análise destacada neste trabalho. A divisão de forças dentro da própria sociedade angolana, na verdade, revelou-se como fraturas a serem trabalhadas por potências estrangeiras como Cuba, África do Sul, Zaire (hoje República Democrática do Congo-RDC), URSS e EUA, aumentando a complexidade das alianças e tornando os conflitos políticos e militares mais duradouros.

Os resultados da análise aqui proposta pretendem, assim, oferecer uma contribuição para um melhor entendimento das relações internacionais na África Austral ao concentrar-se nas dinâmicas regionais de guerra, particularmente na evolução das relações de Angola com a África do Sul e, mais particularmente ainda, no papel das lideranças e nas dinâmicas em torno das batalhas de Kifangondo, em 1975, e de Cuito Cuanavale, de 1987 a 1988, que, como tentaremos demonstrar, tanto resumem como impactam fundamentalmente as relações internacionais regionais.

O objetivo será o de demonstrar o desproporcional peso das questões militares e de conflitos bélicos no processo de construção de um Estado africano recém independente como Angola, sobretudo em suas relações internacionais e particularmente com o vizinho Sul-Africano.

Apesar da ênfase em tal perspectiva, entende-se que ela não pode ser entendida descartando-se o nível doméstico daquelas mesmas relações internacionais regionais, mais precisamente quanto à guerra civil angolana, nem tampouco o nível mundial, mais precisamente a Guerra Fria, que serão tratadas, porém, tratadas de forma secundária nesta pesquisa.

### Revisão de literatura

Os trabalhos que analisam as relações internacionais na África Austral na segunda metade do século XX, em geral, convergem quanto à perspectiva de que a evolução das relações entre Angola e África do Sul resultam, primordialmente, como determinadas pelas dinâmicas da Guerra Fria, quando não pautada pelos pressupostos e premissas do governo sob regime do *apartheid* sul-africano. Pouca ênfase, assim, é dada às dinâmicas regionais e, ainda menos, às condicionantes que emergem da sociedade angolana.

O conflito bipolar, nesse contexto historiográfico, teria conhecido um de seus episódios mais “quentes” segundo Ramos (2018) no âmbito das referidas relações bilaterais, para além da ação dissimulada de forças como a Agência Central de Inteligência-CIA dos EUA e o Comitê de Segurança do Estado-KGB da URSS, mas também teria modificado os códigos de defesa e segurança dos Estados e das forças militares na região.

Malaquias (2011, p.7), Visentini (2012, p. 35) e Vilalva (2016, p. 108) indicam que, nesse contexto, o complexo regional de segurança teria sido fundamentalmente transformado, mas também apontam que as relações regionais não teriam uma evolução confinada pelas balizas da Guerra Fria, tendo evoluído devido a outras motivações, como as materiais, ligadas a disputas por recursos como petróleo e diamantes.

Segundo autores como Visentini (2012, p. 33), Batsíkama (2017, p. 82) e Furtado (2019), difícil entender, fora de tais balizas, a agência de atores como o MPLA, a UNITA, a FNLA, mas também do Congresso Nacional Africano (ANC), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) e do Sweto, para além das agendas de países como Cuba ou ainda China na África. Ainda segundo tal literatura, interessante também notar as transformações nas agendas das próprias superpotências, que passaram a reconsiderar, a partir da África Austral, os espaços Atlântico Sul, Índico e asiático em suas estratégias globais e, sobretudo, em suas capacidades de ação.

Dando ênfase às questões ideológicas da Guerra Fria, Olic (2004, p. 19), Hugon (2009, p. 52) e Miguel Júnior (2017, p. 39) destacam os efeitos dos apoios militares e estratégicos de Estados Unidos e União Soviética para as causas regionais, como da luta

pela auto determinação, que em muito transcendiam a bipolarização do mundo da segunda metade do século XX.

De fato, nesse sentido da relativização da Guerra Fria, importante destacar os debates sobre os efeitos paradoxais da aceleração da globalização a partir dos anos 1960 sobre os Estados africanos conquistando a independência no período. Assim, Hobsbawn (2007, p. 56) destaca as tensões entre um poder estatal em relativo declínio, dadas as novas interdependências que o final do século XX criaria, e as resistências soberanistas, que, enquanto buscavam a afirmação da independência, pareciam ser relegadas a cuidar apenas das responsabilidades existentes dentro de cada uma de suas fronteiras.

Particularmente quanto ao caso angolano, neste trabalho analisado, considerar o processo de globalização mencionado, bem como seus efeitos, tornar-se importante na caracterização da complexa rede de causalidades que mantinha o país em uma tensa e militarizada relação com o vizinho sul-africano, limitando, em muitas ocasiões, a capacidade local de ação e de mudança de política regional. Nesse sentido, Saint-Pierre (2000, p. 65), ressalta que:

[...] as relações de força se reproduzem tanto no âmbito internacional quanto no intraestatal [...] embora os casos de natureza diferente (...) em realidade, ambos os sistemas de relações de força, o internacional e o estatal, são fenômenos interligados que acontecem no mesmo mundo.

Ainda com relação ao complexo cenário para Angola na África Austral e nas relações com a África do Sul, importante mencionar os trabalhos que destacam os relacionamentos belicosos de Angola também com os vizinhos Zaire e República do Congo (Brazaville), assim como a extensão de sua solidariedade para com os povos subjugados que lutavam pela independência na Namíbia e contra as práticas da segregação racial no Zimbábue. Nesse sentido, o antigo Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Rebelo Chicoti, lembra que:

A sobrevivência angolana no contexto das guerras em Angola se desdobravam no âmbito local-doméstico e intrarregional africano. Pois, ao mesmo tempo que lutava pela manutenção da sua soberania, foi forçado a participar de outras frentes de guerras de conflitos que começaram dentro até expulsá-los fora do seu território nacional [...] tal estratégia surgiu no âmbito do Conselho da Defesa Nacional como forma de

desestabilizar e bloquear as linhas de abastecimento nessas regiões ou países que favoreciam a manutenção da guerra angolana por meios ilícitos<sup>2</sup>.

Passando ao âmbito doméstico, difícil compreender a trajetória internacional de Angola desde sua independência sem a consideração de não apenas uma, mas das várias guerras civis ou revolucionárias, que seu território e suas populações conheceram desde 1975, tornando-se força estruturante na vida política, econômica e social de uma nação, como bem lembra Saint-Pierre (2000, p. 68).

Relacionando tais processos com a projeção internacional e a evolução da Política Externa de Angola estão obras já clássicas como as de Piero Gleijeses<sup>3</sup>, ou ainda de Thomas (1983), George (2005), Visentini (2012, 2016), Scholtz (2013), Castellano da Silva e Pedro (2015, 2017), Ramos (2018), Westad (2019) e Miguel Júnior (2007, 2015, 2017, 2019). Sobre o último, cabe destacar o entrecruzamento de sua trajetória como ator histórico e como historiador, sendo um paradigmático exemplo do estágio contemporâneo de construção da academia angolana.

Ao lado de colegas da Direção de Estudos e Investigação Militar (DEIM) do Estado Maior General (EMG) das Forças Armadas Angolanas, como António Wanadumbo, António Paquise, Maria Mpunza, Silvestre Francisco, Pungula Manuel, Joaquim Mbeça França e Justino da Glória Ramos, ou ainda de colegas acadêmicos como Assis Malaquias, Patrício Batsíkama, Zeferino Capoco e Mário Pinto de Andrade, forma Miguel Júnior o campo da historiografia política e militar angolana das últimas décadas, sobretudo aquela mais preocupada com as relações do país com o mundo.

---

<sup>2</sup> Entrevista do antigo Chanceler angolano. CHICOTI, Georges Rebelo. Grande entrevista com o Ministro das Relações Exteriores Georges Rebelo Chicoti. Análise da diplomacia angolana. Disponível em: [TPA Global: Análise da Diplomacia Angolana em 2016 e Perspectivar 2017, Georges Chikoti, 14JAN2017 - YouTube](#). Revisitado em em: 15 de set. de 2021. In: Grande Entrevista. Luanda. 2016.

<sup>3</sup> Além de documentos diversos, as duas principais obras de Piero Gleijeses foram de suma importância na análise, compreensão e cruzamentos de fontes durante os trabalhos de campo, os quais “*Conflicting missions. Havana, Washington and Africa 1959-1976*” e o “*Visionsoffreedom. Havana, Washington, Pretoria, and the struggle for Southern Africa 1976-1991*”, no ocidente e na África têm sido obras clássicas para trabalhos mais complexos no assunto.

Finalmente, cabem destacar os trabalhos de Piero Gleijeses (2002 e 2013) como aqueles com as maiores articulações nesta tese, sobretudo pela sua densidade e fundamentação empírica, lançando mão de fontes cubanas, estadunidenses, alemãs, britânicas e belgas, por exemplo. Centrados nos efeitos da Guerra Fria sobre parcelas do território africano, as referidas obras se preocupam com as conexões atlânticas, sobretudo com os interesses cubanos e estadunidenses. Trata-se de uma contribuição que vem permitindo à academia reavaliar com profundidade a importância dos estudos africanos para a História das Relações Internacionais e vice-versa.

Uma das contribuições mais interessantes de Gleijeses repousa na sua reflexão sobre as ações cubanas para com a África sem necessária coordenação com os interesses de Moscou, revelando pretensões para além da agenda supostamente imposta pelas superpotências para aqueles envolvidos na Guerra Fria africana e que serve, nesta tese, de provocação para também se buscar, no lado angolano, agendas e propósitos próprios.

De fato, as ambições cubanas de projeção internacional conheceram, na África, um capítulo fundamental. Depois de várias intervenções no Norte, na África Ocidental e no Chifre da África, sua chegada à Angola durante o processo de independência aprofundou as bases de manutenção da política externa cubana com o continente e, ainda mais claramente, desvinculou suas intervenções daquelas promovidas pela URSS, ainda que atores como o MPLA fossem elementos de conexão.

Mais proximamente aos interesses desta tese, destacam-se as reflexões de Gleijeses (2013) exatamente sobre a elite angolana. Ainda que a atenção dada a movimentos como MPLA, FNLA e UNITA se justificasse dentro do entendimento de como as relações extracontinentais estavam se construindo, faz-se possível reconhecer o potencial em analisar tais agrupamentos sociais quanto à sua estruturação, qualificação de quadros e, sobretudo, capacidade de agência com autonomia, que ainda necessita de estudos mais aprofundados.

Em razão dos presentes limites do estado da arte, bem como das provocações lançadas pela literatura tangenciando o tema, é que a atenção desta tese passou a se concentrar na evolução da política angolana para com a África do Sul durante seu processo de consolidação como Estado independente entre 1975 e 2002<sup>4</sup>. Assim foram

---

<sup>4</sup> A expectativa no início dos trabalhos doutorais, era de se analisar de forma mais equilibrada as duas agências das relações bilaterais angolano-sul-africanas. Porém, em razão de diversas dificuldades durante a pesquisa de campo, sobretudo as impostas pela crise pandêmica de

pensadas as perguntas de pesquisa, feito o recorte cronológico (entendendo as diferentes crises político-militares enfrentadas por Angola entre 1975 e 2002 como interligadas e necessárias para o entendimento umas das outras), planejada a pesquisa de campo e formulado o corpus de fontes, que inclui diversas tipologias como documentos e entrevistas de História Oral, abaixo apresentadas.

Busca-se, portanto, nesta tese, investigar uma “Política Externa de Confrontos<sup>5</sup>” desenhada por Angola, ou a ela imposta, nas suas relações com a África do Sul, mesmo quando buscavam as autoridades locais o exercício da diplomacia da negociação, a estabilização regional e a pacificação doméstica. Entende-se tal estudo como fundamental para a compreensão das contemporâneas relações internacionais de Angola, bem como da posição ainda preponderante dos quadros das Forças Armadas em sua governança.

#### *Hipóteses de Trabalho e Construção dos Argumentos*

A reflexão sobre as questões até aqui apresentadas e sobre o interesse geral em conhecer melhor a agência da elite dirigente angolana no belicoso contexto de afirmação de sua autodeterminação levou o projeto de pesquisa a trabalhar com as seguintes hipóteses de investigação:

- O relacionamento de Angola com a África do Sul moldou as relações intrarregionais na África Austral, impactando o processo decisório angolano;
- O relacionamento de Angola com a África do Sul conferiu lições determinantes sobre como Angola deveria conduzir os processos da transição e gestão de crises internas e intrarregionais;
- Os contextos de descolonização e de combate à segregação racial apresentaram-se como estruturantes das relações internacionais regionais de Angola entre 1975 e 2002.

---

Covid-19, passou o trabalho a se concentrar na evolução da posição angolana para com a África do Sul em finais do século XX.

<sup>5</sup> Toma-se tal expressão de Malaquias (2011, p.3) e Ramos (2018, p.500), os quais convergem no entendimento de que o relacionamento de Angola e África do Sul teria sido inaugurado na base de duras rivalidades e confrontos, político-militares e diplomáticos, desde 1975 até em meados dos anos de 1994.

Ademais da construção dos argumentos apresentados em conclusão em alinhamento às hipóteses iniciais, acabou-se por entender as relações bilaterais com a África do Sul como essenciais no entendimento das próprias relações político-sociais internas a Angola e como fundamentais no reconhecimento das bases da afirmação internacional de Angola com o restante do continente e do mundo.

### Fontes

Tratando-se de uma reflexão inserida na grande área das Relações Internacionais e, mais particularmente, nos domínios da História das Relações Internacionais, fez-se fundamental uma constituição a mais rica e complexa possível de um corpus de fontes capaz de iluminar, apesar das imensas dificuldades de acesso a vestígios históricos, a dinâmica de evolução da política de Angola para com a África do Sul entre 1975 e 2002.

De forma geral, o estudo lançou mão da análise de documentos e de depoimentos, tanto coletados através das melhores técnicas de História Oral, como registrados em outros formatos, disponíveis em Angola ou livremente de forma digital e online. Ao mesmo tempo, faz-se importante registrar as dificuldades, e até mesmo impedimentos, quanto ao acesso às fontes.

Primeiramente, destacam-se as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, que acabaram impedindo totalmente a possibilidade de trabalho de campo na África do Sul, remodelando a tese, e criando inúmeros obstáculos nas mesmas atividades em Angola, reduzindo, em muito, as oportunidades e o tempo que se esperava a essa atividade dedicar.

Ademais, importante também considerar os desafios de pesquisa diante de restrições ainda existentes em Angola quanto ao acesso à informação ou ainda o desejo de anonimato da maioria dos entrevistados. Quando das atividades de campo em Angola, pode-se contar com o muito importante apoio institucional da Fundação Dr. António Agostinho Neto (FAAN), que conduziu o processo que permitiu o acesso a importante documentação histórica, mas também a outras informações e, sobretudo, a atores que ofereceram seus testemunhos, contribuindo diretamente na pesquisa de campo.

Registra-se como igualmente importante o apoio e a compreensão de instituições como o Instituto Superior Técnico Militar (ISTM) das Forças Armadas Angolanas

(FAA) e o Centro dos Estudos Estratégicos do Estado Maior General (CEE-EMG/FAA), que possibilitaram a socialização e a integração com diversas outras instituições, públicas e privadas, indivíduos e academia local, cuja experiência contribuiu para as leituras e releituras locais. Entretanto, apesar de tais suportes, e mesmo quando informações relevantes eram encontradas, as restrições de acesso e de publicação se impuseram, criando desafios para a construção da narrativa que, em muitas ocasiões, não puderam ser superados.

Particularmente quanto aos esperados depoimentos de História Oral os quais ou não foram concedidos ou o foram sem autorização de publicação, buscou-se o cruzamento com outros tipos de fontes como solução, ou ainda o recurso a material de mesmo porte (depoimentos de atores históricos) presente, por exemplo, em plataformas como os canais do *Youtube*. De fato, nota-se que, desde o fim da Guerra Civil em 2002, diversos veículos de Comunicação Social angolanos e internacionais, como Zimbo TV, TPA, TV Livre Angola, Rádio Despertar, Rádio LAC, TV Senado-Brasil e Goza TV Angola, ou ainda instituições como o Instituto Nacional de Cinema e Arte de Angola e o Museu Nacional de Antropologia, coletaram e disponibilizaram digitalmente relatos e testemunhos que muito aportaram para este trabalho, todos listados nas notas de rodapé e ao final da tese em detalhes.

Apesar dos efeitos da pandemia, pode-se realizar parcialmente pesquisa no Arquivo Histórico Nacional de Angola, reinaugurado em 2020 como Arquivo Nacional de Angola (ANA), onde foi possível encontrar documentos para o período 1975 e 1986, além de estudos sobre questões que tangenciaram este trabalho, mas também no Arquivo Diplomático do Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX), no Instituto de Defesa Nacional (IDN) do Ministério da Defesa, no Centro dos Estudos Estratégicos (CEE) da Escola Superior de Guerra (ESG) e no ISTM-FAA.

Pode-se, igualmente, ter acesso ao acervo público do Comitê Central do MPLA e à Fundação Sagrada Esperança, ambos situados em Luanda, contando sobretudo com uma importante produção acadêmica, no formato digital e físico. Já no Secretariado Nacional da UNITA, em Luanda, além dos contatos informais que se estabeleceram, conseguiram-se orientações do Diretor do Gabinete Jurídico “Dr. Rodrino Lusitano - Capusu”, a facilitar entrevistas com personalidades históricas dos processos decisórios das Forças Armadas de Libertação da Angola (FALA)-UNITA.

No Comitê Central da FNLA, foi possível ter acesso a diversos documentos e duas entrevistas com personalidades históricas. Mesmo diversos discursos históricos e



hinários na língua nacional *Umbudu* puderam ser acessados através do acervo digital (audiovisual) da Rádio Despertar em Viana-Luanda, com o fundamental apoio dos senhores Brigido Hama e Daniel Canoli Alfeu. Já o acervo público, em princípio disponível, da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), que teve importante papel de mediação na gestão de bastidores das crises políticas entre Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos, não pode ser consultado devido às restrições pandêmicas.

Além dos documentos físicos e eletrônicos acedidos em Angola, teve-se acesso a documentos e comunicação diplomática disponíveis em forma eletrônica a partir de países como os Estados Unidos ou a Inglaterra como, por exemplo, através do *Wilson Center Digital Archive International History Declassified* (Wilson Center, 2021) do *Historical Documents* (*Office of The Historian*, 2021) -*Office of Historian* dos Estados Unidos e do *National Archives* do Reino Unido.

Para além desta Introdução e da Conclusão, a presente tese estrutura-se em três capítulos. O primeiro, busca lançar as bases das relações bilaterais angolano-sul-africanas entendendo e contextualizando os processos conectados à independência de Angola, como a Guerra Fria, mas também as diversas guerras civis, e, que continuaram a impactar a inserção internacional do país nos anos seguintes a 1975.

O segundo capítulo apresenta em detalhes aqueles que podem ser entendidos como os elementos basilares da estabilização doméstica e da projeção internacional político-diplomática angolana.

Por fim, o terceiro capítulo propõe um enquadramento de análise para que se possa identificar e qualificar os elementos-chave (crises, atores e contextos) que envolveram particularmente as dinâmicas regionais entre Angola e a África do Sul.

## CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Durante seu processo de formação como Estado-nação, Angola esteve mergulhada em uma intensa dinâmica de disputa por seu controle político, econômico e militar, tanto a partir de atores internos quanto externos. Entre os primeiros, estavam a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total da Angola (UNITA). Já entre os atores externos estavam os interesses da África do Sul, da República Democrática do Congo (então, Zaire), de Cuba, da União Soviética e dos Estados Unidos. O resultado foi a criação de um país que, após sua independência de Portugal, em 1975, figurou como um dos focos de disputa no contexto bipolar da Guerra Fria, refletindo em uma sangrenta Guerra Civil de quase três décadas (1975-2002)<sup>6</sup>.

Diante da complexidade de interesses na construção do Estado angolano e enquanto esta tese se debruça sobre as relações e a influência específica da África do Sul durante o período de 1975 a 2002, considerando desde o reconhecimento internacional de sua independência em 1975 até a materialização do plano de paz na base do Memorando da Paz de Luena em 2002, o presente capítulo procura estabelecer as bases históricas e institucionais para o desenvolvimento da análise principal.

Nesse sentido, serão introduzidos e considerados os principais atores do processo de independência de Angola, o impacto da Guerra Fria (1975-1989), das guerras regionais (1975-1989), da Guerra Civil (1975-2002), da transição ou normalização das relações internas entre o MPLA, a UNITA e a FNLA e as premissas das relações bilaterais entre Angola (e seus aliados: Cuba e URSS) e África do Sul (e seus aliados: ex-Zaire e EUA). Partindo-se, enfim, de uma análise documental e de história oral, este capítulo traça um paralelo geral entre o processo de formação de Angola como Estado independente e sua relação com a África do Sul.

---

<sup>6</sup> Malaquias (1999, 2011), George (2005), Gleijess (2003, 2013), N'ganga (2008), Miguel Júnior (2007, 2015, 2017, 2019), José (2011), Visentini (2012, 2016), Castellano da Silva (2015, 2016 e 2016), Perreira (2016), Savite (2014), Ginga (2014), Ramos (2018) e Antunes (2013, p. 40).

## 1- Relações bilaterais de Angola e África do Sul

Ainda que as relações bilaterais entre Angola e África do Sul sejam examinadas em profundidade no capítulo 3, faz-se importante antes examinar as condições e as dinâmicas fundamentais dessas relações. Nesse sentido, apresentaremos, neste capítulo, os elementos que estabelecem os principais contornos do objeto de estudo, como o corte cronológico escolhido, a introdução aos atores estatais, locais e extrarregionais envolvidos no estabelecimento dos contatos e das conexões e as diferentes guerras que o espaço africano austral conheceu entre o final do século XX e o início do século XXI.

Observa-se que a construção de uma narrativa histórica sobre as relações entre Angola e a África do Sul pode adotar perspectivas que valorizem preferencialmente aspectos econômicos, culturais e estruturais. Entretanto, prefere-se, neste trabalho e por hora, dar ênfase à maneira como as relações políticas que se estabeleceram e evoluíram, destacando o papel central dos conflitos bélicos nesse processo.

### 1.1- Conjunturas históricas da emergência internacional de Angola

A formação do Estado angolano iniciou-se ainda em seu período como colônia, quando durante a Conferência de Berlim (1884-1885) foi delimitado o mapa geopolítico das ambições europeias no continente africano. Nesse momento histórico das relações entre Europa e África, Angola, assim como as demais colônias europeias na região, tiveram seus territórios traçados arbitrariamente, sem considerar os diferentes povos, idiomas e nações presentes na região, o que se manteve após seus processos de independência, com repercussões que seguem até o presente<sup>7</sup>, afetando as capacidades institucionais e de trabalho das elites políticas<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> MOREIRA (2012, p. 18).

<sup>8</sup> Entrevista do jornalista José Rodrigues ao nacionalista e Embaixador Ismael Martins, pela Rádio Luanda Antena Comercial (LAC) durante o programa “Café da Manhã” em 2019. Conforme o link da entrevista completa disponível em: [Café da Manhã” 2019 com Ismael Martins, político e diplomata - YouTube](#). “Café da Manhã” 2019 com Ismael Martins, político e diplomata. Rádio LAC/ORION/-programa “Café da Manhã”, Ismael Martins comenta sobre as características do povo angolano e das dificuldades na passagem à independência, s/Hoji-Ya-Henda e outros. (30.Out.19).

Este é o primeiro ponto que aproxima Angola e África do Sul, seu passado colonial, pois herdeiros de uma estrutura geopolítica pré-determinada por seus colonizadores. No entanto, ao longo dos anos, a África do Sul passou a ter certas vantagens competitivas em comparação a Angola. A primeira delas foi seu sistema de colonização sob modelo político inglês (*Indirect Rule*), mais vantajoso para a elite local do que o Assimilacionismo francês ou ainda o controle português, com sua tardia versão “Lusotropicalista”<sup>9</sup>.

Entre as aparentes vantagens do modelo de colonização inglês estariam um *status* singular em termos políticos e econômicos e o pertencimento à *Commonwealth*. Além disso, ao ter conquistado maior autonomia e independência previamente a outros territórios africanos, a África do Sul ganhou vantagem quanto a ambições de exercer influência política, econômica e militar sobre o continente, inclusive com projetos de expansão territorial sobre a Namíbia e outras regiões, especialmente no período sob liderança do nacionalismo africâner do Partido Nacional, o mesmo que instituiu o sistema do *apartheid*.

Paralelamente à evolução histórica de uma África do Sul independente, um dos mais importantes impulsos à independência de Angola partiu da Carta do Atlântico, emitida pelas Nações Unidas durante a Segunda Guerra Mundial, que exaltava o direito à autodeterminação dos povos. A partir desse momento, ganharam força diferentes movimentos de libertação angolanos, que acabaram conquistando a independência de Portugal nos anos 1970.

Os mesmos movimentos, porém, passaram a disputar poder dentro do Estado recém independente, fundando as bases de uma longa guerra civil e de uma contínua desestabilização política. Somando-se a essa realidade, teve-se ainda o contexto de disputa entre os polos liderados pelos Estados Unidos e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no arcabouço da Guerra Fria, tendo repousado muita da inspiração para a independência angolana no espírito revolucionário que envelopava o mundo soviético, sobretudo diante de frustradas tentativas de aproximação do mundo liderado pelos Estados Unidos. Nesse sentido, Irene Neto (2012, pp.164-165) lembra que:

Antes mesmo da independência Agostinho Neto visitava os EUA em 1962, como forma de buscar apoio logístico com alimentos, roupas e medicamentos necessários dos

---

<sup>9</sup> SAVITE (2014).

variados problemas que os povos de Angola enfrentavam desde diásporas e dentro de Angola, problemas que a colônia ignorou. Mas a sua tentativa de mediar relações formais com os EUA foi frustrada, pois, os EUA mantinham uma política de alto nível com Portugal sobre as bases dos Açores, Lajes e Santa Maria, condição que não era favorável comprometer. Neto foi recebido pelo Governo americano e concedeu várias entrevistas mas sem sucesso. Aliás, Neto tinha sido notado como socialista e que sua luta não traria ganhos aos EUA, então Neto nunca mais voltou aos EUA.

Ao fim e ao cabo da independência, o perfil soviético surgindo em uma Angola independente em plena Guerra Fria movia-se contrariamente às pretensões da África do Sul (e mesmo de alguns aliados momentâneos como o ex-Zaire de Mobuto), por entender que seu carácter revolucionário tinha o potencial de promover um redesenho geopolítico regional e extrarregional tanto pelo modelo de sociedade que esboçava, quanto por atrair a intervenção cubana, soviética e estadunidense à região.

Importante notar que, paralelamente a tais importantes relações da África Austral com o mundo estrangeiro, ressalta-se o processo belicoso de independência e do pós-independência inaugurado pelos Acordos de Alvor e pela imediatamente consequente Batalha de Kifangondo, ainda em 1975<sup>10</sup>.

Em recente entrevista, António Venâncio, que se juntou ao MPLA ainda antes da independência, lembrou que os movimentos de libertação e suas distendidas correlações reuniam os “elementos chaves para a construção das bases do Estado angolano, com a independência reivindicada desde 1950”. Ainda para Venâncio, “as disputas dos movimentos de libertação contra Portugal foram acompanhadas de outras internas (entre os movimentos) que, já no período pré-independência, se confrontavam na Batalha de Kifangondo ao norte de Luanda em 1975”<sup>11</sup>. De forma fraturada se configuravam, então, as bases de projeção político-militar angolana para o futuro e para além dos limites territoriais africanos<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> BATSIKAMA (2019, p. 191).

<sup>11</sup> Conforme o link da entrevista completa, disponível em: [GOZA tv com T.C apresenta ANTÓNIO VENÂNCIO - YouTube](#). Acesso aos 12 de nov. de 2021. Revisitado aos 02 de mar. de 2022.

<sup>12</sup> JOSÉ (2011).

## 1.2-Atores

A apresentação dos primeiros grandes contornos da inserção internacional de Angola revela que a história de sua independência fora construída a partir de três grupos de atores (locais, regionais e extrarregionais), os quais formavam uma dinâmica de cooperação e concorrência<sup>13</sup>. Suas agências e ambições, entretanto, se entrecruzaram constantemente, como se percebe da declaração de um antigo integrante das FAPLA e hoje alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores de Angola:

As FAPLA e outras forças associadas à base do MPLA que por através do seu novo governo que era liderado pelo Agostinho Neto, buscou manter sua aliança com a União Soviética e Cuba (...) sim! Seria erro da parte do MPLA se desfazer dessa aliança, era uma grande garantia de acesso ao poder. Esse casamento garantia a integridade territorial diante das diversas ameaças que impunham a realidade angolana, por já ter sofrido invasões da África do Sul e do ex-Zaire de Mobutu, e o risco até mesmo de golpe de Estado por integrantes que não eram confiáveis dentro das forças de defesa<sup>14</sup>.

Para fins de melhor compreensão do complexo contexto em que se inseria Angola, passa-se, agora, ao exame pormenorizado de cada um desses protagonistas.

### 1.2.1- Locais

Entre os atores locais, George (2005, p.68) e Castellano da Silva (2017, p.325) destacam a FNLA, o MPLA e a UNITA como os atores locais que mais impactaram os processos decisórios ao longo da história recente de Angola<sup>15</sup>. Além disso, Cassanji Santos (2009, pp. 96-100) acrescenta, ainda que com menor influência, o papel dos atores civis, como músicos, escritores e religiosos que, de certa forma, mediaram as relações sociais vigentes.

Segundo a avaliação de um dos membros do Comitê Central do MPLA, teriam sido estes movimentos os responsáveis pela construção e materialização do ideal

---

<sup>13</sup> BATSIKAMA (2018), MIGUEL JÚNIOR (2019) e WESTAD (2019).

<sup>14</sup> Entrevistado “Anônimo 1” (ex-integrante das FAPLA, alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores de Angola e antigo Diretor para África e Ásia), em entrevista concedida a João Jovita em novembro de 2020.

<sup>15</sup> Ver, também: MIGUEL JÚNIOR (2007) e BATSIKAMA (2017).

nacional, visto que todos tinham como elemento comum a independência de Angola<sup>16</sup>. No entanto, tal interesse comum não fora suficiente para a formação de uma frente única para conciliar os objetivos e partilhar os ganhos da independência entre os movimentos, como se viu pela ação de líderes como Holden Roberto e pelas forças contraditórias em ação<sup>17</sup>. Conforme ressaltou Lopo do Nascimento, ex-Secretário Geral do MPLA e antigo Primeiro Ministro no governo de Agostinho Neto 1975-1979, “o contexto para mediar a convivência dos movimentos foi muito complexo”, pois “à medida que se buscava construir o princípio da unidade, onde os principais movimentos se fundiam uns dos outros para fazer Frente Única, o movimento inverso entre eles também aconteceu”<sup>18</sup>.

Segundo Capoco (2012, p.125), a formação da estratégia de Frente Única era tida pelos assessores soviéticos e cubanos, mas também americanos, como sendo a mais viável e menos consequente. Ainda segundo Capoco, a estratégia portuguesa de preservação de seus interesses proporcionou o contexto para que a Frente Única surgisse, fracassando, porém, como argumenta Silva (2008, pp.141-144), bem como pelas diferenças de perspectivas de futuro e inclusive em razão da aprofundada inexperiência militar das forças de defesa e segurança que integravam os diferentes movimentos do ELNA-FLNA, FAPLA-MPLA e FALA-UNITA.

De fato, a situação angolana não se confinou às elites ou às organizações internas ao antigo colonizador. Ao contrário, a questão da independência e da construção do Estado angolano passou a interessar cada vez mais o concerto das nações africanas, pois também os próprios líderes dos movimentos de libertação, como Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto trouxeram, eles mesmos, contribuições importantes aos programas e projetos nacionalistas e autonomistas que ganhavam o continente. A internacionalização, também por esses motivos, tornou-se, então, pedra angular da evolução do território africano austral.

---

<sup>16</sup> Entrevistado “Anônimo 2” (Professor e Membro do Comité Central do MPLA), em entrevista concedida a João Jovita em maio de 2020.

<sup>17</sup> BEMBE (2016).

<sup>18</sup> NASCIMENTO. Lopo. Conforme o link da entrevista disponível em: [Angola Exclusivo - Discurso de Retirada de Lopo do Nascimento - YouTube](#). Acesso aos 22 de dez. 2020. Lopo foi primeiro ministro de Angola e Secretário Geral do MPLA. Também foi o principal negociador do MPLA nas negociações de paz com a FNLA e a UNITA, que geraram os acordos de Alvor (1975) e de Bicesse (1991).

### 1.2.2- Estatais e Regionais

Considerando a relevância que os movimentos e as lideranças independentistas angolanas (como os já referidos Savimbi, Neto e Roberto) tiveram para o nacionalismo africano, mas também preocupações com relação à segurança do Estado recém-independente, as disputas angolanas logo transbordaram para além de suas fronteiras, chamando atenção de atores regionais. Mais especificamente e relevante para esta tese, as pretensões e o protagonismo angolano em se firmar nas ações revolucionárias soviéticas passaram a incomodar os interesses da África do Sul como potência regional e mesmo do Zaire, ambos aliados dos EUA (Miguel Júnior, 2019, pp. 31-33)<sup>19</sup>.

Dentro dessa dinâmica, se destaca o conflito logo declarado entre Angola e África do Sul envolvendo toda a vizinhança para além de atores extracontinentais e tendo sua primeira fase, como veremos, entre 1975 e 1988<sup>20</sup>. Na particular perspectiva de comando do MPLA, buscava-se tanto a autopreservação quanto controlar as consequências das ambições sul-africanas sobre a Namíbia, por exemplo.

Considerando os impactos e o sistema complexo de alianças de tal processo político-militar, faz-se importante também mencionar o lugar que tiveram importantes organizações políticas como a *African National Congress*<sup>21</sup>, da África do Sul, e o FRELIMO, de Moçambique, ou ainda movimentos de libertação como a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), da Namíbia, e os Estados da Linha de Frente<sup>22</sup>, a serem melhor analisados ao longo do texto.

---

<sup>19</sup> Ver, também: MALAQUIAS (2011) e GINGA (2014).

<sup>20</sup> Cfr. Jornal de Angola de 17, 31 de agosto de 1975 e de 5 de setembro do mesmo ano ver a caixa 220. Elementos do MPLA fizeram o Ponto da Situação Político-Militar do País. Ver, também, José (2011).

<sup>21</sup> Partido político de Nelson Mandela, preso político do regime do *apartheid* vigente na África do Sul. Disponível em: <http://anc.org.za/>. Acesso aos 18 de out. 2019.

<sup>22</sup> Os Estados da Linha de Frente, ou Países da Linha de Frente, eram compostos inicialmente, segundo Schutz (2016), por: Botsuana, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique, e se aliaram à causa angolana a fim de fazer frente ao conservadorismo e para contrabalançar o poder regional sul-africano.



### 1.2.3- Extrarregionais

Por fim, considerando a presença da disputa entre polos liberal-capitalistas e do socialismo real, os conflitos regionais rapidamente alcançaram o âmbito internacional sob o contexto da Guerra Fria, atraindo de forma ainda mais significativa a presença de atores extrarregionais. A primeira dessas intervenções ocorreu já entre 1960 e 1975, quando a URSS foi chamada para intervir na guerra de independência ao lado do MPLA, mesmo que ainda sem comprometimento de alto nível.

No entanto, a estratégia angolana de aprofundar uma parceria de alto nível com Cuba provocou uma revisão dos interesses do bloco socialista para com a África Austral, passando o país latino-americano a colocar-se como importante protagonista nesse processo<sup>23</sup>. Nesse sentido, a presença de Cuba-FAR em Angola acabou dominando as parcerias militar e civil enquanto as forças soviéticas (e de seus serviços secretos) passaram a se dedicar a um mais limitado apoio financeiro e a uma assessoria técnica-militar de alto nível às forças e ao governo do MPLA<sup>24</sup>. Como observa Castellano da Silva (2017, p. 328):

A ajuda de soviéticos e, principalmente, cubanos - com envio de tropas, equipamentos e assessores de forma diferenciada em relação aos vizinhos - transformou a situação de Angola, entre 1975 e 1988, (...) assegurando a capacidade de resposta regional às pressões internas e externa.

A presença cubana e soviética em Angola, por sua vez, despertou a atenção dos EUA, então próximo da África do Sul na região. Dados tais reconhecimentos e alinhamentos, os EUA passaram a uma correspondência de alto nível, inclusive através de seus serviços de inteligência, assessorando com meios financeiros e material bélico a FNLA e a UNITA, mas também a África do Sul e o então Zaire<sup>25</sup>.

Conforme Miguel Júnior (2019, p.30), os EUA não teriam inicialmente interesses claros de intervenção na região, mas o incômodo da surpresa diante da

---

<sup>23</sup> GEORGE (2005), WESTAD (2019).

<sup>24</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019).

<sup>25</sup> Westad (2019, p.222) avaliou que, em julho de 1975, “ \$25 million was authorized for the cia’s covert intervention in Angola an operation called IAFEATURE (...) on Angola, the Soviet policy was to strengthen the MPLA under Neto’s leadership”. Ver, também: VISENTINI (2016), PEREIRA (2016) e WESTAD (2019).

presença soviética massiva no Atlântico Sul teria levado o presidente Gerald Ford a reunir seu Conselho de Segurança em 27 de junho de 1975 e a reconsiderar sua estratégia de política externa para a África Austral<sup>26</sup>.

Na avaliação de Viegas Filho (2016, p.39), o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, defendia então “valorizar a África do Sul como o único bastião confiável de defesa contra o comunismo”, visto que “os demais governos da região são, em última análise, incapazes de opor resistência à URSS no nível de ação política”. Assim, as ações angolanas, tomadas como interferindo nos interesses e movimentos estadunidenses e movendo-se contra as ações coloniais sul-africanas, fizeram com que Washington concedesse redobrado e consequente apoio logístico à África do Sul, ao então Zaire e à UNITA com o intuito de opor-se ao poder central do governo do MPLA entre as décadas de 1970 e 1980. Além do mais, suas percepções de ameaça, a África do Sul soube bem administrar a retórica anticomunista para tanto atrair mais fortemente os EUA, em nome dos interesses geoestratégicos regionais, como para justificar suas intervenções na África Austral, incluindo em Angola<sup>27</sup>.

Tal processo, entretanto, conheceria importante descontinuidade ao final da Guerra Fria, sobretudo devido à pressão internacional diante do regime racista levado a cabo pela África do Sul internamente, além dos desgastes provocados pelas suas sucessivas agressões aos Estados vizinhos<sup>28</sup>. O apoio dos EUA, nesse sentido, perderia paulatinamente sua força até o final da década de 80<sup>29</sup>.

Faz-se importante ressaltar que, antes desse momento, disputas políticas e diplomáticas regionais de fato se transformam em confrontos diretos, desenhando uma Guerra Fria com reais confrontos entre as superpotências através de seus aliados na África Austral. Angola se transformou, nesse contexto, em palco de confrontos de baixa intensidade e longa durabilidade, entre as superpotências envolvidas em disputas regionais, motivadas por interesses locais<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> Cfr. *US National Security Council Meeting minutes on Angola, jun, 27, 1975, p. 3. Wilson Center, Digital Archive, International History Declassified.*

<sup>27</sup> BULLERJAHN (2018, p. 163).

<sup>28</sup> BARBOSA (2015, p.43).

<sup>29</sup> VIEGAS FILHO (2016, p. 93); CASTELLANO DA SILVA (2017, p.329).

<sup>30</sup> RAMOS (2018).

Para além de tais atores extrarregionais chaves, podem-se destacar outros, que igualmente tiveram interesses e ações se cruzando na África Austral. Nesse sentido, enquanto o potencial de movimentos não alinhados de agir sobre a região parecia pouco aproveitado<sup>31</sup>.

Vale mencionar a China, que manteve sua presença na dinâmica de poder regional, ainda que sua relevância tenha crescido e se destacado notadamente a partir de 2002. Ao mesmo tempo, destaca-se a Organização das Nações Unidas, que se constitui como ator fundamental na condução dos processos de paz e como mediadora das dinâmicas regionais de poder local (dentro de Angola e da África do Sul) e regional, de forma mais prática nas disputas entre Angola e África do Sul. Assim, pode-se mencionar suas ações com relação ao *apartheid*, mas, também, as mediações nos conflitos entre Angola, África do Sul e Namíbia entre 1989 e 1994<sup>32</sup>.

### 1.3– Conflitos

Conhecidas as agências e os interesses sobre a África Austral, nota-se uma relação dialógica fundamental entre os diversos conflitos ocorrendo no interior de Angola, em seu entorno regional e também a nível mundial. Destaca-se, sobretudo, uma não exclusividade das lógicas de Guerra Fria quando as ambições eram de aumento ou acúmulo de zonas de influência nas diversas escalas espaciais envolvidas. O resultado foi a proliferação de conflitos, como as importantes Batalhas de Kifangondo, de 1975, e de Cuito Cuanavale, de 1987-1988. Tais batalhas, além de se destacarem como desdobramentos dos processos das lutas de independência e da Guerra Fria, também demarcaram fundamentalmente a política de confrontos entre Angola e África do Sul e a luta de Angola pela sua autodeterminação na saída do domínio português.

Nesse contexto, o entendimento da centralidade das relações belicosas, que dificilmente podem ser classificadas como guerras somente locais, ou regionais ou internacionais, para além das políticas, faz-se vital para a compreensão da evolução da inserção internacional angolana. Mais especificamente, a Batalha de Kifangondo, de 1975, fundamentou as bases institucionais que permitiram a independência de Angola nas conformidades vigentes, tendo a vitória contribuído decisivamente para a formação

---

<sup>31</sup> GOT (2006, p. 312).

<sup>32</sup> GINGA (2014).

unilateral do governo do MPLA em Luanda, na base da República Popular de Angola sob liderança de Agostinho Neto em 1975. Em meio a tal momento fundador do Estado independente angolano, travaram forças outras formações políticas, como as lideradas por Jonas Savimbi (UNITA) que, por sua vez, reivindicou a fundação da República Democrática de Angola, e por Holden Roberto (FNLA).

Como nova demonstração das dinâmicas militares e de confronto bélico para o jovem Estado angolano destaca-se a Batalha de Cuito Cuanavale, de 1987-1988. Nesse momento, a batalha traduzia-se como símbolo de sustentação, manutenção e determinação das bases institucionais fundadas pelo governo do MPLA. Ao mesmo tempo, instalava-se, também, como resposta revolucionária à África do Sul e seus aliados, os quais combatiam a legitimidade do governo do MPLA, bem como a soberania e independência de Angola e de seus aliados regionais<sup>33</sup>. Vale mencionar, finalmente, como derivados das guerras, os principais processos de pacificação para a História contemporânea de Angola, como os Acordos de Nova York, de 1988, os Acordos de Bicesse, de 1991 e o Memorando de Paz de Luena, de 2002.

Ainda que 1975 apareça como marco fundamental para o lançamento de tais processo, importante registrar que os múltiplos atores, interesses e crises na região tem suas origens desde a época da colonização portuguesa. Segundo Tenente-General Miguel Júnior, membro das Forças Armadas Angolanas e especialista em História Militar e Estudos Estratégicos Militares,

De forma geral, Angola, depois de independente, tinha que conviver com traumas, e se adequar da sua reduzida capacidade de organização de Estado. Assim, os instrumentos políticos implementados como estratégias para a descolonização de Angola falharam, desde Portugal, que na base da sua política de defesa e segurança não garantiu instituições que conduzissem uma transição menos conseqüente aos movimentos de independência, que diante do contexto, e somadas às divergências entre as lideranças dos movimentos, a situação foi piorando e sem solução nem da parte de Portugal ou dos movimentos que lutavam pela independência<sup>34</sup>.

Ainda segundo Miguel Júnior, para além de faltar à embrionária comunidade política angolana um “projeto de Estado”, “a situação de transição angolana tendeu a

---

<sup>33</sup> JOSÉ (2011).

<sup>34</sup> Entrevistado Tenente-General Miguel Domingos Júnior, em entrevista concedida a João Jovita em 8 de janeiro de 2021.

piorar com a criação e estabelecimento de três forças armadas, que se traduziram em três comandos e três doutrinas” que teoricamente buscavam a mesma causa, mas na prática se divergiam profundamente<sup>35</sup>. Da mesma perspectiva compartilha Batsíkama, que também destaca o próprio papel de Portugal ao agravar o quadro turbulento das relações política internas e externas nos territórios da África Austral, tendo precariamente preparado qualquer possibilidade de transição dos territórios em direção à autonomia<sup>36</sup>.

Sobre as bases nacionais dos conflitos estruturantes da independência angolana, Miguel Júnior destaca que a convivência de diversas forças armadas (de Portugal, mas também do ELNA-FNLA, FAPLA-MPLA, FALA-UNITA) no mesmo espaço geográfico, com programas de governos divergentes, guiados por um acordo (Acordos de Alvor) que institucionalmente não estabelecia nenhuma garantia efetiva às forças políticas e militares instaladas para os processos da transição, aprofundou o vazio da insegurança, instalando um clima de discórdia entre os movimentos que culminou com as disputas político-militares para a tomada e controle do poder central<sup>37</sup>. Nesse sentido, particularmente em relação à força que iria predominar sobre parcela importante desses espaços, afirma que

As forças de defesa de cada instituição presente avaliaram o nível risco causado pelo vazio de segurança, as FAPLA-MPLA, junto aos aliados cubanos e posteriormente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), puseram em marcha a estratégia de conquista, defesa de manutenção da soberania nacional com a proclamação unilateral da independência em 11 de novembro de 1975, momento e contexto que funda a República Popular de Angola<sup>38</sup>.

Segundo a avaliação de um dos envolvidos nesse processo, atualmente deputado junto à Assembleia Nacional de Angola e membro do grupo parlamentar da UNITA,

---

<sup>35</sup> Entrevistado Tenente-General Miguel Domingos Júnior, em entrevista concedida a João Jovita em 8 de janeiro de 2021.

<sup>36</sup> BATSİKAMA (2017, p. 98).

<sup>37</sup> MIGUEL JUNIOR (2019).

<sup>38</sup> Entrevistado Tenente-General Miguel Domingos Júnior, em entrevista concedida a João Jovita em 8 de janeiro de 2021.

O clima de desconfianças mútuas foi a principal causa que instaurou a grande situação de instabilidade e quase pode-se dizer de insegurança total. E de fato ninguém, ou seja, o militar não está acostumado com o vazio nem insegurança, essa foi a principal causa que abriu espaço para intervenções externas. Claro! outros interesses haviam por detrás disso! E de fato, tais interesses ajudaram e apoiariam a conquista do poder de um ou de outro, conforme estabelecidas as alianças<sup>39</sup> que cada movimento procurou e se aliou<sup>40</sup>.

Ainda para o parlamentar, os processos da independência de Angola criaram as bases das crises procedentes, crises essas que foram alimentadas e retroalimentadas em suas relações com dinâmicas nacionais e regionais de poder, tudo envelopado pelas influentes forças da Guerra Fria<sup>41</sup>.

Para Castellano da Silva, as bases conflituosas da afirmação internacional de Angola, depois de conhecerem os anos 1970 como de prevalência de tensões emergindo dos combates entre as diversas forças independentistas, passa, a partir de 1981, a um ritmo fortemente determinado pelas disputas regionais tendo como adversário a África do Sul. Até que o começo dos anos 1990 conheça uma diminuição de tais tensas relações, sobretudo após a eleição de Mandela, em 1994, importante registrar como diversos conflitos ilustram as estruturas militarizadas e suas lógicas de relação, sendo a mais simbólica a já mencionada batalha de Cuito Cuanavale<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> Essa fala pode ser adequada de acordo com a reunião do Conselho de Segurança do Presidente Ford com seu Secretário de Estado Kissinger em destaque “essa era a razão de Mobutu estar a movimentar-se em direção ao Roberto e querer uma coligação”. *Cfr. US National Security Council Meeting minutes on Angola. jun, 27, 1975, p. 3.*

<sup>40</sup> Entrevistado “Anônimo 4” (Ator histórico envolvido no processo de independência e consolidação do Estado Angolano e atualmente deputado junto à Assembléia Nacional de Angola pelo grupo parlamentar da UNITA), em entrevista concedida a João Jovita em outubro de 2020.

<sup>41</sup> Entrevistado “Anônimo 4” (Ator histórico envolvido no processo de independência e consolidação do Estado Angolano e atualmente deputado junto à Assembléia Nacional de Angola pelo grupo parlamentar da UNITA), em entrevista concedida a João Jovita em outubro de 2020.

<sup>42</sup> CASTELLANO DA SILVA (2017, p. 319 e 324).

### 1.3.1- Contexto angolano

Como já mencionado, em meios aos conflitos para se assegurar a garantia da legitimidade interna, da integridade territorial e do reconhecimento internacional de Angola, destacou-se a corrida para a tomada do poder central pelo ELNA-FNLA (com apoio dos EUA, do ex-Zaire e, em menor intensidade, da China), pela FALA-UNITA (com apoio dos EUA, da África do Sul e, em menor intensidade, da China) e pelas forças do MPLA (apoiadas, entre outros, por Cuba)<sup>43</sup>. Entre tais atores, os esforços pela independência de Angola acabaram abrindo espaço para crises internas, as quais conduziram à Guerra Civil fomentada por intervenções de atores externos. Conforme destacou Assunção dos Anjos,

Angola emerge num estado de total conturbação e não houve coincidência entre a Proclamação da Independência e a obtenção da paz e da estabilidade, pois durante muitos anos existiu no meu país um conflito de uma maioria de caráter exógeno, mas também fatores de ordem endógeno<sup>44</sup>.

Interessante observar, ademais, que um nível adicional de complexidade de tais conflitos pode ser considerado: os das divisões e disputas dentro dos próprios movimentos independentistas. De fato, devido à percepção de que havia inconsistências nos programas e diferenças com relação a projetos nacionais, diversas figuras preferiram a dissidência e o alinhamento a antigos rivais<sup>45</sup>.

Tal dinâmica agravava o clima de desconfiança mútua que, aliada à fragilidade institucional do novo Estado, tornava impossível a integração das forças políticas. As referidas fragmentações foram verificadas ainda que se considere, por exemplo, a já conhecida articulação de uma estratégia única de ação entre as FALA-UNITA e os ELNA-FNLA, às vésperas da independência, junto a seus aliados regionais, como a África do Sul e o ex-Zaire (atual RDC), quando da Operação Carlota (1975), que se fundamentou pela intervenção militar cubana na guerra civil.

---

<sup>43</sup> COSME (2015) e PINHEIRO (2007).

<sup>44</sup> Entrevista de Assunção dos Anjos, membro do MPLA, diplomata e chanceler entre 2008 e 2010, entrevista concedida ao canal TV Senado do Brasil, em 2008.

<sup>45</sup> CAPOCO (2012, p. 124-125); RAMOS (2018, p. 112).

De forma geral, a partir da declaração de independência e apesar da hegemonia de um governo instalado pelas forças do MPLA na proclamada República Popular de Angola, com base em Luanda<sup>46</sup>, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)<sup>47</sup>, que teve o contínuo apoio dos EUA, da China e da África do Sul, projetou-se contra os avanços das forças socialistas<sup>48</sup>.

Relativizando a influência hegemônica dos atores externos no conturbado processo de consolidação da independência, o General Paulo Armindo Lukamba “Gato”, antigo membro de alto escalão da UNITA e seu representante quando das negociações de Paz de Luena, de 2002, afirmou recentemente que a dita “União” configurava-se em uma organização forte, de mérito próprio, e não em “mero fantoche” dos EUA, como muitas vezes propagandeado pelos adversários<sup>49</sup>. Enquanto a FNLA, como veremos, reduziria a sua presença nos territórios angolanos nas décadas seguintes a 1975, a UNITA continuaria a controlar parte desses espaços através da proclamada República Democrática de Angola no Huambo, e posteriormente na Jamba, com a liderança de Jonas Savimbi entre 1975 e 2002<sup>50</sup>.

De fato, a influência do ELNA-FNLA que, segundo N’Ganga (2008, p.23), fora crucial na ruptura da independência, foi perdendo continuamente fôlego no período subsequente, sobretudo com o cancelamento do apoio logístico e financeiro

---

<sup>46</sup> Para uma acesso a comícios de José Eduardo dos Santos, líder entre 1975 e 1979, ver: Comício José Eduardo dos Santos - Angola, 1992. Trecho do programa de propaganda de José Eduardo dos Santos, candidato do MPLA a presidente de Angola em 1992. Disponível em: [Comício José Eduardo dos Santos - Angola, 1992 - YouTube](#) acesso aos 12 de jun de 2018. Revisitado aos 02 de mar. 2022.

<sup>47</sup> Chivukuvuku (2016) e Castellano da Silva e Pedro (2015) convergem de que a postura carismática ideológica *anti-MPLA* de Jonas Savimbi consagrou seu apoio direto da África do Sul, dos EUA e parcialmente da China que buscavam travar o avanço comunista e o acesso aos recursos naturais de Angola.

<sup>48</sup> SILVA (2008), BARBOSA (2015), CASTELLANO DA SILVA (2016).

<sup>49</sup> LUKAMBA, Paulo Gato. General Gato aborda diplomacia de Jonas Savimbi. Disponível em: [General Gato aborda diplomacia de Jonas Savimbi - YouTube](#). Acesso aos 20 de dez. de 2019. Luanda. 2019.

<sup>50</sup> Para um acesso a comícios de Jonas Savimbi, ver: Comício de Jonas Savimbi no Cuanza-Sul - Angola, 1992 (3). Disponível em: [Comício de Jonas Savimbi no Cuanza-Sul - Angola, 1992 \(3\) - YouTube](#). Acesso aos 12 de jun de 2018. Revisitado aos 02 de mar. de 2022.



estadunidense, sul-africano e zaireense. Agravou tal processo o próprio estabelecimento do governo do MPLA, com influência marxista-leninista soviético e de base monopartidária, o que excluiu todo e qualquer tipo de concorrência política<sup>51</sup>. Finalmente, com o exílio de Holden Roberto, aprofundaram-se as crises internas e de sobrevivência do Movimento que, ainda assim, resistiu até as eleições de 1992, mas que, atualmente, encontra-se em um momento de quase extinção.

Finalmente, cabe ressaltar que a história política e militar angolana foi muito influenciada e impactada por dois atores domésticos para além do MPLA e da UNITA e que ainda merecem maiores estudos. O primeiro deles eram os movimentos de base de apoio ao MPLA, como a Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), a Organização da Mulher Angolana (OMA) e a vanguarda da FAPLA. Já o segundo eram os movimentos equivalentes de sustentação da UNITA, como suas frentes da juventude (através da Juventude Unida Revolucionária de Angola - JURA) ou ainda a organização Liga da Mulher Angolana (LIMA).

Tal complexidade e agências locais relativizam as leituras estrangeiras feitas à época, como através dos serviços de inteligência dos EUA<sup>52</sup>, de que faltava capacidade à população para agir, ainda que, de fato, as pressões exercidas pelos poderes militares e econômicos internacionais criassem uma significativa vulnerabilidade nessa mesma população, como lembra o embaixador Ismael Martins que, já em 1975, se encontrava como assessor especial internacional de Agostinho Neto<sup>53</sup>.

### 1.3.2- Contexto Regional

As relações de Angola com a África Austral estavam principalmente determinadas pelas conexões com a África do Sul e, em menor grau, com o restantes da

---

<sup>51</sup> CAPOCO (2012, p. 124).

<sup>52</sup> Gleijeses (2013), Silva (2008).

<sup>53</sup> MARTINS, Ismael. Entrevista do jornalista José Rodrigues sobre o percurso político e a experiência da diplomacia angolana ao Embaixador Ismael Martins, pela Rádio Luanda Antena Comercial (LAC) durante o programa Café da Manhã em 2019. Disponível em: [Café da Manhã 2019 com Ismael Martins, político e diplomata - YouTube](#). Acesso aos 10 de janeiro de 2020. Revisitado aos 02 de mar. de 2022. Rádio LAC/ORION/-programa Café da Manhã. Fala o carácter de que é característico do povo angolano, apesar das dificuldades na passagem à independência, s/Hoji-Ya-Henda e outros. (30.Out.19).

região. As relações bilaterais, examinadas em pormenor nos restantes capítulos, estruturaram-se pelo conflito armado em razão das ambições e diferenças que apresentavam as forças lideradas por Luanda, em sua luta anticolonial e pela autodeterminação, e, por Pretória, na manutenção de sua hegemonia regional. Soma-se a tal contexto a lógica dos jogos de alianças, que, como já referido, potencializou a dimensão do conflito, ultrapassando as fronteiras regionais e alcançando o âmbito internacional<sup>54</sup>.

As disputas político militares Angola-África do Sul, que tiveram um capítulo inicial já em 1975 pela forma como a Batalha de Kifangondo se estruturou e serviu de precedente ao ritmo das dinâmicas futuras, agravaram-se continuamente até os anos de 1988 a 1991, quando iniciaram-se movimentos mais consolidados de pacificação regional em razão do final da Guerra Fria e através, por exemplo, dos Acordos de Nova York, de 1988 e sob o respaldo do Conselho da Nações Unidas, e dos Acordos de Bicesse, de 1991. Conforme lembra o embaixador Ismael Martins<sup>55</sup>,

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso da URSS potencializaram a materialização dos processos de pacificação das dinâmicas regionais entre Angola e África do Sul, considerando que grande parte destas disputas foram motivadas pelas disputas bipolares e/ou as disputas bipolares foram trazidas nas disputas regionais e locais, dificultando arranjos diversos.

Finalmente, cabe ressaltar a importância da transição interna na África do Sul, com o novo governo sob liderança de Nelson Mandela a partir de 1994, para que uma nova dinâmica regional se instalasse, liberando energias dos dois lados da fronteira para a reflexão sobre princípios alternativos e pacíficos de estruturação de ambas as políticas externas. Militante da ANC, próxima das forças hegemônicas de Angola<sup>56</sup>, Mandela

---

<sup>54</sup> George (2005); Castellando da Silva (2016).

<sup>55</sup> MARTINS, Ismael. Entrevista do jornalista José Rodrigues sobre o percurso político e a experiência da diplomacia angolana ao Embaixador Ismael Martins, pela Rádio Luanda Antena Comercial (LAC) durante o programa Café da Manhã em 2019. Disponível em: [Café da Manhã 2019 com Ismael Martins, político e diplomata - YouTube](#). Acesso aos 10 de janeiro de 2020. Revisitado aos 02 de mar. de 2022. Rádio LAC/ORION/-programa Café da Manhã. Fala o carácter de que é característico do povo angolano, apesar das dificuldades na passagem à independência, s/Hoji-Ya-Henda e outros. (30.Out.19).

<sup>56</sup> GINGA (2014).

conquista o fim do *Apartheid* e investe seu governo na restauração da imagem internacional da África do Sul e na estabilização regional. Como lembrou recentemente o ex-chanceler angolano de 2010 a 2017, Georges Chicoty, antigo alto oficial da UNITA, as transformações internas que Angola conheceria no início do século XXI, como o fim da Guerra Civil, a reestruturação das instituições angolanas, a transição da política monopartidária para a pluripartidária e a liberalização econômica serviriam, em paralelo, ao reforço da transformação das relações regionais, elevadas ao nível das parcerias estratégicas e de busca da superação das desconfianças históricas<sup>57</sup>.

### 1.3.3- Contexto Global

Conforme observa Arne Westad (2019, p. 241), as particularidades presentes na África Austral fizeram com que a disputa bipolar da Guerra Fria influenciasse o curso das relações político-militares regionais, como no apoio soviético e no intervencionismo cubano em Angola, paralelamente à atuação conjunta dos EUA com a África do Sul para conter o avanço de uma política regional pró soviética. Nesse sentido, os interesses extrarregionais na disputa de poder entre Angola e África do Sul refletiam tanto questões internas quanto a própria disputa global de poder entre as superpotências, ainda que tal palco de disputas não tenha se apresentado como decisivo ao ponto de mobilizar os maiores trunfos e armamentos de que dispunham Washington e Moscou<sup>58</sup>. Apesar do caráter não vital, interessante observar o efeito das dinâmicas africanas sobre a própria ação e agenda das superpotências. Nesse sentido, cabe lembrar as palavras de Castellano da Silva (2017, p. 10), de que:

A política externa dos Estados age de forma interacional no sistema frente à ordem vigente. Estados que procuram transformar a ordem sistêmica podem encontrar defensores do *status quo* não dispostos a admitir a mudança. Ações revisionistas com grande ímpeto (revolucionárias) recebidas com atitudes reativas também expansivas (reacionárias) têm alta probabilidade de gerar conflitos sistêmicos.

---

<sup>57</sup> Avaliação do ex-Chanceler angolano Georges Chicoty, pela TV Zimbo, no seu programa Revista Zimbo em 2016. Conforme já destacado em link anterior e nas referenciais bibliográficas.

<sup>58</sup> GADDIS (2005, p.21).

Para Visentini (2016, p. 111 e 116), o contexto bipolar impactou de duas formas a África Austral. O primeiro impacto teria sido positivo na medida em que grande parte dos países africanos teriam conquistado suas independências instrumentalizando, nesse sentido, os confrontos Leste e Oeste. Já um segundo impacto seria de caráter negativo, dado o aprofundamento dos conflitos internos e dos desafios já existentes, como o baixo desenvolvimento socioeconômico, a exploração dos recursos naturais para sustentar os conflitos e as mortes durante os combates<sup>59</sup>. Completa-se, com esse nível de escala, a complexidade múltipla das estruturantes relações belicosas bilaterais.

Finalmente, importa destacar a reflexão de Miguel Júnior (2019, p.23) sobre a necessidade de se discutir o quanto a articulação entre as escalas espaciais (e o que representam) determinou (ou criou fortes incentivos para) a resolução violenta do processo de independência de Angola, que duraria por décadas, marcando a história recente e o presente de suas populações.

Os arranjos diplomáticos subsequentes, discutidos nos próximos capítulos, buscarão analisar as bases institucionais provenientes das correlações de forças que envolveram a região e o cerne da política internacional nela vigente nas décadas finais do século XX. Estes, produziram as condições chave para a normalização dos processos entre Angola e África, bem como para suas relações com a África do Sul, com destaque, o fim do *Apartheid* sul-africano, o fim da Guerra Civil angolana, a instauração da democracia, a liberalização econômica e a inclusão socioeconômica e política.

---

<sup>59</sup> Nesse sentido, ver também: GEORGE (2005).

## CAPÍTULO II - AS CONDICIONANTES DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DE ANGOLA

A história contemporânea de Angola (1975-2002) apresenta desafios profundos do ponto de vista de produção científica-acadêmica, principalmente sobre como a academia poderia trazer contribuições essenciais que contribuam no estudo das bases e dos fundamentos pelos quais estão firmados o pensamento político, diplomático e militar angolano.

Angola, no período pós-independência, adotou uma política externa pragmática e propositiva, coincidente com uma estratégia de sobrevivência política, diplomática e militar. As especificidades do contexto interno e externo do país à véspera de sua independência apresentaram elementos chaves para análise das motivações que levou à formulação de tal posição, em especial, de uma política externa voltada para África do Sul. O presente capítulo se propõe a apresentar esses elementos determinantes.

Como visto no capítulo anterior, Angola protagonizou e foi palco da ação de políticas externa de Estados aliados e não aliados (atores regionais e/ou superpotências mundiais). Os direcionamentos dessas políticas foram, principalmente, de natureza militar, cuja articulação bidirecional impactou a sobrevivência estatal e a manutenção da sua soberania.

No âmbito interno, as dinâmicas de poder podem ser medidas pelo relacionamento das forças políticas atuantes, nomeadamente: o governo do MPLA-FAPLA, que detinha o controle do poder central, o ELNA-FNLA e as FALA-UNITA que, respectivamente, desafiaram tal controle durante o longo período de 1975 a 2002. Constata-se, também, pela análise do contexto interno, que as atividades políticas e militares de Angola sempre foram constrangidas por manobras e contramanobras das superpotências - EUA e URSS -, assim como das potências médias com influência na região, caso de Cuba, e das potências emergentes que se projetavam regionalmente, tais como o Zaire (atual RDC) e a África do Sul. Todos com interesses de influenciar, de alguma forma, os rumos que Angola buscava adotar. Conforme observa Edwards (2013, p. 1):

*The Cold War and the Iron Curtain are certainly amongst the most well known terms in the post-World War II political lexicon. The Cold War was an epic period in world*

*history, probably the first period in history that we can speak of as global history [...] and southern Africa was a significant geographical area within this global contestation.*

Ao dissertar sobre as condicionantes da inserção internacional de Angola, cabe apontar os quatro períodos distintos, conforme definidos por Ambrosio (2019), que representam e concentram os principais processos que marcaram os fundamentos da história sociopolítica, econômica e militar do país, a saber:

1 - Pré-colonial, sendo até ao século XIII, o das sociedades recoletoras, Pigmeus e Khoisan, e do século XIII ao início XV, o dos reinos (Congo, Matamba, Ndongo, Cuanhama, Benguela e impérios Lunda Tchokwé);

2 - Conquista e resistência colonial, do século XV ao século XIX;

3 – Colonial, do século XIX a meados do século XX; e

4 - Pós-Independência, dos anos de 1975 aos dias atuais<sup>60</sup>.

A partir de tal periodização, destaca-se a transição política de independência com Portugal entre 1961-1975 e, fundamentalmente, o período pós-independência de 1975 a 2002, objeto de exame neste trabalho.

O atual espaço geopolítico angolano distingue-se daquele dos períodos pré-colonial e colonial<sup>61</sup>, cujos recortes acabaram finalmente sendo redefinidos pela Conferência de Berlim (ou do Congo) de 1884-1885.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, em meio ao comércio transatlântico, ou triangular, o território angolano desempenhou papel relevante na manutenção das relações comerciais versadas sob a lógica do expansionismo europeu. Destacando-se como um dos territórios coloniais mais importantes para o Império português e como um dos principais entrepostos das rotas transatlânticas do comércio negreiro que ligava

---

<sup>60</sup> Tal divisão temporal proposta por Ambrósio difere daquela proposta por Lucas Ngonda (2008), segundo o qual a distinção obedece a três períodos sem discordância com os mesmos, atendendo e, na mesma lógica, combinando os tempos históricos. Ambrósio, por sua vez, entende necessária a revisão e adequação de tal reflexão aos atuais processos sociopolíticos, culturais e econômicos do país como um todo.

<sup>61</sup> Durante o momento pré-colonial, o espaço geográfico angolano já tinha sido partilhado por diversos reinos e impérios livres e independentes, de acordo com as suas identidades linguísticas e grupos étnico-culturais.

a Europa à África e às Américas. Entretanto, foi no momento pós-colonial, ou pós-independência, que Angola tornou-se um ator pleno e soberano em busca de sua personalidade jurídica local e internacional, participando dos arranjos estratégicos da política internacional vigente e, ao mesmo tempo, os impactando.

A participação e o compartilhamento de agendas e estruturas de maior complexidade permitiram à Angola aprofundar e ampliar suas aspirações regionais e internacionais. Do ponto de vista local, a ideia de construção, pacificação e transição para uma comunidade política fundada sob os pressupostos do Estado-Nação<sup>62</sup>, enquanto mecanismo viável, foi e continua sendo um dos maiores desafios enfrentados por Angola, tendo em vista a diversidade e a complexidade de sua população e de seu território<sup>63</sup>. Não por acaso, à véspera da independência, as elites políticas e intelectuais angolanas concentraram esforços na elaboração de um projeto político que fosse de carácter nacional, mais diverso e inclusivo. As dificuldades e divergências para consolidar um projeto robusto e aceitável, conforme almejado, criou choques de interesses locais e internacionais.

Essa lógica, associada às confluências da Guerra Fria e suas repercussões regionais, agravaram e travaram todo e qualquer avanço político, diplomático e militar. O exame das relações angolanas com a África do Sul servirá, nesse sentido, de oportunidade para se entender os percalços e os avanços do período pós independência quanto ao amadurecimento institucional, à consolidação da democracia e à inserção internacional.

---

<sup>62</sup> A diversidade cultural e linguística e o passado geopolítico e histórico de Angola contribuiriam para a construção de outro tipo de sociedade que pudesse contemplar a diversidade dentro dos parâmetros da lógica do Estado-nacional, ainda que a convivência na diversidade seja sempre difícil e de um aprendizado constante.

<sup>63</sup> Essa condição, em particular para Angola, não implicou a manutenção das suas relações entre as nações (comumente conhecidas por tribos), mas afetou suas estruturas sociopolíticas, econômicas e militares, enfraquecendo a capacidade de resposta nos assuntos de segurança e integridade territorial.

## 2.1 Condicionantes Externas de Angola: Regionais e Sistêmicas Internacionais

Desde o início do século XX, os níveis de violência na região da África Austral foram exacerbados, resultado da conjunção do “momento wilsoniano” com a evolução dos projetos colonizadores e ocupações arbitrarias<sup>64</sup>. O aprofundamento das lutas pela independência<sup>65</sup> e a Guerra Fria apenas abririam um novo capítulo nessa história de violência<sup>66</sup> e, por sua vez, condicionariam os arranjos políticos de Angola durante seu período de transição de colônia para Estado independente.

Tendo em vista esse particular aspecto da trajetória africana, o presente subcapítulo dedica-se a avaliar como o contexto externo, tanto em nível regional quanto internacional, impactou e foi impactado pela política interna angolana e sua estratégia de inserção internacional. O exercício de análise desenvolve-se da seguinte maneira: no primeiro item, a Guerra Fria é apresentada como fenômeno inseparável das questões domésticas enfrentadas pelo governo de Agostinho Neto (1975-1979) e, posteriormente, de José Eduardo dos Santos (1979-2002); no segundo item, é realizada a análise sobre como a Guerra Fria e as questões internas de Angola afetaram a relação entre os países da África Austral, em especial aquela com a África do Sul, que, como será demonstrado, assumiu caráter mais pragmático.

### 2.1.1- A Guerra Fria

As diferentes fases da Guerra Fria reverberaram, cada uma à sua maneira, na história angolana, em especial nos anos que correspondem à crise final do colonialismo português (entre 1961 e 1975) e à consolidação da independência (entre as décadas de 1970 e 1980). Elas também afetaram as dinâmicas regionais da África Austral, nas quais se inclui a relação entre Angola e África do Sul, particularmente ao longo dos anos 1980. Ao mesmo tempo, longe de ser um processo de mão única, as conjunturas

---

<sup>64</sup> EREZ MANELA (2007).

<sup>65</sup> Conforme Hugon (2009, p,84), os conflitos que marcaram a região combinavam naturezas diversas, sendo: 1 - conflitos derivados da convivência sociopolítica (segregacionista, opressão na base da violência física e moral entre o colonizador e o colonizado); 2 - conflitos étnicos de naturezas diversas; e 3 - guerras de independência que se prolongaram de acordo com as determinadas regiões onde aconteciam.

<sup>66</sup> KEYLOY (2001, p. 410); HUGON (2009, p. 84); ECOSTEGUY (2011, p. 29).



regional e interna de Angola também impactaram a disputa entre as duas superpotências mundiais ao introduzir, por exemplo, as demandas africanas nos debates internacionais e também ao buscar respaldo dos grandes atores internacionais para obter legitimação interna e externa.

Em meio a tal dinâmica, a presença das superpotências e de atores como China e Cuba conheceu momentos de intervenções diretas e indiretas, afetando as dinâmicas de segurança local e regional, muitas vezes até mesmo ditando as relações político-militares<sup>67</sup>.

De forma geral, para o continente, ao mesmo tempo em que serviam como apoio aos atores regionais e locais, as alianças e o intervencionismo influenciaram negativamente as possibilidades de articulações desses mesmos atores, complicando, ou, em certos casos, anulando por completo a possibilidade de transição pacífica de colônia para Estado independente. Como lembra Westad (2019, p. 207), Washington e Moscou buscavam zonas de influências também na África, com os EUA tentando evitar toda e qualquer possibilidade de que os russos se aproximassem do Atlântico Sul e, por sua vez, com a URSS tentando influenciar e marcar sua presença nesses espaços<sup>68</sup>.

Segundo Bernadino (2015, p. 17), a independência angolana não eximiu o país das implicações da Guerra Fria, tampouco o livrou das ameaças regionais. Pelo contrário, os processos adjacentes à Guerra Fria influenciaram na sucessão de novos conflitos civis e interestatais, bem como afetaram toda a arquitetura de paz e segurança regional<sup>69</sup> diante das guerras de coalizões<sup>70</sup>. Assim, enquanto alguns povos conseguiram negociar pacificamente sua independência<sup>71</sup>, Angola e a maioria das colônias

---

<sup>67</sup> JOSÉ (2011, p. 69).

<sup>68</sup> Ver, também: Silva (2008, p. 151).

<sup>69</sup> Adebayo enfatiza que “*the Cold War affected the african state system by promoting proxy wars and flooding the continent with arms*” (2007, p. 18).

<sup>70</sup> WESTAD (2019, p. 208).

<sup>71</sup> Segundo Keylor (2001, p. 411), na década de 1960, muitos países africanos negociaram sua libertação, com a exceção da África do Sul, que já gozava desse *status* desde 1910, de Gana, que se tornou independente em 1957, e da Etiópia, que não havia sido colonizada, mas apenas ocupada pela Itália (conforme Wasseling (2008, p. 13), apesar de sofrer invasões pela Itália, a Etiópia não foi sujeita a alguma colonização direta ou indireta nos moldes comuns do princípio da arbitrariedade europeia definidos pela Conferência de Berlim de 1884-1885).

portuguesas, imersas nesse contexto, tiveram de fazer uso da violência armada para se libertarem do jugo colonial<sup>72</sup>.

Nesse sentido, as investidas promovidas pelo Zaire e pela África do Sul sobre o território angolano entre 1975 e 1989 levaram a uma maior aproximação de Angola com Cuba e com a URSS, assinando acordos estratégicos de assistência militar e civil o que, por sua vez, acarretou maior articulação da África do Sul com os EUA e a Grã-Bretanha, transformando a região em uma das principais zonas de influência política e militar da Guerra Fria<sup>73</sup>. Conforme destaca Visentini (2012, p. 45):

Angola, Moçambique e Guiné-Bissau conquistaram suas independências, as guerras que envolveram esses países deram lugar às guerras civis que acabara internacionalizadas com o envolvimento de Cuba e o Pacto de Varsóvia, enquanto a OTAN consolidava seu apoio a África do Sul e demais nações insurgentes que transformou o continente num ponto quente da Guerra Fria.

Além da Guerra Fria ter aprofundado as relações bélicas já existentes entre os países da África Austral, também comprometeu todo e qualquer arranjo doméstico angolano. Tendo em vista que a estratégia sul-africana de manutenção de uma hegemonia regional, com o apoio dos EUA, compreendia a potencialização militar de atores domésticos, como no caso da FALA-UNITA, para criar e perpetuar situações de instabilidade<sup>74</sup>. Finalmente, faz-se importante observar que, para além da retórica da rivalidade ideológica, uma enorme gama de interesses das superpotências relacionava-se, na verdade, a questões geoestratégicas e econômicas, em razão da abundância de recursos naturais presentes no território angolano. Nesse sentido, Westad (1997, p. 22) lembra que:

*KGB Deputy Chairman Viktor Chebrikov explained that especially Angola and Guinea-Bissau had great potential strategic importance for the Soviet Union, and that both the United States and China were trying to increase their influence with the liberation movements in these countries.*

---

<sup>72</sup> Savite (2014) e Ramos (2018) estabelecem a década de 1960 como início oficial das lutas contra o domínio colonial em Angola, não obstante existirem outras formas de resistência colonial anteriores a esse momento.

<sup>73</sup> N'GANGA (2008, p. 18); VISENTINI (2012, p. 35).

<sup>74</sup> VIEGAS FILHO (2016, p.42).

### 2.1.2- Outras Relações Regionais

Para além da importância do conflito bipolar, inclusive para entender a contemporaneidade mais imediata das relações internacionais na África Austral, como lembra Jackson (2010, p. 231), importante relevar as relações e dependências de outras escalas dos conflitos que a região conheceu, como as provocadas pela existência (e o combate) ao regime do *apartheid* da África do Sul, em que Angola teve papel central, tornando ainda mais complexa a polarização entre Luanda e Pretória.

Fazendo uso de boicotes, articulação de alianças e coordenação com movimentos internacionais, Angola desempenhou um papel preponderante para pressionar de forma combinada o fim do regime e a libertação e eleição de Nelson Mandela. Não por acaso, em 2010, Jacob Zuma, então presidente da África do Sul, condecorou José Eduardo dos Santos com a medalha *Oliver Tambo*, mais alta distinção do Estado sul-africano<sup>75</sup>.

Ademais, com a reconfiguração da África Austral em razão das independências que a região conheceu, inéditas relações (e ambições) surgiram, afetando diretamente a posição hegemônica que a África do Sul conhecera até então, ameaçando-a inclusive militarmente, como seguiremos vendo mais adiante<sup>76</sup>.

## 2.2 - Condicionantes Internos de Angola

Este subcapítulo apresenta os principais eventos e contextos internos que condicionaram os arranjos políticos implementados por Angola na segunda metade do século XX, levando em conta as dinâmicas de luta pela autodeterminação e de conflitos em razão das disputas entre os diversos movimentos independentistas. Dada a complexidade de escalas da inserção internacional angolana, o objetivo aqui é de avaliar como as questões internas afetaram as relações estrangeiras e moldaram, também, a

---

<sup>75</sup> Em seu discurso de agradecimento, Santos lembrou que “Oliver Tambo foi uma figura história e lendária, do movimento de libertação em África, conduziu com tenacidade e perspicácia o ANC e, na luta política e militar, o povo sul-africano (...) teve o privilégio de com ele discutir, concertar e implementar programas, planos táticos comuns, enquanto Nelson Mandela estava preso” (SANTOS, 2010, p. 37).

<sup>76</sup> WIGHT (2002, p. XL) e VISENTINI (2008, p. 360).

formatação do Estado e de sua Política Externa em suas primeiras décadas como entidade política soberana.

Dessa forma, as primeiras duas seções apresentam as ambições em termos de formação de uma primeira política externa a partir do momento em que a independência passou a fazer parte do horizonte de expectativa e, conseqüentemente, a guerra, como processo social, para além do político-militar, potencializou tais ambições. Por fim, os demais itens retornam aos casos seqüentes de conflitos que os territórios angolanos conheceram desde meados do século XX até o início do século XXI para discutir o diálogo entre esses processos históricos.

Entende-se que, as questões abordadas neste subcapítulo sejam essenciais para identificar e analisar os elementos presentes na política externa angolana adotada durante os governos de Agostinho Neto (1975-1979) e de José Eduardo dos Santos (1979-2002).

### 2.2.1- Angola em Busca de uma Política Externa

A inserção internacional de Angola esteve limitada, desde o início, pela luta armada contra a Metrópole. Carente de condições materiais para fazer frente a Portugal, os movimentos angolanos de libertação, cada qual a sua maneira, buscaram mobilizar o máximo possível de recursos, tanto políticos, quanto militares e econômicos, para que suas ambições se materializassem<sup>77</sup>. Não obstante, a independência foi resultado da soma de fatores, como as crises em outras colônias portuguesas, os boicotes internacionais e regionais e, em particular, a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974<sup>78</sup>. O movimento que conheceu os territórios metropolitanos abriu uma janela de oportunidade de negociação aos movimentos em luta na África, o que não se havia conhecido nos períodos de governo de António Salazar e Marcelo Caetano.

Desde os primeiros movimentos pela independência<sup>79</sup>, e posteriormente, a partir da proclamação, a opção por uma política diplomática baseada no pragmatismo

---

<sup>77</sup> IRENE NETO (2012, p. 41-43).

<sup>78</sup> RAMOS (2018, p. 550); GLEIJESES (2002, p. 230); VIZENTINI (2012, p. 41).

<sup>79</sup> A historiografia oficial aponta o dia 04 de fevereiro de 1961 e 15 de março do mesmo ano como início da luta armada contra Portugal. Entretanto, vale ressaltar que a resistência armada em Angola é anterior à sua oficialização no plano político social atual (1960-1975), pois, diversas foram as revoltas armadas registradas, ou seja, o convívio com os povos aí instalados

propositivo tornou-se hegemônica entre as forças lideradas por Agostinho Neto, que consideravam o peso das condicionantes bipolares e das ameaças militares imediatas como estruturantes para o caminho a ser percorrido pelo novo Estado, como lembra Malaquias (2011, p. 5). Para o então líder, seria imprescindível evitar qualquer alinhamento automático, investindo-se preferencialmente em alianças<sup>80</sup>.

De forma complementar, na avaliação de Miguel Júnior (2019, p. 19), para relativizar tal contexto e garantir a manutenção da soberania nacional, fazia-se imperiosa a formação de uma elite qualificada e de um governo institucionalizado, capaz de mobilizar recursos suficientes para atender à alta demanda de investimentos técnico, financeiro e militar.

O conturbado contexto, que influenciou a institucionalização do novo poder conquistado pelo MPLA, e até as próprias Leis Constitucionais de 1975 e 1978, ademais da influência dos modelos políticos do socialismo real<sup>81</sup> acabaram consolidando uma concentração do poder nas mãos de parte dessa elite, em muito militarizada, definindo o presidente, auxiliado pelo Conselho Revolucionário e pela Assembleia do Povo<sup>82</sup>, como principal ator responsável por conduzir a política externa do país<sup>83</sup>. O próprio corpo diplomático carregaria tal perfil, corroborado em suas ações e visões de mundo, com realce a doutrina militar e as preocupações em torno da segurança nacional<sup>84</sup>.

---

sempre conheceu resistência, dentre elas é possível destacar, segundo Kamabaya (2003): as revoltas de Pangu-a-Kintina, Bula Matadi, Álvaro Buta no reino do Congo, de Nzinga Mbandi e Ngola Kiluanji nos reinos do Ndongo e Matamba, Mandume Kwanhamas. Por sua vez, Moco (2019, n. p.) e Santos (2016, n. p.) apontam várias outras mais recentes, que começaram com a revolução artística (música e poesia) de Agostinho Neto, Pepetela, Wanhengaxitu, Lourdes Van-Dúnem, Elias Dia Kimuezo, Samanguana e Teta Lando.

<sup>80</sup> NETO (1975, n.p) e (1978, n.p.).

<sup>81</sup> Nesse sentido, o ex-presidente de Angola José Eduardo dos Santos em seu discurso proferido em 31 de março de 2010 (p.41), durante as comemorações da vitória da Batalha de Cuito Cuanavale, apontou que, decerto, a centralidade se consumou muito pelo fato de que o regime socialista soviético monopartidário contribuiu para tal.

<sup>82</sup> Na constituição Angolana de 2010, e em sua versão revisada de 2021, têm papel equivalente ao do Conselho Revolucionário e da Assembleia do Povo o atual Conselho de Defesa e Segurança Nacional, Conselho de Ministros e a Assembleia Nacional.

<sup>83</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 44).

<sup>84</sup> Na avaliação do ex-presidente de Angola José Eduardo dos Santos, proferido aos 16 de Agosto de 2010 (p. 91), em Windhoek – Namíbia, a centralidade dos assuntos de defesa e

Nesse contexto, e balizado pela Lei constitucional de 1978, Agostinho Neto orientou seu então chanceler, José Eduardo dos Santos, a prosseguir com uma estratégia de formação de alianças como forma de legitimar o poder do novo governo e de buscar reconhecimento e credibilidade internacional. Levando em consideração que tais ações reduziriam o impacto negativo da violência militar no âmbito doméstico (contra as FALA-UNITA) e regional (contra os vizinhos Zaire e África do Sul) na imagem do país<sup>85</sup>. Concomitantemente, deveriam fazer parte da ação externa o apoio à descolonização dos povos africanos e asiáticos e a defesa da igualdade entre as nações, sem descartar as ambições de promoção da pacificação social e do desenvolvimento econômico que, porém, seriam retardadas em razão dos múltiplos conflitos em que se envolveriam os novos territórios independentes<sup>86</sup>.

Ainda sobre o papel da elite angolana no desenrolar de sua inserção internacional, Castellano da Silva (2017, p. 96) lembra que, o grupo que não era caso único em seu tempo, assumira uma interpretação própria do “pressuposto da teoria das elites [elaborada por Bobbio (1998, p. 385)]”, segundo o qual “o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo”<sup>87</sup>.

A respeito da concentração do poder, entende-se o mesmo como não isolado da influência de outras forças políticas internas e externas. Lembrando os ensinamentos de Tayfur (1994, p. 114-116), em consonância com o proposto por Renouvin e Duroselle (1964), a análise da política externa de um país demanda sempre o exame dos contextos domésticos e internacionais nos quais ela se insere, combinando diferentes níveis de abordagem, ora nos líderes, ora na burocracia governamental, ora na cultura ou filosofia institucional, ora na economia e geografia; elementos que estão intimamente vinculados

---

segurança concentrou-se nas mãos da elite militar ligada ao Partido MPLA nos processos decisórios da política externa angolana, e substancialmente aos diplomatas que também, na sua maioria, vinham de uma doutrina militar. Considerado como mecanismo de autoproteção tendente às ações do governo do apartheid na África do Sul e na antiga Rodésia – Zimbábwe.

<sup>85</sup> RAMOS (2018, p. 403); LEÃO (2007); MALAQUIAS (2011).

<sup>86</sup> NETO (1975, n.p.; 1978, n.p.).

<sup>87</sup> Castellano adverte, entretanto, que essa condição não implica que todos os envolvidos sejam homogêneos e isolados de interações mais pluralistas (2017).

à própria dinâmica do sistema internacional<sup>88</sup>. Cabe à academia, segundo Renouvin e Duroselle (1964), apresentar estudos que dialoguem de forma transdisciplinar e consistente com os diversos ramos do conhecimento, como história, sociologia, filosofia, geografia, conforme as unidades de análise que o entendimento do fenômeno demanda.

Apesar de tal preocupação continuar guiando as reflexões aqui propostas, o que se notou até o final da Guerra Fria foi a prevalência da exclusão de atores domésticos com a opinião pública, a academia e de interesses econômicos privados dos processos de reflexão e tomada de decisão em Política Externa. O importante avanço na integração foi se efectivando com a transição de um regime monopartidário para multipartidário.

### 2.2.2- A guerra como fenômeno social no contexto angolano

A guerra é um fenômeno social antigo, tema de amplos debates teóricos. Segundo Clausewitz (1993, p.75), “é (...) um ato de força física para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”. Por sua vez, Mei (2018, p. 460) considera que a guerra não se limita apenas a um fenômeno bélico, senão, parte dinâmica da experiência humana, “é um produto da atividade humana, um fenômeno histórico-social”, registrou. Por outro lado, a guerra não é absoluta, mas, sim, está subordinada à vontade e objetivos políticos.

Dos quais Clausewitz (1993, pp.75-81), entende que são os que conduzem os povos à guerra. Tampouco ela é unidimensional, podendo envolver diferentes tipos de atores e territórios, ou nas palavras de Mei (2018, p. 461), tampouco “não é decidida num único enfrentamento, se desdobra no tempo e no espaço e apresenta mais momentos de enfrentamentos e o resultado de uma guerra nunca é final”.

Tais conceptualizações podem ser aplicadas ao caso dos territórios hoje compondo Angola, em que a guerra fez parte da história desde os tempos pré-coloniais mas que, em contextos mais recentes, tornou-se uma das principais ferramentas de construção do ideário nacional, principalmente em um processo de alteridade levando em conta a presença e a influência exercida sobre a África Austral pela África do Sul<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> Nas palavras de Tayfur (1994, p. 116): “*an understanding of foreign policy requires a mixture of knowledge which covers both political Science (domestic politics) and international relations (international politics) [...] to explain foreign policy phenomenon*”.

<sup>89</sup> CASTELLANO DA SILVA (2015, pp. 141-143, 152).

Na verdade, a guerra fez-se imperiosa não apenas no nível regional, entre Angola e África do Sul, inclusive, no nível local e extrarregional<sup>90</sup>.

Entre as razões para tal dinâmica belicosa de relações encontra-se a localização estratégica de Angola, com acesso à África Central, Meridional e Oriental, transformando-a em um “importante instrumento do xadrez geoestratégico da África” e atraindo a cobiça de potências regionais, como a própria África do Sul e o Zaire, assim como de potências médias, fora da região, como China e Cuba<sup>91</sup>.

Por fim, a guerra apresentou-se, também, como inevitável, pois as alianças entabuladas pelos movimentos independentistas angolanos acarretaram o envolvimento das superpotências mundiais – os EUA, como aliado das FALA-UNITA e da África do Sul e Zaire, e a URSS, como aliada da FAPLA-MPLA e de Cuba<sup>92</sup>. A força com que a Guerra Fria se manifestou ao sul da África trouxe o conflito para a região e o transformou em natureza, manifestando-se, como em poucos lugares do mundo, em forte oposição (e conflito) armada<sup>93</sup>.

Dada a centralidade da guerra para as primeiras décadas de existência do Estado angolano independente, difícil dissociá-la da estruturação institucional interna e das visões de mundo que a elite moldaria no período, fazendo com que a máquina pública fosse, paralelamente, objetivo e objecto do conflito, a qual as distinções entre guerras de diferentes níveis através das fronteiras fossem mais fluídas do que determinantes em sua gestão<sup>94</sup>.

As consequências dos conflitos armados também pode ser medidos pelo impacto resultante na vida social e econômica, como lembra Crocker (1992, p. 402). Nesse sentido, Visentini destaca que os interesses políticos que enfatizavam a guerra eram justificados também pelo fato de “a África Austral, em seu conjunto, possu[ir] imensas reservas de minerais estratégicos e potencialidades agrícolas, além de deter uma posição geopolítica estratégica na rota entre o Oceano Atlântico e o Índico” Visentini (2016, p.119).

---

<sup>90</sup> Vale ressaltar que os confrontos no nível regional ocorreram entre 1975 e 1989 e, no nível local, foram prolongadas até 2002 (RAMOS, 2018).

<sup>91</sup> BATSÍKAMA (2017, p. 95).

<sup>92</sup> MALAQUIAS (2011).

<sup>93</sup> VISENTINI (2018, p. 118).

<sup>94</sup> RAMOS (2018, p. 554-555).



Levando tais perspectivas em conta, pode-se classificar as disputas locais e regionais que precederam e procederam a independência de Angola em três: “guerra de libertação nacional”, abarcando os anos de 1961 a 1975; “guerra de legitimidade”, entre 1975 e 1991, que determinou os principais processos de construção do Estado angolano e de suas dinâmicas com a África do Sul; e “guerra de *status quo*”, de 1992 a 2002, na qual a perspectiva regional deixou de ser o cerne dos confrontos, centrados então na disputa entre o governo do MPLA, em Luanda, e da UNITA, na Jamba, e a qual conferiu nova base essencial para o aprendizado institucional do atual Estado angolano<sup>95</sup>.

### 2.2.3 - A guerra de independência

Em diversos registros, tanto a academia como a própria comunicação diplomática angolana e a imprensa nacional e internacional, têm classificado os conflitos de Angola, de antes e depois da independência, como se resumindo a episódios de guerra civil<sup>96</sup>. Faz-se importante, entretanto, destacar a complexidade que tais episódios contemplam.

A promoção de pautas claras aos povos africanos e asiáticos por instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas, principalmente aquelas referentes à autodeterminação e à descolonização, ao desarmamento e ao desenvolvimento<sup>97</sup>, assim como o irromper da Guerra Fria fomentaram e fundamentaram o nacionalismo no continente africano e forneceram argumentos e elementos de luta para a libertação dos povos sob jugo colonial.

No caso da África, as independências tiveram particularmente dois efeitos: a) aprofundaram as crises locais, suscitando conflitos longos e criando oportunidade para o surgimento de ditaduras com políticas excludentes, e b) fizeram crescer o número de atores locais internacionalizados, que introduziram novas agendas nos debates entre nações e trouxeram à luz questões antes marginalizadas. Criou-se, nesse contexto, um ambiente favorável ao pleito das colônias portuguesas que ainda viviam sob o *status* de “províncias ultramarinas”, como Angola.

---

<sup>95</sup> N’GANGA (2008, p. 22).

<sup>96</sup> N’GANGA (2008, p. 23).

<sup>97</sup> Ver o discurso do representante Araújo Castro, 1963, Diplomata Brasileiro na ONU, os 3D Descolonização, desarmamento e desenvolvimento.

A evolução de tal conjuntura resultou, entre outros, nos Acordos de Alvor, de 1975, que definiram as bases e processos da independência do povo angolano a serem seguidos pelos representantes dos movimentos de libertação<sup>98</sup>, encarregando Portugal com a responsabilidade de conduzir pacificamente a transição, tanto em seu aspecto político, quanto econômico e militar. Entretanto, a proposta apresentada por Lisboa não foi capaz de dirimir as tensões e divergências que se avolumavam entre os movimentos, seus representantes e respectivos aliados. As alianças externas, especificamente, determinaram o rumo das negociações e, conseqüentemente, o caminho a ser seguido por Angola.

Os movimentos de libertação viram-se diante de duas opções, optar por conciliar seus interesses e fortalecer a unidade nacional ou lutarem entre si para se imporem domesticamente e obter legitimidade internacional. As ilhas ideológicas e materiais tornaram difícil a articulação política e militar, comprometendo qualquer possibilidade de se estabelecer uma unidade nacional e, por conseguinte, aprofundando a desestabilidade interna. Segundo Malaquias (2011, p. 5):

*Angola came into being as an independent state under traumatic circumstances [...] with the help of foreign allies, the FNLA and UNITA used military force in an attempt to dislodge the MPLA from the capital city of Luanda before independence in time to replace the departing Portuguese colonial authorities. Zairian and South African troops invaded Angola in an attempt to place the FNLA and UNITA, respectively, in power. The MPLA took similar action by obtaining Cuban assistance to hold Luanda successfully until independence was proclaimed.*

Procedendo cada qual com sua própria estratégia de afirmação doméstica e reconhecimento internacional, os movimentos passaram à confrontação direta, militar e política, que por sua vez, acirrou a rivalidade entre as elites que os compunham<sup>99</sup>. Outrossim, os choques ideológicos e confrontações militares serviram como subterfúgio para intervenções externas que garantiriam a sobrevivência e vitória dos movimentos<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> A saber: 1. Formação de governo de transição; 2. Formação de forças Armadas para Angola; 3. Criação de infraestrutura adequada para conduzir as eleições gerais em outubro de 1975, para posterior Proclamação da Independência em 11 de novembro do mesmo ano, pelo governo vencedor das eleições (ACORDOS DE ALVOR, 1975, n. p.).

<sup>99</sup> GEORGE (2005); MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 23).

<sup>100</sup> SCHMIDT (2013, p. 126).

As alianças entabuladas tornam aparentes conflitos locais em embates complexos e internacionalizados.

Apesar das diferenças e disputas entre os movimentos, o reconhecimento externo representava para todos condição primária para qualquer forma de sobrevivência daquele que viesse a tomar o poder após a independência. Nesse sentido, os instrumentos previstos nos Acordos de Alvor para manutenção da soberania nacional acarretaram a corrida pelo reconhecimento internacional, onde cada movimento proclamou unilateralmente a independência de Angola. As estruturas e expectativas políticas criadas por Alvor levaram o país a conhecer três governos, ou Estados, simultâneos, no mesmo espaço geográfico e com projetos nacionais totalmente diversos<sup>101</sup>.

Representado por Agostinho Neto, as FAPLA-MPLA, auxiliadas por Cuba e pela URSS, após vencerem Batalha de Kifangondo, ao norte de Luanda, em 1975, contra o ELNA-FNLA<sup>102</sup> e as FALA-UNITA<sup>103</sup>, acabaram proclamando a independência da República Popular de Angola no dia 11 de novembro, diante de representantes enviados por outros países para averiguar o processo de transição, caso do Brasil, Portugal e, inclusive, dos EUA<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> Embora não tendo o reconhecimento efetivo de todas as frentes, o período da Proclamação da Independência no mesmo território, registrou três independências que fundou três Estados soberanos, mas que apenas dois deles passariam a ter um reconhecimento pleno, conduzida pelo Agostinho Neto, e o outro parcial, em certa medida, conduzida por Jonas Savimbi. Tanto Jonas Savimbi quanto Agostinho Neto entendiam-se ser Estados e governos independentes, com forças armadas e diplomacia instituída e representada. BAUER; TAYLOR (2005, p. 145).

<sup>102</sup> Segundo Gleijeses (2002, p. 238), “*throughout the war, the FNLA’s greatest asset was the support of Zaire Mobutu was playing a complicated game. While loudly proclaiming his support for the FNLA, he was also discreetly cultivating good relations with Portugal because, like Zambia, Zaire depended on access to the Benguela railroad, which carried more than half of its foreign trade... The Chinese joined the fray... promised him military aid*”.

<sup>103</sup> Principalmente o apoio dos serviços de espionagem e contraespionagem da Agência Central de Inteligência (CIA), que produzia informações táticas e estratégicas em toda África Austral e dentro de Angola.

<sup>104</sup> Discursos da Proclamação da Independência de Angola pelo presidente António Agostinho Neto em 1975.

Mesmo derrotado, Jonas Savimbi, representando as FALA-UNITA, proclama, por sua vez, a independência da República Democrática de Angola na cidade do Huambo, região Centro-Sul do país, designada como capital. De modo consequente, Holden Roberto, líder da ELNA-FLNA, após a derrota na Batalha de Kifangongo, recua para Ambriz, antigo município da província do Zaire, atual Bengo, proclamando igualmente a independência e elevando a cidade à condição de capital.

A peculiaridade dos eventos acima mencionados, somada ao fato de Angola ser um país com grandes potenciais econômicos devido a suas reservas de petróleo, de ferro, de diamantes e de outros minerais estratégicos e com uma expressiva minoria branca, fez com que a independência do país fosse a “de maior impacto internacional da África portuguesa<sup>105</sup>”. Particularmente quanto à atitude das FAPLA-MPLA, a decisão serviu de pretexto a acusações de provocação de insegurança regional, tendo em vista a lógica complexa de alianças já mencionadas<sup>106</sup>. Angola transformava-se, assim, no centro de disputas civis, regionais e extrarregionais, envolvendo múltiplos atores.

Conforme lembra Assunção dos Anjos, chanceler angolano de 2008 a 2010 e que fora integrante do governo angolano independente já nos anos 1970, fatores socioantropológicos e culturais divergentes, além do fato das elites que conduziram o processo de transição terem emergido no exílio – alguns em Portugal, outros no Congo-Belga, Congo-Brazzaville, Suíça e Zâmbia, representavam um entrave para a conciliação<sup>107</sup>. Tal leitura da conjuntura histórica de dissociação fora compartilhada por consultores internacionais oriundos da URSS, dos EUA, do Brasil, da Organização da Unidade Africana e da China. Na época, viam a formação de uma frente única como

---

<sup>105</sup> VISENTINI (2016) e MALAQUIAS (2011, p. 7).

<sup>106</sup> Conforme a avaliação de Malaquias (2011, p. 7): “*To defend themselves against this two-sided mortal threat, the Angolan nationalist movements had to cultivate and sustain external connections. However, given the fractious nature of Angolan nationalism*”.

<sup>107</sup> Conforme o link da entrevista completa de ASSUNÇÃO DOS ANJOS. Diplomacia - Maio - Bloco 1 No Diplomacia, duas entrevistas exclusivas com os chanceleres de Portugal, Luís Amado, e de Angola, Assunção dos Anjos. TV Senado, Brasil. Disponível em: [Diplomacia - Maio - Bloco 1 - YouTube](#). Acesso aos 24 de out. de 2020. Entrevista cedida em 2008. Revisitado em 03 de mar. de 2022.

impossível, pois a natureza e o modelo de sociedade política a que cada movimento aspirava decorria de pensamento e visões de mundo diferentes<sup>108</sup>.

Ademais, para Silva (2008, p. 141), a unidade nacional era improvável tendo em vista que os movimentos que lutavam pela libertação do país “eram apenas pequenas unidades militares, que mal se conheciam e jamais tiveram lutado lado a lado”.

Kundi Paihama, nacionalista e antigo ministro de defesa de Angola, lembra adicionalmente que as elites políticas envolvidas não estavam dispostas à negociação<sup>109</sup>. Anstee (1997, p. 35), enfatiza a questão ao destacar que

O conflito angolano era claramente inevitável, devido à discórdia feroz que grassava entre vários grupos nacionalistas durante a guerra anticolonial, foi agravado pela retirada abrupta dos portugueses em Angola e pela posição estratégica fundamental de Angola - militar, política e econômica - que tornaram o país num prémio valioso durante a Guerra Fria [...].

Portugal, na condição de importante responsável pelo processo de transição, também falhou tática e estrategicamente, além de as superpotências e outros atores envolvidos terem aprofundado o conflito, conforme ainda observa Anstee (1997, p. 35)<sup>110</sup>. De todo o processo, nota-se a necessidade de uma perspectiva que relativize disputas locais de poder, ainda que elas sejam fundamentais.

#### 2.2.4- A Guerra de Legitimidade: FAPLA- MPLA, FALA-UNITA e ELNA-FNLA

Ao mesmo tempo em que lutavam contra Portugal, os movimentos de libertação passaram a também combater uns aos outros, construindo o que muitas vezes ainda se

---

<sup>108</sup> Trecho construído com base na entrevista concedida em setembro de 2021, e autorizada pelo antigo Comandante da Polícia de Intervenção Rápida (PIR) e ex-Diretor do Arquivo Histórico de Angola “General da reserva Cunha”.

<sup>109</sup> Kundi Paihama, em entrevista concedida e disponibilizada pela Televisão Pública de Angola (TPA) no Programa Especial Informação em 2020

<sup>110</sup> “A luta interna entre os angolanos poderia ter terminado cedo e não teria alcançado dimensões tão horríveis se este pedaço de propriedade tão desejável não se tivesse tornado um peão na luta entre as superpotências pelo domínio da África Austral” (ANSTEE, 1997, p. 35).

entende como “guerra civil”<sup>111</sup>. Como já referido, porém, tal definição de “guerra civil”<sup>112</sup> faz-se de difícil e limitada precisão, visto que as batalhas não se restringem a um suposto (e de difícil configuração) espaço nacional, muito menos a agendas domésticas<sup>113</sup>.

Para Schmidt (2013, p. 124), o confronto angolano recebeu essa designação por pressão do Congresso americano que, tentando evitar comparações com o Vietnã, pretendeu reduzir seu entendimento ao de uma simples guerra civil. Nas últimas décadas, entretanto, diversos pesquisadores têm revisitado tal entendimento propondo, então, uma compreensão mais totalizante e conectada para os conflitos locais, regionais e mesmo extrarregionais envolvendo o território angolano<sup>114</sup>. Resta, assim, entender como as referidas conexões são construídas, objeto do restante capítulo 2 e do capítulo 3<sup>115</sup>.

Ainda que existam como objetos de interesse da academia, os processos de transição, condução e gestão da guerra do território angolano ainda se constituem de difícil compreensão, pois diversos documentos e demais fontes primárias oficiais, que permitiriam a reconstituição dos eventos, ainda não foram abertos para consulta. Já os próprios vestígios históricos dos movimentos, que se tornaram públicos, divergem

---

<sup>111</sup> Lopo do Nascimento, em entrevista concedida à TV Livre Angola, em 2019, lembra que os movimentos tinham o mesmo objetivo, porém agiam de forma descoordenada, pressionavam Portugal em várias frentes – por meio de guerrilhas, em conferências internacionais e boicotes.

<sup>112</sup> REIS (2019).

<sup>113</sup> HUGON (2009, p. 62).

<sup>114</sup> Só para destacar alguns exemplos: Anstee (1997), Glejjeses (2003, 2006, 2013), George (2005), José (2011), Malaquias (2011), Visentini (2012, 2016), Pereira (2016), Miguel Júnior (2007, 2017, 2015, 2019), Ramos (2018), Reis (2019), Castellano da Silva (2015, 2016, 2017), e muitos outros não mencionados aqui.

<sup>115</sup> Vale ressaltar que a maioria dos Estados na região tiveram que fundar suas bases e se afirmar em condições muito difíceis, razão pela qual cada um desses eventos merece atenção especial, pese que o exercício acadêmico em dissociá-los ou isolá-los ainda se constitua uma tarefa árdua, visto que há uma correlação e interconexões nas devidas escalas ou níveis de acontecimentos, bem como o impacto dentro dessas escalas e níveis.

quanto à maneira como foram conduzidos os respectivos processos de tomada de decisão<sup>116</sup>.

Conforme observa Visentini (2012, p. 30, 40), há ainda um comprometimento consequente da produção acadêmica, visto que as informações ficam muitas vezes limitadas ao que a mídia nacional e internacional divulgou e a documentos desclassificados pelos EUA, Cuba ou África do Sul. As restrições de acesso e as confidencialidades em Angola seguem por decisões governamentais ou ainda dos próprios atores históricos<sup>117</sup>. Não obstante, nota-se um avanço progressivo de acesso, inclusive testemunhado pelos trabalhos que levaram à construção da presente narrativa, que puderam contar com fontes primárias ainda não consultadas<sup>118</sup>.

Tendo em consideração tais conjunturas, cabe destacar as rivalidades entre os grupos liderados por Agostinho Neto e Holden Roberto, assim como os atritos entre Jonas Savimbi e Holden Roberto (que levaram à criação da UNITA em 1966) como eixos estruturantes da evolução institucional de Angola e dos conflitos que seus territórios conheceram.

Como mencionado, entre 1975 e 1989, os três principais movimentos independentistas (MPLA, FNLA e UNITA) e os seus respectivos governos, lutaram entre si pela legitimidade doméstica. Enquanto as disputas impediram arranjos políticos<sup>119</sup>, importante destacar outros elementos de alinhamento e divergência entre tais movimentos. Georges Chicoti, chanceler angolano entre 2011 e 2017, mas com histórico de passagem pela UNITA, por exemplo, destaca ter havido um

---

<sup>116</sup> Trecho construído com base em entrevista cedida e autorizada em 2020, pelo antigo chefe do Gabinete do presidente da FNLA Holden Roberto e membro do bureau político da FNLA, Ernesto Tristão.

<sup>117</sup> O prolongado estado de calamidade e de sítio que Angola viveu durante os últimos 30 anos afetou o pleno funcionamento das instituições de Estado e indivíduos do alto escalão, político, militar e econômico produziram e reuniram acervos robustos em nome das instituições as quais prestavam serviço e/ou motivados por interesses individuais e patrióticos. Muitos deles encontram-se em estado de sigilo informacional por se tratarem de informações ainda sensíveis em pleno processo de transição e pacificação da unidade nacional que Angola atravessa desde 2002 ao momento.

<sup>118</sup> Dentre as quais: comunicação diplomática, discursos, memorandos, documentos afins, e entrevista de algumas personalidades históricas participantes nesses processos.

<sup>119</sup> SUBIN (2013, p. 23) e GEORGE (2005, p. 82).

comprometimento da elite intelectual, que fez parte da luta pela independência, em reafirmar seu nacionalismo como contraposição ao racismo, colonialismo e imperialismo<sup>120</sup>.

Em tese, solidariedade e sentimentos compartilhados entre os integrantes e precursores da independência poderiam ter servido para consolidar uma frente única, comprometida na construção de um projeto de Estado-nação, conhecendo, inclusive, apoio estrangeiro nesse sentido, como dos soviéticos para com MPLA e UNITA<sup>121</sup>. As divisões (e alguns favorecimentos, como de Lisboa para com o MPLA<sup>122</sup>), porém, acabaram prevalecendo.

De fato, as divergências políticas e operacionais entre Agostinho Neto e Holden Roberto, por exemplo, eram tamanhas e a cooperação entre ambos era constantemente rechaçada que acabaram inviabilizando qualquer possibilidade de negociação. Já a desfiliação de Jonas Savimbi da FNLA a fim de criar a UNITA, em 1966, foi, por sua vez, uma clara demonstração de resistência à liderança de Holden Roberto, então acusado por seus congêneres de pregar o tribalismo no seio do movimento independentista<sup>123</sup>.

Na avaliação de Miguel Júnior (2019, p. 13), as divergências ideológicas e materiais no seio das elites dos movimentos afetaram sobremaneira a possibilidade de um projeto nacional de frente única, entendimento confirmado por depoimentos colhidos de forma anônima junto a ex-integrantes do Comando de Logística do ELNA-FNLA<sup>124</sup>. Não por acaso, mesmo dentro dos movimentos hegemônicos, desistências e

---

<sup>120</sup> Georges Chicoti, em entrevista concedida ao Programa “Especial Zimbo” da Zimbo TV.

<sup>121</sup> *According to Nazhestkin, before his departure from Moscow the MFA and International Department's officials advised to him to “exert influence on Neto and encourage him to reconcile with Roberto and Savimbi and to restore a tripartite coalition* (SUBIN, 2013, p. 23).

<sup>122</sup> Conforme Reis (2019, p. 22), *It was even more decisive in favoring control of the Luanda municipality by the MPLA, a step that proved crucial in achieving international recognition, as well as in transferring the Katangese militia to the MPLA, which shared the MFA's determination to prevent pro-Mobutu FNLA forces from gaining power in Angola.*

<sup>123</sup> IRENE NETO (2012).

<sup>124</sup> Segundo Miguel Júnior, “a eclosão desta revolução [dos Cravos] permitiu criar as condições para a transferência do poder (...) mas o processo confrontou-se com inúmeros problemas devido aos desentendimentos entre os três movimentos de libertação de Angola (MPLA, FNLA e UNITA), e aos interesses de actores externos (...) por isso, o país mergulhou numa guerra



desfiliações tornaram-se comuns durante e após o processo de consolidação da independência.

Irene Neto ainda destaca a ausência de instituições e instrumentos que pudessem gerir os conflitos, o que acentuou as divergências entre os movimentos e animou, ainda mais, a busca incessante por apoio internacional tendo em mente o enfrentamento militar (2012). Nesse contexto, a chamada “Emenda Clark”, originada no Legislativo dos Estados Unidos, marcaria o momento em que a guerra de independência transformar-se-ia em um conflito direto entre a FALA-Unita e as FAPLA-MPLA. Conforme Leão e Rupiya (2007, p. 22):

*The Clark Amendment of 1976 precluded open American support to UNITA but the Carter administration could allow Angola to become the easy victim of Soviet influence. Besides, American business was thriving and even though Reagan was unable to lift the Clark Amendment until his second term, the US supported UNITA politically and diplomatically.*

A normativa marcaria, também, o momento em que a guerra ganharia definitivamente uma dimensão internacional, fazendo de Angola o principal palco de um conflito que se estendia para além de suas fronteiras, prolongando-se entre os anos 1970 e 1980.

#### 2.2.5- A guerra de Status quo: 1991-2002

Como transformação nas estruturas da guerra, cabe destacar a chamada “guerra de *status quo*”, cuja discussão será melhor aprofundada no capítulo seguinte, compreendendo o período de 1991 a 2002 e iniciando-se com os Acordos Tripartes de Nova York, de 1988, que levaram à saída da África do Sul e de Cuba do território angolano. Importante marco inicial nessa transformação da guerra foram as eleições de 1992, que impuseram novos desafios ao governo eleito, então dotado de instituições renovadas como as Forças Armadas Angolanas (FAA) e a Polícia Nacional de Angola (PNA) – que pretendiam ser a fusão das forças armadas até então existentes<sup>125</sup>. Seus resultados foram contestados em acusações mútuas entre, de um lado, a UNITA e Jonas

---

onde intervieram forças estrangeiras. Sobre a fala dos ex-integrantes, foram registradas em entrevista de campo concedida em outubro de 2020

<sup>125</sup> ANSTEE (1997).

Savimbi, derrotados, e, de outros, os liderados por José Eduardo dos Santos, resultando em nova fase dos conflitos armados em território angolano<sup>126</sup>.

Apesar da retomada do conflito, soluções pela pacificação foram buscadas durante a nova década de conflito. Nesse sentido, a avaliação das Nações Unidas, através das suas missões para Angola (UNAVEM I, II e III<sup>127</sup>), bem como, ao fim e ao cabo do próprio governo de José Eduardo dos Santos, era de que a busca pela estabilidade interna se daria na base de uma Reconciliação e Unidade Nacional consistente e inclusiva. Segundo Santos, a saída do conflito foi resultado das lições aprendidas por décadas de combates e de suas consequências, bem como da pressão dos grupos internos, principalmente da igreja, culminando na criação do Governo de Reconciliação e Unidade Nacional (GURN) que, na prática, constituía a partilha de poder entre os integrantes provenientes da UNITA e do Governo do MPLA<sup>128</sup>.

As contradições e dificuldades acabaram sendo resolvidas simbolicamente com a morte de Jonas Savimbi, em 2002, na província de Moxico, Luena. Nesse mesmo ano, foram assinados os Acordos de Paz de Luena, também conhecidos como Memorando de Paz de Luena, entre os integrantes da UNITA e o governo angolano<sup>129</sup>.

### **2.3- As principais lideranças da política doméstica angolana**

Ainda que não deva a eles se restringir, o estudo de indivíduos que exerceram papel de liderança torna-se essencial para a compreensão e a análise de processos decisórios em geral. No caso de Angola, nota-se a relevância de instituições, ainda que não oficiais, centralizadoras e de forte hierarquia nos processos bélicos de construção da autonomia entre os anos 1970 e 2000. O presente subcapítulo dedica-se, nesse sentido, a examinar, de forma sintética, o percurso dos principais líderes políticos de Angola, entre ambições e projetos, bem como as ideias dos grupos dos quais faziam parte com relação

---

<sup>126</sup> GINGA (2014) e SAVITE (2014).

<sup>127</sup> *United Nations Verifications Mission in Angola*. Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola.

<sup>128</sup> José Eduardo dos Santos, em entrevista concedida à TV SIC notícias, em 2016

<sup>129</sup> (ANGOLA, 2015).

ao futuro do país: Holden Roberto, líder da FNLA, Agostinho Neto, líder do MPLA, e Jonas Savimbi, líder da UNITA<sup>130</sup>.

De forma introdutória, serão apresentadas as estruturas de poder e de relações em que tais trajetórias se inseriram, a fim de se reforçar a argumentação aqui construída de que os conflitos que os territórios angolanos conheceram têm necessariamente que ser entendidos de forma integrada, inclusive quando o objeto de interesse são as ações programáticas com relação à Política Externa do país durante os combates, como ressurgue nesta tese a preocupação com as relações bilaterais com a África do Sul.

### 2.3.1- Panorama das estruturas

A disciplina de Relações Internacionais fornece instrumentos para a análise, avaliação e compreensão dos diversos mecanismos de tomada de decisão por parte dos governos nacionais que levam em conta tanto dinâmicas domésticas quanto as provocadas por elementos estrangeiros<sup>131</sup>. Tomando em conta particularmente as dinâmicas internas para entender a projeção internacional, cabe destacar as condições autônomas, ou não, de ação internacional, particularmente quando os custos materiais são elevados.

Conforme aponta Ramos (2018, p. 550), as guerras que atravessaram Angola tornaram-se muito dispendiosas, até mesmo para as capacidades das superpotências. A batalha de Mavinga, por exemplo, entre os anos de 1986 e 1987, durou 137 dias e gerou gastos à Casa Branca, que apoiava a UNITA, no montante de cerca de US\$ 50 milhões (através de gastos em mísseis e combustível). Do outro lado do combate, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola – (FAPLA), exército do MPLA, estimaram em US\$ 800 milhões em custos logísticos.

Dentre os três movimentos, o MPLA era visto pela CIA e por Cuba como aquele melhor estruturado politicamente, embora militarmente ainda necessitasse de apoio para

---

<sup>130</sup> José Eduardo dos Santos foi preterido nesta análise tendo em vista que a mesma se limita aos primeiros líderes que emergiram durante a independência. Não obstante, por ser uma liderança importante na guerra e na condução do processo de paz, sua figura será abordada ao longo do capítulo quando a sucessão de Neto for mencionada.

<sup>131</sup> MILNER (1997, p. 33); PINHEIRO, MILANI (2011, p. 331) e FREIRE, VINHA (2011, p. 18).

construir uma organização mais formal<sup>132</sup>. Por conta disso, Havana e Moscou buscaram ter primazia estratégica sobre suas ações<sup>133</sup>. Como observou Westad (1997, p. 22):

*The new emphasis on Africa in Soviet foreign policy was immediately put into practice in the case of Angola. After a number of unsuccessful MPLA appeals for increased support in the spring of 1970, Agostinho Neto was startled by the scale and scope of what the Soviets offered in mid-July. Soviet ambassador to Zambia D. Z. Belokolos proposed a series of plans for Moscow to assist the MPLA in terms of military hardware, logistical support, and political training. In addition, the Soviets were willing to send military advisers and offer political support for Neto's movement in its conflicts with the neighboring African states: Zambia, Zaire, and Congo.*

De fato, a capacidade de intervenção e apoio internacional que os três líderes receberam de seus respectivos aliados determinariam o projeto nacional a vigorar no futuro de Angola<sup>134</sup>.

Em recentes entrevistas, Lopo do Nascimento, nacionalista angolano, membro do MPLA e primeiro-ministro do país entre 1975 e 1978, e Abel Epalanga Chivukuvuku, antigo membro da UNITA, ressaltaram o quanto os bastidores diplomáticos acabaram influenciando a dimensão e a maneira como a luta por reconhecimento, por parte dos movimentos angolanos, desdobrou-se em uma guerra prolongada. Para ambos os líderes, a lógica da guerra de alianças, na qual cada movimento buscou parceiros que fossem mais convenientes e favoráveis a seus projetos nacionais e internacionais, marcou e estruturou os enfrentamentos das forças políticas em Angola<sup>135</sup>. Tais movimentos, para além de pesarem sobre as trajetórias das lideranças, nem sempre tiveram sentido único. Assim observa Westad (1997, p. 25):

---

<sup>132</sup> “*This movement,*” they wrote, “*is the best structured politically and militarily, [and] as a result it enjoys extraordinary popular support*” GLEIJESES (1997, p. 5).

<sup>133</sup> “*Neto downplayed MPLA relations with ‘capitalist countries and social-democratic parties’, and stressed that the Soviet Union was the party’s main international ally. Neto especially wanted the Soviets to know that he saw no grounds for working closely with China*”. WESTAD (1997, p. 23).

<sup>134</sup> JOSÉ (2011), GINGA (2014).

<sup>135</sup> NASCIMENTO, Lopo. Lopo do Nascimento revela segredos da independência em Angola. Disponível em: [EXCLUSIVO: Lopo do Nascimento revela segredos da independência em Angola - YouTube](#). Acesso aos 20 de jul de 2021. CHIVUKUVUKU, Abel E. Entrevista concedida ao Zimbo TV no Programa Grande Entrevista, em 2016,

*The Ford Administration was, however, not willing to let Neto's MPLA force a solution to the nascent civil war in Angola. In mid-July 1975, the U.S. president authorized a largescale covert operation in support of the FNLA and the UNITA. Over three months, the CIA was allocated almost \$50 million dollars to train, equip, and transport anti-MPLA troops. In early August, South African forces, at first in limited numbers, crossed the border into southern Angola, while regular Zairean troops joined FNLA forces fighting in the north.*

Tais contextos foram e continuam determinantes nos processos decisórios de políticas de segurança dos Estados<sup>136</sup>. No caso de Jonas Savimbi e da UNITA e de Agostinho Neto, sucedido por José Eduardo dos Santos, e do MPLA, os projetos nacionais aos quais se dedicaram nos anos posteriores à independência procuraram se alinhar aos elementos externos que a conjuntura internacional lhes impunha. No caso da FNLA, como demonstração de tal força estruturante, segundo Antero Yembe, nacionalista e antigo guarda-costas de Jonas Savimbi, tais adequações não ocorreram, trazendo consequências fundamentais ao movimento<sup>137</sup>.

De fato, ao perder o apoio logísticos de seus aliados (EUA e Zaire), o que, somado à instauração, pelo MPLA, de um sistema político de partido único que impedia a formação de blocos opositores, a FNLA passou gradualmente a perder sua capacidade de organização e projeção. No exílio, Holden Roberto viu-se então isolado de seus aliados. Apática e incapaz de influenciar nos rumos da guerra civil, a FNLA, por fim, desfez suas forças armadas e integrou-se à política partidária, assinando o Acordo de Paz com o governo angolano em finais de 1976<sup>138</sup>.

Cabe, nesse contexto, tentar entender o quanto de agência restava às lideranças locais.

---

<sup>136</sup> LESSA; GONÇALVES (2007, p. 96).

<sup>137</sup> YEMBE, Antero. Entrevista concedida ao Programa Café da Manhã, da Rádio LAC, em abril de 2019.

<sup>138</sup> N'GANGA (2008, p. 135).

### 2.3.2- Holden Roberto<sup>139</sup>

Álvaro Holden Roberto nasceu em 12 de janeiro de 1923, no antigo São Salvador, atual Mbanza Kongo, província do Zaire e, com apenas 2 anos de idade, seus pais migraram para Leopoldville, atual Kinshasa, RDC. Em 1940, concluiu seus estudos na Escola da Missão Baptista, onde desempenhou funções eclesiásticas diversas e, no mesmo ano tornou-se funcionário do Ministério das Finanças belga, atuando em Kisangani, na antiga colônia, função que exerceu por 8 anos.

Apesar da história oficial contemporânea de Angola restringir sua importância, registros alcançados através de depoimentos de história oral permitem conhecer melhor suas ações e sua participação nos assuntos internos e externos referentes ao processo de independência. N'ganga contribui para tal revisionismo ao até mesmo considerar Holden Roberto como o “pai do nacionalismo angolano” (2008, pp. 22-23). Segundo N'ganga:

Agostinho Neto foi o proeminente nacionalista, e o primeiro presidente de Angola, com todo simbolismo histórico que tal cargo acarreta. Encarnou o sonho de todo um povo fundando o Estado angolano (...) porém, Agostinho Neto não foi nem o iniciador, nem o rosto mais importante da guerra de libertação nacional, nem no seu movimento foi o mais importante durante o referido processo (...) o nacionalismo angolano começou por ser branco dos naturais de Angola (...) Holden Roberto foi o primeiro a compreender o determinismo da guerra na equação da liberdade.

Ainda na contramão da história oficial, outros acadêmicos também atribuem a Holden Roberto o estabelecimento das bases do nacionalismo angolano<sup>140</sup> e, conseqüentemente, dos demais movimentos que se inspiraram nele<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup> Bibliografia Oficial fornecida pelo Secretariado Nacional da FNLA. Luanda/Angola - agosto, 2020, confrontada com outras fontes, conforme referenciado.

<sup>140</sup> N'GANGA (2008); CAPOCO (2013); SAVITE (2014).

<sup>141</sup> N'ganga (2008, p.23) enfatiza que Holden Roberto funcionou como um rio por onde passaram todas as correntes do pan-africanismo: Frantz Fanon, K. Krumah, W. Dubois, G. Padmore, P. Lumumba, J. Nkono, M. Keita, J. Nyerere, J. Sengor, J. Savimbi, A. Neto, J. Kenyata, A. Cabral e muitos outros dessa época.

### O Percurso Político

Holden Roberto iniciou sua vida política em 1950, com a fundação da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) e, em 15 de março de 1961, lançou-se na luta armada anticolonial. Posteriormente, ele foi aconselhado a criar um movimento com identidade nacional, esquivando-se de fundamentações tribais e buscando maior credibilidade internacional<sup>142</sup>. Não tardou e a UPNA foi substituída pela União dos Povos de Angola (UPA) que, após unir-se ao Partido Democrático de Angola (PDA), em 29 de março de 1962, transformou-se na FNLA<sup>143</sup>, cujo braço militar era mantido pelo Exército de Libertação Nacional (ELNA). Holden Roberto presidiu o movimento até a sua morte, em 2007.

Conforme Lukamba Gato, nacionalista, general aposentado das FAA e membro do Secretariado Nacional da UNITA, a cooperação técnica, financeira e militar concedida ao ELNA-FNLA pelos EUA praticamente impediu que Holden Roberto vislumbrasse uma possível conciliação com a FAPLA-MPLA, composta majoritariamente por negros, mestiços e brancos de origem europeia, e com a FALA-UNITA, de inspiração maoísta, a fim de que formassem uma frente única contra o domínio colonial, mesmo esta opção sendo a melhor (na visão dos especialistas russos, cubanos e estadunidenses) para enfrentar Portugal, visto que o país dispunha de melhor artilharia e tática, e para construir uma identidade coletiva<sup>144</sup>.

Desacordos no seio da FNLA levaram Jonas Savimbi a demitir-se de seu posto no movimento, alegando que Holden Roberto impunha uma gestão autocrática e segregacionista do ponto de vista étnico-político e cultural. Ademais, segundo Savimbi, a luta de Holden Roberto não visava à libertação e independência de Angola, mas, sim, ao restabelecimento do antigo Reino do Kongo<sup>145</sup>.

### O projeto político

Partindo do pressuposto de que cada movimento formularia seus respectivos projetos políticos, combinando sua orientação política aos interesses dos parceiros

---

<sup>142</sup> CAPOCO (2013, p. 123).

<sup>143</sup> SAVITE (2014, p.233).

<sup>144</sup> LUKAMBA, Gato. Entrevista acadêmica disponibilizada pela TV Livre Angola, em 2009.

<sup>145</sup> IRENE NETO (2012).

externos que lhes apoiavam, em 1966, a FNLA publicou sua Plataforma e Programa Maior, sob o *slogan* “liberdade e terra”. Em linhas gerais e sem muitos aprofundamentos, defendia uma “reforma agrária e desenvolvimento agrícola de carácter radical e profundo pela eliminação dos colonatos e a nacionalização do solo e subsolo, o sector industrial e financeiro, os problemas políticos e sociais<sup>146</sup>”.

No campo da política externa, o projeto dividia-se entre a solidariedade aos povos que lutavam contra o colonialismo, com ênfase aos casos de projeção regional, como o da África do Sul, da Rodésia e das colônias portuguesas, contra qualquer política de balcanização de África e pela cooperação com todos os povos do mundo<sup>147</sup>. Quanto às bases jurídico-legais que fundamentavam seus projetos, acreditava dever se assentar na construção de uma república soberana e laica, com uma constituição democrática e social. Conforme destaca N’ganga (2008, p. 198-203), tal projeto aspirava à construção de uma república social democrática sob a ótica da negritude.

Após a independência de Angola, o apoio soviético e cubano ao MPLA garantiram a primazia do movimento quando da formação do primeiro governo encabeçado por Agostinho Neto, que adotou uma política opressiva com relação aos seus rivais. Com a derrota militar e política consequente do ELNA-FNLA, Holden Roberto foi então para o exílio, regressando apenas para concorrer ao cargo de Presidente da República nas eleições de 1992. Seu desempenho então acabou ínfimo, levando sua influência, assim como seu interesse na vida política, a declinar até sua morte.

### 2.3.3- Agostinho Neto<sup>148</sup>

Antônio Agostinho Neto, também conhecido por Kilamba, nasceu em 17 de setembro de 1922, em Caxicane, Icolo e Bengo, atual província de Luanda. Político, militar, poeta e médico de formação pela Faculdade de Medicina de Coimbra, teve seu percurso acadêmico com início no liceu Salvador Correia, em Luanda, onde teve contato com figuras que se tornariam muito influentes, cultural e politicamente, nas lutas de libertação nacional e na questão do nacionalismo africano, caso de Simão

---

<sup>146</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 21); N’GANGA (2008, p. 198).

<sup>147</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 21).

<sup>148</sup> Biografia fornecida pela Fundação Dr. Antônio Agostinho Neto (FAAN) (2019-2021) e explorada em “Latitudes - *Cahiers Lusophones*”, 2012 e demais referências aqui registradas.



Gonçalves Toco, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz.

Após os anos escolares, recebeu uma bolsa de estudos para cursar medicina em Portugal, onde conheceu sua esposa, Maria Eugênia Neto. No estrangeiro, passou a se dedicar a atividades sociopolíticas e culturais na Casa dos Estudantes do Império, tendo colaborado em revistas como o Meridiano e a Mensagem. Logo após regressar a Angola, conduziu a ação revolucionária do MPLA, proclamando a independência e fundando as bases políticas do país entre os anos de 1975 a 1979.

### O percurso político

O percurso político de Agostinho Neto, como homem de Estado, nacionalista angolano e pan-africanista, define-se tanto pelos seus feitos e projeção nacionais como internacionais. Militante político, fora preso diversas vezes quando ainda residia em Portugal devido à sua oposição à opressão colonial, inaugurando uma trajetória que o levaria à escolha como presidente do MPLA.

Desde seus primeiros movimentos, o grupo liderado por Agostinho Neto pretendeu construir uma frente única de luta, composta de forças que prezassem pelo alinhamento interno e pela busca de apoio externo, como manifestado na Jornada de Solidariedade pela libertação das colônias portuguesas. Sensibilizados por tais princípios em finais dos anos 1950, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento para a Independência de Angola (MIA), o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA), o Partido Comunista Angolano (PCA), a Comissão Federal do Partido Comunista Português (CFCP), a Comissão de Luta contra o Imperialismo Português (CLIP) e a gente da Angola Negra e da Mensagem se uniram para criar o MPLA<sup>149</sup>.

Desse momento até deixar o poder em 1979, Agostinho Neto conheceu tanto a luta pela independência como pela consolidação da autonomia através de conflitos e dos esforços para uma construção do território angolano que não pode escapar à guerra<sup>150</sup>.

---

<sup>149</sup> CAPOCO (2013, p. 121-122).

<sup>150</sup> RAMOS (2018, p. 75-77).

### O projeto político

Em 1960, o MPLA, já sob liderança de Agostinho Neto, publicou seu Programa e Estatutos, subdivididos em duas partes: o Programa Mínimo e o Programa Maior. O Programa Mínimo seguia três linhas orientadoras que serviriam como ponto de partida para libertação do povo angolano, nomeadamente: o fim do domínio colonial, a defesa dos interesses dos camponeses e da classe trabalhadora e a aliança com forças progressistas do mundo. Já o Programa Maior compreendia as ambições do movimento, a saber: a independência imediata e completa, a unidade nacional, a instrução acadêmica e o desenvolvimento científico e tecnológico, o regime democrático, a reestruturação econômica, a defesa nacional, a política externa independente e pacífica e a unidade africana<sup>151</sup>.

Em suma, a perspectiva política defendida por Agostinho Neto e seu movimento se assentava inicialmente e idealmente na concepção de uma sociedade pluralista, com uma política externa de boa vizinhança e solidária aos povos africanos oprimidos que lutavam por sua independência. Os percursos e percalços que os povos angolanos conheceriam entre os anos 1960 e 2000, entretanto, levaram a outras experiências, particularmente quanto à vizinha África do Sul, no que interessa a esta tese mais singularmente.

#### 2.3.4- Jonas Savimbi<sup>152</sup>

Conhecido em seu movimento por portar ao grupo carisma, eloquência e grande capacidade negocial, Jonas Malheiro Savimbi teve uma vida envolvida em diversos processos históricos, não apenas de Angola, mas do continente africano como um todo<sup>153</sup>. Nascido em 03 de agosto de 1934, na vila de Munhango, Cuemba, atual

---

<sup>151</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 20).

<sup>152</sup> Bibliografia completa cedida com auxílio do “Gabinete Jurídico”, do Secretariado Nacional da UNITA em Luanda, Angola, entre setembro de 2020 e janeiro de 2021.

<sup>153</sup> Sobre o percurso, ver o documentário SAVIMBI, Jonas Malheiro. O Estado de Angola, 20 anos após a independência EP3. Disponível em: [O Estado de Angola, 20 anos após a independência EP3 - YouTube](#). Acesso aos 19 de abr. de 2019. Revisitado aos 03 de mar. 2022. Programa apresentado pelo jornalista José Manuel Barata Feyo. Incluindo uma entrevista realizada em Marrocos pela jornalista Isabel Magalhães a Jonas Savimbi, líder da UNITA, sobre

província do Bié. Desde cedo exibiu publicamente um perfil patriótico e nacionalista, expresso em discursos por ele proferidos já ao longo dos seus estudos primários, na Missão Evangélica do Chilleso-Andulo, e secundários, no instituto “Currie do Dôndi”, no colégio das irmãs Maristas do Bié e no liceu Diogo Cão. Posteriormente, em 1965, Savimbi acabou se formando em Ciências Políticas e Jurídicas pela Universidade de Lausanne, na Suíça, depois de sua saída clandestina de Portugal.

### O percurso político

Engajado na luta contra a realidade colonial, ingressou na UPA em fevereiro de 1961, onde foi alçado ao cargo de Secretário Geral. Conforme observou Ernesto Tristão, membro do bureau político central da FNLA e antigo chefe do gabinete de Holden Roberto, Savimbi teve uma contribuição fundamental no relançamento da UPA, visto que sua capacidade articuladora e organizacional acabaria encorajando muitos jovens intelectuais a aderirem à organização.

Ainda segundo Tristão, seu dinamismo político e diplomático contribuiu, igualmente, para a fusão da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA), dando origem à FNLA e, com a formação do GRAE, primeiro instrumento jurídico de âmbito nacional opositor ao regime colonial português, Savimbi acabaria assumindo as funções equivalente à de um Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>154</sup>. Por conta de divergências políticas e militares com Holden Roberto, Savimbi abandonou a UPA/FNLA e fundou a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em 13 de março de 1966, em Muangai, província de Moxico.

A capacidade de articulação política de Jonas Savimbi não se limitou aos assuntos domésticos de Angola. Ele também contribuiu ativamente na criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em conjunto com seus compatriotas Mario Pinto Andrade, Oginga Odinga e Július Keanu, além de outros<sup>155</sup>.

---

a questão dos encontros entre a UNITA e o MPLA para a negociação da paz em Angola. Marrocos. 1995.

<sup>154</sup> TRISTÃO, Ernesto. Entrevista concedida em outubro de 2020.

<sup>155</sup> LUKAMBA GATO (2019, n.p.).

### O projeto político

Determinada à participar ativamente na luta pela independência, em março de 1966, a UNITA, sob liderança de Jonas Savimbi, lançou seu Estatuto. O documento, denominado “Projecto dos Conjurados do Movimento de 13 de março”, apresentava cinco pontos chaves: liberdade e independência total para homens e mulheres e da Pátria-Mãe, estabelecimento de uma democracia soberana e multipartidária e assegurada pelo voto popular e impregnada na vontade do povo, igualdade de todos os angolanos na pátria do seu nascimento, priorização do campo para beneficiar a cidade e o estabelecimento de alianças e parcerias internacionais, com base nos interesses angolanos<sup>156</sup>.

Como se nota, há semelhanças entre o projeto de Jonas Savimbi e Agostinho Neto, tendo ambos defendido o estabelecimento de uma sociedade pluralista, fundada no Estado Democrático de Direito e com possibilidade de alternância no poder<sup>157</sup>. Como também acontecera ao MPLA, o movimento liderado por Savimbi acabaria sujeito às condições conflituvas, de vários níveis, de construção da autonomia e de projeção regional de Angola.

#### 2.3.5- Ambientes de Sociabilidade Institucional

O legado colonial português em nada favoreceu Angola nos anos posteriores a sua independência. Afora uma infraestrutura precária, o país carecia de instituições sólidas que pudessem sustentar o novo regime, além de meios humanos, técnicos e financeiros suficientes para dar prosseguimento aos planos do governo. Somado a isso, o país viu-se imerso em uma sucessão de guerras (de independência, civil e regional) que praticamente paralisaram a burocracia nacional – foram vinte e sete anos de

---

<sup>156</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 21); CAPOCO (2013, p. 125).

<sup>157</sup> O detalhamento dessas informações pode ser encontrado no vídeo disponibilizado na plataforma digital conforme a Quarta Edição do “Documentário Jonas Savimbi uma vida por Angola e pelos Angolanos”, onde Paulo Kanganjo e Venceslau Chipindu descrevem as múltiplas dimensões de Jonas Savimbi e, ao mesmo tempo, desmistificam o que tinha sido produzido contra o homem cuja a história faz parte da história de Angola e da África nos últimos 70 anos. Em cerca de uma hora e meia, é feita uma descrição da vida de Jonas Savimbi, desde o seu nascimento até a sua morte, baseando-se nos seus próprios discursos e entrevistas.

conflitos, de 1975 a 2002. Não por acaso, o MPLA recorreu a parcerias estrangeiras para obter suporte militar e civil<sup>158</sup>, além de adotar uma postura centralizadora, comandado por vezes de forma improvisada e sustentada em princípios militares, como se pode notar na Lei Constitucional de 1978.

Enquanto colônia, Angola era dependente e estava sujeita à política externa portuguesa. Os bancos, as forças de defesa e segurança e demais serviços públicos se restringiam ao âmbito local, cuja proveniência e gestão eram determinados pela metrópole. Enquanto país recém-independente, Angola carecia de todas as estruturas orgânicas capazes de atender às demandas que se impunham, desde a afirmação doméstica à projeção internacional, inclusive aquelas previstas nos Acordos de Alvor para transição pacífica, a saber: forças armadas, um poder judiciário e um poder legislativo.

A desvinculação conturbada com Portugal e as divergências entre os movimentos independentistas fizeram Angola agravar sua condição colapsada do ponto de vista institucional. A pequena elite política herdeira do contexto pós-colonial foi incapaz de gerir uma estrutura doméstica e externa complexa e vasta. Os Acordos de Alvor foram instrumentos menos adequados para evitar que os movimentos independentistas pudessem firmar alianças militares e adotar ações combativas entre si, visando à conquista do poder central<sup>159</sup>.

Na avaliação de Irene Neto (2012, p. 454), “o período de transição foi de guerra, não haveria uma transferência de poderes, a independência seria proclamada em plena guerra de agressão da África do Sul e do Zaire, o país há muito deixara de funcionar com normalidade e paz”.

As consequências do rompimento dos Acordos e das disputas regionais, sempre sob a influência da Guerra Fria<sup>160</sup>, aprofundaram as crises internas, anulando, assim,

---

<sup>158</sup> Cfr. *Military Intelligence Section Chief, Cuban Military Mission in Angola, Report on Conversation with Oliver Tambo, September 22, 1979, History and Public Policy Program Digital Archive, Archive of the Cuban Armed Forces. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44.* Malaquias (2011, p. 5) lembra que “*In the years since independence, Angola has pragmatically recalibrated its foreign relations and sought key global backers to survive the traumatic first decades as an independent country and to develop a viable post-colonial, post-conflict state*”.

<sup>159</sup> JOSÉ (2011).

<sup>160</sup> WESTAD (1997, p. 21).

toda possibilidade de transição pacífica entre o Estado português e o poder constituído. Esse clima de guerra, bem como a internacionalização do conflito angolano adiariam a possibilidade de criação efetiva de qualquer instituição de representação e manutenção do Estado onde os projetos iniciais dos movimentos independentistas pudesse se projetar.

Inspirado no socialismo soviético, o MPLA, quando no poder, adotou um regime político monopartidarista, cujos processos decisórios estavam majoritariamente nas mãos dos atores estatais, a saber: a Assembleia do Povo e o Conselho Revolucionário, formado por militares e membros do Comitê Central do movimento. Conforme artigos 2º e 38º da Lei Constitucional da República Popular de Angola, de 1978:

Toda a soberania reside no povo angolano. O MPLA-PT constitui a vanguarda organizada da classe operária e cabe-lhe, como Partido marxista-leninista, a direção política, econômica e social do Estado nos esforços para a construção da Sociedade Socialista [...] o Conselho da Revolução tem as seguintes atribuições: deliberar e decidir, com base nas resoluções do Comitê Central do MPLA-PT, sobre as questões de vida interna e externa do Estado (artigos 2º e 38º da Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1978).

Essa partidarização centralizadora da política interna e externa acabou contribuindo para a precarização dos aspectos sociopolíticos, econômicos e militares da vida angolana, excluindo e alijando, automaticamente, aqueles que não faziam parte das linhas do partido e, conseqüentemente, criando ambiente propício para revoluções e boicotes através de resistências políticas que, na pior das situações, resultavam em confrontos armados.

Dada a conjuntura belicosa de saída do controle metropolitano e de afirmação da autodeterminação, a política de defesa e segurança esteve sempre no topo da lista de prioridades do governo de Agostinho Neto<sup>161</sup>. Conseqüentemente, ficaram em segundo plano outras questões referentes ao bem-estar do povo angolano, como alimentação,

---

161 RTP. Vida em Angola em 1991/1992 (Pós Acordo de Paz e Pré-Eleições). Disponível em: [Vida em Angola em 1991/1992 \(Pós Acordo de Paz e Pré-Eleições\) - YouTube](#). Acesso aos 29 de jan. de 2020. Revisitado aos 03 de mar. de 2022. Reportagem da RTP mostrando a vida em Angola após a assinatura do acordo de paz de Bicesse assinado entre MPLA e UNITA, onde acordou-se que haverá eleições gerais em 1992. A reportagem mostra o aquartelamento das tropas da FAPLA e os principais lugares de Angola.

educação e saúde. Para Aginaldo Jaime, nacionalista e ex-governador do Banco Nacional de Angola (BNA), a implementação e execução bem sucedida de qualquer projeto nacional sugerido por qualquer uma das três forças estaria sujeita à estabilidade da soberania ora constituída<sup>162</sup>.

As poucas instituições de Estado criadas careciam de infraestrutura própria para o funcionamento: os tribunais, os palácios de governos, a Assembleia do Povo - hoje Assembleia Nacional - todos tiveram de funcionar em edifícios e espaços improvisados, e até mesmo alugados<sup>163</sup>. Nesse contexto, Cuba e URSS não apenas intervieram em Angola fornecendo apoio logístico à guerra, mas também atuaram na formação e adequação da nova elite política, militar e intelectual a fim de torna-la apta a garantir o normal funcionamento dos serviços públicos<sup>164</sup>. Do ponto de vista educacional, por exemplo, diante da necessidade de recursos humanos qualificados, Havana e Moscou assessoraram e doaram ao Estado angolano instrumentos capazes de assegurar o mínimo funcionamento desse serviço público, tendo auxiliado na criação de institutos politécnicos médios no Huambo, Malange e em Luanda, voltados à educação e aprendizagem industrial, e concedendo bolsas de estudos a fim de fomentar a cooperação educacional. Ademais, promoveram a cooperação técnica ao patrocinar a contratação de profissionais estrangeiros oriundos dos países aliados, conforme as dinâmicas de poder regional<sup>165</sup>.

Mesmo com o fim da Guerra Fria, os acordos firmados com Cuba e com a URSS entre 1975 e 1991 foram, em parte, continuados. Havana ainda coopera com Angola na área da saúde e educação. Por sua vez, a Rússia tem aprofundado acordos no âmbito de defesa e segurança. A mudança de sistemas de governo, iniciada em 1992, com a realização de eleições e promulgação da lei Constitucional, concretizada em 2002, foi

---

<sup>162</sup> Conforme a entrevista completa cedida e disponibilizada no link: [Grande Entrevista com o Jurista e Economista Aginaldo Jaime - YouTube](#). Acesso aos, 20 de out. de 2020, no Programa Grande Entrevista com o Jurista e Economista Aginaldo Jaime.

<sup>163</sup> AGUINALDO JAIME (2019, n.p.).

<sup>164</sup> *Memorandum of Conversation between Fidel Castro and José Eduardo dos Santos, December 17, 1988, History and Public Policy Program Digital Archive, Archives of the Central Committee of the Cuban Communist Party. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44.*

<sup>165</sup> Capoco (2013, p. 127).

acompanhada pela entrada de outros atores internacionais no cenário doméstico, caso da China, Brasil e Portugal.



### CAPÍTULO III- A DINÂMICA REGIONAL DE PODER: ANGOLA E ÁFRICA DO SUL

Este capítulo traz a análise dos elementos-chave propostos na tese: os contextos, as crises e os atores que conduziram as relações de Angola com a África do Sul desde a independência angolana. Entre 1975 e 1989, vigorou entre tais governos uma política de confrontos, que durou até o período seguinte, encerrado no início do século XX, de normalização das relações e eventual convivência pacífica, momento esse de oficialização e estreitamento da cooperação bilateral. Nessa segunda fase, destacam-se as relações comerciais e intrarregionais em assuntos de defesa e segurança, com eventos políticos importantes para essa transição como as transformações pós-*apartheid* na África do Sul a partir de 1994, e a passagem angolana para uma democracia multipartidária a partir de 1992.

A oficialização das relações de ambos os governos não se traduziu, entretanto, no aprofundamento automático da convivência política, econômica e militar nos âmbitos regional e global. De acordo com o diagnóstico do ex-Chanceler angolano Georges Chicoti, disponibilizado em folheto do MIREX em 2015, o relacionamento tardio decorreu das diversas crises que ambos países enfrentavam. Segundo o ex-presidente José Eduardo dos Santos<sup>166</sup>, o retorno da guerra civil em Angola, após a contestação das eleições de 1992 por Jonas Savimbi, atrasou o processo nacional de transição democrática, especialmente as negociações com as FALA-UNITA, conforme plasmado nos Acordos de Bicesse de 1991. Nesse sentido, o ex-Chefe da unidade secreta militar da UNITA admitiu, em 2016, que a retomada da guerra civil no período pós-eleitoral em 1992 teve vários impactos negativos. Eles se estenderam a processos essenciais da vida política angolana, assim como à normalização e à estabilidade das relações político-militares na África Austral.

Por sua vez, na África do Sul pós-1994, a gestão Mandela enfrentou diversas crises sociais herdadas do regime de *apartheid*. Imerso em tal contexto e sensível a tais

---

<sup>166</sup> Conforme a descrição de SANTOS, José Eduardo dos. Comício José Eduardo dos Santos - Angola, 1992. Trecho do programa de propaganda de José Eduardo dos Santos, candidato do MPLA a presidente de Angola em 1992. Disponível em: [Comício José Eduardo dos Santos - Angola, 1992 - YouTube](#) acesso aos 12 de jun de 2018. Revisitado aos 02 de mar. 2022.

dilemas internos, o novo presidente conduziu uma política externa pautada pela diplomacia presidencial e pelo ativismo social internacional, considerados como formas de consolidação da transição política interna e de promoção de uma integração regional mais sólida<sup>167</sup>. Nesse mesmo sentido, Desmond Tutu (2000, n.p.) considerou o ativismo social internacional como o mecanismo mais viável da política externa sul-africana, no período, para poder se distanciar da política do regime anterior, avaliada como deplorável por outros Estados africanos. Ainda para Tutu, foi através de tal ativismo que Mandela buscou construir e reconquistar a confiança dos vizinhos na região, particularmente com a ambição de anular e superar as ameaças e o descrédito histórico para com Angola.

De fato, no passado imediatamente anterior à chegada de Mandela ao poder, a política externa do regime pró-apartheid havia aprofundado as tensões políticas regionais. O *White Paper on Defence* (1977, p. 9) fora o documento oficial que delineava a estratégia da política de defesa sul-africana de então, proposta por Magnus Malan, ministro da defesa da África do Sul à época. Em suas páginas, divisam-se os pilares da política do regime que condicionaram as suas relações intrarregionais, particularmente com Angola: o segregacionismo racial do *apartheid*, o expansionismo territorial e a lida com relação à ocupação militar de países vizinhos<sup>168</sup>. Em suas respectivas análises de tal documento, White (2006, p. 145) e Miguel Júnior (2019, p. 89) julgam que esta política externa gerou desgaste e isolamento político para a África do Sul, gerando reações contrárias local, regional e internacional.

Em termos mais pragmáticos, a transição ao novo regime implicou o redirecionamento a uma política externa que melhor contemplasse os interesses sul-africanos, adequando-os aos regionais<sup>169</sup>. Nesse novo cenário, o multilateralismo se tornou o instrumento chave de sua ampliação e reaproximação frente às então desgastadas relações políticas, econômicas e militares com a vizinhança na África Austral<sup>170</sup>.

---

<sup>167</sup>MOON (2008).

<sup>168</sup>WHITE PAPER ON DEFENSE (1977, p.9), COCK E NATHAN (1989) e MALAN (2006, p. 170-172).

<sup>169</sup>SINGER (2000, p. 172).

<sup>170</sup>BARBOSA (2015, p. 31).

Com relação à Angola, segundo Malaquias (2011, p. 7), a retirada das missões militares cubanas instaladas no país, entre 1989 e 1991, foi passo significativo para a oficialização das relações com a África do Sul, que sempre se opusera a elas. Tal ação teria possibilitado o início de uma nova era para as relações bilaterais, marcada pela superação dos conflitos. Tal perspectiva, entretanto, encontrou algumas resistências do lado angolano. Segundo Venter (1988b, p. 745-756), para Angola, o trauma histórico e os avanços e retrocessos das dinâmicas regionais com a África do Sul entre 1975 e 1988 haviam criado um clima de desconfianças mútuas e possíveis retaliações. Nesse sentido, o ex-Chanceler angolano Chicoti ressaltou que Angola continuou a temer novas invasões sul-africanas<sup>171</sup>. Cosme (2015, p. 46) igualmente enfatizou que a política externa de Angola nesse contexto foi mais cautelosa, devido à sensibilidade e vulnerabilidade percebidas ante um clima histórico de insegurança regional e, mesmo, global.

De 1994 a 2002, apesar da persistência de receio mútuo, o foco geral de ambas as políticas externas fora a integração regional, por meio da SADC, e os respectivos desenvolvimentos nacionais<sup>172</sup>. O fim da guerra civil em Angola, em 2002, provocou uma nova transformação em suas relações bilaterais com a África do Sul. De um lado, a diplomacia angolana passou a se focar, de forma geral, na reestruturação do Estado e na articulação e atração dos recursos necessários à restauração da imagem do país no exterior, como sintetizado no “Plano de Reconstrução Nacional”<sup>173</sup>. Uma nova dinâmica de alinhamento com a gestão sul-africana, assim, vislumbrava-se devido à continuidade dos esforços para patrocinar uma agenda de integração econômica intra e extrarregional<sup>174</sup>.

A respeito dessa nova fase de relações, o ex-chanceler angolano Georges Chicoti identifica uma convergência de interesses: a partir das transformações no lado angolano,

---

<sup>171</sup> Entrevista cedida por CHICOTI, Georges Rebelo. Ministro das Relações Exteriores. Primeiro acesso em 15 de set. 2016. Com o tema “A imagem externa de Angola: grande entrevista *In: Especial Zimbo*. Luanda. 2016. Disponibilizado em CD durante a pesquisa de Campo em Angola pela Zimbo TV, em nov. de 2020.

<sup>172</sup>Conforme a avaliação de ALVES; EDWARDS (2009, p. 83).

<sup>173</sup>AMBRÓSIO (2019).

<sup>174</sup>Relatório do Ministério do Planeamento de Angola (2008, p. 09).

a possibilidade de consolidação de parcerias estratégicas existentes, particularmente com a África do Sul, como instrumental à reconstrução nacional<sup>175</sup>.

Nesse sentido e a princípio, o foco passou a ser a intensificação de relações comerciais. Porém, como avalia Oliveira (2008, p. 35), houve uma ampliação das agendas bilaterais para diversos outros setores. Como símbolo desse nova entente, pode-se mencionar a visita do presidente sul-africano a Luanda, em 2010, com o propósito de reafirmar o redirecionamento de suas relações ao novo paradigma de integração e cooperação<sup>176</sup>. Como balanços dessas transformações, percebe-se que a relação turbulenta, violenta e de desconfianças existente durante décadas transformou-se com as propostas de normalização através de cooperação estratégia e comercial.

Apenas como forma de mencionar um contexto maior ainda nesse período final das relações bilaterais aqui examinadas, importante lembrar como ambos países, para além das parcerias estratégicas regionais construídas, apostaram também em outros eixos ou espaços de relação como o criado pelos BRICS<sup>177</sup>.

Feitas tais considerações iniciais e com o propósito de concentrar esforços na evolução das relações bilaterais, o presente capítulo organiza-se da seguinte forma: na **seção 3.1**, analisa-se a Diplomacia do Confronto, que contempla os processos, bases e consequências do relacionamento inaugural entre Angola e África do Sul. Na **seção 3.2**, discute-se o redimensionamento regional, especialmente em que medida a Batalha de Kifangondo se revelou elemento estratégico na construção dos processos e afirmação de poder local, regional e global. Na **seção 3.3**, analisa-se os respectivos impactos locais, regionais e extrarregionais da Batalha de Cuito Cuanavale, encerrando-se o capítulo na **seção 3.4**, em que se examina o sentido político e diplomático dos acordos de Nova York (1988), a cooperação econômica entre Angola e África do Sul de 1994 a 2002, bem como demais arranjos, como o Acordo de Bicesse (1991) e o Memorando da Paz de Luena (2002).

---

<sup>175</sup> Entrevista cedida por CHICOTI, Georges Rebelo. Ministro das Relações Exteriores. Primeiro acesso em 15 de set. 2016. Com o tema “A imagem externa de Angola: grande entrevista *In: Especial Zimbo*. Luanda. 2016. Disponibilizado em CD durante a pesquisa de Campo em Angola pela Zimbo TV, em nov. de 2020.

<sup>176</sup> JOSÉ (2011, p. 21).

<sup>177</sup> ROQUE (2013, p. 1) e GINGA (2014, p. 97).

### 3.1. Diplomacia do confronto: coalizões e disputas regionais

Como visto de forma introdutória nos capítulos precedentes, a história sociopolítica de Angola e de suas relações regionais na segunda metade do século XX fora profundamente marcada pelo conflito e pela guerra civil. Nesse contexto, uma avaliação dos processos históricos que conduziram à construção das relações de poder entre Angola e África nos âmbitos nacional e regional, assim como dos eventos conflitivos internos e regionais envolvidos, torna plausível designar suas relações bilaterais entre 1975 e 1989 como de diplomacia do confronto.

Com o objetivo de esclarecer os fundamentos de tal diplomacia do confronto, esta seção argumenta que, para além dos processos mais amplos da Guerra Fria, as questões geopolíticas internas em Angola e na África do Sul motivaram e sustentaram suas políticas externas conflitivas. Nesse sentido e entendendo como dependentes os diversos níveis de escala de confronto para que melhor se entendam, as políticas de um Estado para com outro, aqui são apresentados os principais elementos que permitirão, nas seções seguintes, melhor compreender os dois principais eventos que modificaram os arranjos internos e regionais entre Angola e África do Sul, assim como a constituição de suas alianças extrarregionais com EUA, URSS e Cuba, quais sejam: as batalhas de Kifangondo (1975) e Cuito Cuanavale entre 1987 e 1988.

#### 3.1.1. Contextualização

Para além dos movimentos internos na luta pela independência<sup>178</sup>, importante se aprofundar na intervenção estrangeira dos conflitos, como as atuações de mercenários americanos, do exército sul-africano e do zaireense (atual RDC) em apoio à FNLA-ELNA e às FALA-UNITA na véspera da independência em 1975, de um lado, bem como a convocação da intervenção cubana e soviética em apoio as FAPLA-MPLA, de outro, amarrando as oposições em nível local a oposições em nível regional, particularmente com África do Sul, e global. Como lembra Piero Gleijeses (2013, p. 28):

*Civil war erupted, however, in the spring of 1975. That July, Pretoria and Washington began parallel covert operations in Angola, first supplying weapons to both the FNLA*

---

<sup>178</sup>GEORGE (2005).

*and UNITA, then sending military instructors. South Africa and the United States were not pursuing identical ends in Angola, but both wanted to crush the MPLA.*

Paralelamente às lutas pela autonomia nos territórios angolanos, do lado sul-africano, os governos de *apartheid* de *P. W. Botha* (1978-1989) e de *Frederic W. de Klerk* (1990-1994), além de estarem comprometidos com a manutenção do regime segregacional, também conjugavam esforços para conter qualquer movimento nacionalista, dentro da África do Sul e na região, que se mostrasse contrário a sua agenda de segurança e defesa. Segundo Miguel Júnior (2017, p. 89), “por força dessa política militar, a sociedade sul-africana militarizou-se a diferentes níveis. A militarização abarcou todas as esferas da vida do país”, como resposta e preparo a possíveis contestações à projeção de poder regional. Em tais dinâmicas nacionais-regionais, por sua vez, enredavam-se os interesses e disputas das superpotências globais, EUA e URSS.

A descolonização e as lutas de independência na África portuguesa marcaram o início das intervenções militares agressivas por parte da África do Sul. Naquele contexto, a África do Sul tinha entre seus aliados os EUA, intervindo em conflitos a fim de desestabilizar governos de orientação marxista-leninista, como na Angola do MPLA. Assim, ofereceu apoio às FALA-UNITA de Jonas Savimbi, em movimento semelhante ao apoio à RENAMO, contra a FRELIMO, em Moçambique. O secretário de Estado estadunidense em parte desse período, Henry Kissinger (2014, p. 356), considerou que o apoio a essas lideranças era mais “adequado ao seu tempo e bem sintonizado com os interesses americanos e de seus aliados na África Austral<sup>179</sup>”.

Vilalva (2016, p. 24-27) avaliou que a política de defesa da África do Sul, no período, buscava, no expansionismo, combinar tanto seus interesses em consolidar a dominação regional quanto sua política de sobrevivência e de afirmação internacional contra a presença soviética na região, sustentada, por exemplo, por Angola. Na avaliação do autor, os interesses sul-africanos em conquistar e anexar novos territórios eram instrumentos para ampliar sua influência militar, política e econômica, além de proteger seus interesses em se transformar em uma potência nuclear. Nesse sentido, Barbosa (2015, p. 42-43) lembra que as proposições sul-africanas em relação à região e à presença de soviéticos e cubanos em Angola eram claras: buscar conquistar e,

---

<sup>179</sup>MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 154).

posteriormente, anexar territórios angolanos à Namíbia, mantendo uma forte influência sobre esse país.

Piero Gleijeses (2013), por sua vez, dá destaque ao impacto de ambas as independências, de Angola e Moçambique, com relação às ambições sul-africanas sobre a região. Ao se considerar o caráter revolucionário de seus movimentos de libertação – FRELIMO e MPLA –, firmados em pressupostos marxista-leninistas, eles se constituíam em fortes ameaças para a materialização dos programas políticos sul-africanos. Segundo Gleijeses:

*Pretoria's motivation was to shore up apartheid at home and eliminate any threat to its illegal rule over Namibia, sandwiched between South Africa and Angola. South African officials feared the MPLA's implacable hostility to apartheid and its promise to assist the liberation movements of southern Africa. (By contrast, UNITA and the FNLA had offered Pretoria their friendship<sup>180</sup>.*

Apesar das pretensões sul-africanas diante dos cenários de descolonização do continente africano, Pretória teve que lidar, para além das resistências angolanas, com boicotes internacionais e com as denúncias envolvendo seu regime<sup>181</sup>. Internamente, esses movimentos contavam com uma nova geração de líderes como Nelson Mandela, Desmond Tutu, Nomzamo Winnie Madikizela, Miriam Makeba e Solomon Mahlangu, que se destacaram como expoentes políticos anti-*apartheid*, também no cenário internacional<sup>182</sup>. Para além da importância particular de Mandela, feito preso político pela sua luta, outra importante figura nesse contexto foi o jovem ativista Solomon Mahlangu, cujos combates geraram repercussões em movimentos de libertação em diversos territórios da África Austral, como em Angola, mas também em Moçambique, na Namíbia e na Tanzânia. Devido a seu comando armado ativo nas várias revoltas que vinham acontecendo nos guetos da África do Sul em abril de 1979, ele foi condenado ao enforcamento. Antes de sua execução, deixou as seguintes palavras de conforto e esperança aos povos que se dedicavam pela luta *anti-apartheid*:

---

<sup>180</sup> GLEIJESES (2013, p. 28).

<sup>181</sup> SARAIVA (2019).

<sup>182</sup> GUIMARÃES (1998, p. 32).

“meu sangue nutrirá a árvore que dará frutos da liberdade. Diga ao meu povo que eu o amo. Eles devem continuar a luta. A luta continua<sup>183</sup>”.

### 3.1.2. Processos, Motivações e Atores

A primeira década após a independência angolana foi desafiadora para suas relações com a África do Sul e conteve eventos essenciais para o entendimento do que aqui se examina. Na avaliação de Lopo de Nascimento (2019)<sup>184</sup>, nacionalista e primeiro-ministro do governo do presidente Agostinho Neto, a contínua invasão militar sul-africana no sul de Angola entre as décadas de 1970 e 1980 levou Angola a organizar uma resistência estruturada, lançando mão de alianças estratégicas multissetoriais nas esferas militar e civil com Cuba e URSS. Um dos pontos culminantes dessas tensas relações, como veremos, seria a Batalha de Cuito Cuanavale, em 1988.

Sobre tal contexto, Abel Chivukuvuku, antigo Chefe Serviços Secretos e Inteligência militar e membro das FALA-UNITA, recentemente defendeu que a parceria estratégica entre a UNITA e a África do Sul fora firmada com base na soma dos interesses regionais, articulados no nível interno e externo. Para ele, a derrota na Batalha de Kifangondo, de 1975, e em outros confrontos que se estenderam até 1976, motivou a África do Sul a declarar seu apoio oficial à FNLA-ELNA e à UNITA-FALA, grupos domésticos que combatiam a legitimidade interna e externa do governo angolano instituído pelo MPLA-FAPLA<sup>185</sup>. Para Miguel Júnior, as constantes ameaças aos territórios angolanos, para o governo em Luanda, eram percebidas como cerco armado sul-africano não somente contra a própria Angola, mas também contra seus aliados cubanos e soviéticos (2019, p. 13).

Tal dinâmica de embates desde o início das relações bilaterais criou uma espiral que apenas se alimentaria das desconfianças e ameaças. Nesse sentido, a confirmação do apoio sul-africano à UNITA e à FNLA levou o governo angolano a estender seu

---

<sup>183</sup>Tradução nossa “*my blood will nourish the tree that will bear the fruits of freedom. Tell my people that I love them. They must continue the fight...* A luta Continua” (ANC, 2021, n.p.).

<sup>184</sup>Conforme já referenciado e disponibilizado o link da entrevista completa.

<sup>185</sup> Conforme disponibilizado o link da entrevista completa no programa Especial Informação com Abel Chivukuvuku presidente da CASA-CE, 2017, disponível em: [especial informação com abel chivukuvuku presidente da casa-ce - youtube](#) acesso aos 19 de maio de 2019. Revisitado aos 02 de mar. de 2022.



apoio oficial a movimentos de libertação da África Austral que também combatiam o poder da África do Sul, incluindo o ANC (*African National Congress*) na África do Sul, a SWAPO (*South West Africa People's Organization*) na Namíbia e a ZAPU (*Zimbabwe African People's Union*), atual ZANU, no Zimbábue<sup>186</sup>. No mesmo sentido, o governo angolano, junto à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), passou a mobilizar estratégias efetivas para conter e contestar as intervenções sul-africanas nos Estados da região<sup>187</sup>.

As disputas regionais, porém, não se resumiam às disputas entre Angola e África do Sul. Assim, para além da manifestação local e regional do confronto bipolar<sup>188</sup>, faz-se importante lembrar que outros Estados buscavam assegurar seus interesses ideológicos e geopolíticos na região, como exemplificado pelo apoio oficial que a Alemanha Federal deu à UNITA e pelo reconhecimento de seu governo em detrimento ao governo instalado pelo MPLA<sup>189</sup>. O envolvimento desses atores externos tinha mais que motivações ideológicas, imperando, muitas vezes, incentivos materiais. Conforme destaca Gleijeses (2013, p.25), Angola “*was the fourth-largest coffee producer in the world, the sixth-largest diamond producer, an important exporter of iron ore, and sub-Saharan Africa's third largest oil producer*”.

Para certos atores externos, notadamente os EUA, as ações do movimento liderado por Savimbi representavam uma contrabalança do poder doméstico do governo do MPLA, isto é, um instrumento chave na consolidação de uma estrutura de poder local de base multipartidária, inspirada nas bases da democracia liberal estadunidense,

---

<sup>186</sup> RAMOS (2018, p. 289)

<sup>187</sup> JOSÉ (2011).

<sup>188</sup> Na avaliação de Gleijeses (2013, p. 28) os EUA via uma oportunidade da manutenção da imagem externa dos impactos da guerra do Vietnã entendiam que “*Although U.S. officials knew that an MPLA victory would not threaten American strategic or economic interests, Kissinger cast the struggle in stark Cold War terms: the freedom-loving FNLA and UNITA would defeat the Soviet-backed MPLA. He believed that success in Angola would provide a cheap boost to U.S. prestige and to his own reputation, pummeled by the fall of South Vietnam a few months earlier.* Ver, também, RAMOS (2018, p. 289).

<sup>189</sup> Barbosa (2015, p. 44) lembrar que nessa época a militarização agressiva de política externa sul-africana na região era favorecida pelos conservadores Reagan, Thatcher e, parcialmente, Helmut Kohl.

em detrimento do socialismo nos moldes soviéticos, pretendido pelo MPLA<sup>190</sup>. Lukamba Gato, antigo integrante das FALA e alto dirigente da UNITA, recentemente avaliou a ação de Savimbi como destinada a construir uma aliança regional com a África do Sul, o Zaire e a Zâmbia, buscando apoio também dos EUA nesse sentido<sup>191</sup>.

Irene Neto (2012, p. 183), no entanto, argumenta que, para os aliados de Angola – Cuba e União Soviética – a desarticulação da aliança sul-africana – junto ao Zaire e à UNITA – era vista como o ponto de partida para buscar elementos de pacificação da região. Esses atores eram considerados bastiões do colonialismo e do imperialismo e sua derrota poderia libertar toda a região da influência autocrática e segregacionista sul-africana, assim como da possível instituição de um regime ditatorial em Angola.

Todo os eixos das relações, entretanto, enfrentaram dificuldades, mesmo a parceria estratégica do governo angolano com a URSS. Diante das complexidades envolvidas no processo de independência e construção institucional, o regime do MPLA teve dificuldade em responder às expectativas soviéticas quanto à sua atuação. Segundo Gleijeses (2013, p. 28), “[s]oviet aid to the MPLA was still very limited—Moscow distrusted Neto”. Tais debilidades tornaram-se ainda mais perceptíveis na dificuldade de manutenção da capacidade efetiva de combate por Angola, resultando em ofensivas sul-africanas nos territórios angolanos ao sul.

De acordo com Goot (2006), a intervenção cubana nesse momento foi fundamental. O governo de Angola sozinho não dispunha de capacidade tática e logística suficiente para fazer frente à África do Sul, em simultâneo às forças da UNITA, que o combatiam internamente. Ainda para Goot, “Cuba não só salvou o governo angolano, como também contribuiu para o fim do *apartheid* combatido por todos os governos contrários a África do Sul”<sup>192</sup>.

Essa lógica conflituosa entre Angola e África do Sul estruturou o período da diplomacia de confronto, conhecendo uma persistência dos embates entre 1975 e

---

<sup>190</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 22-34)

<sup>191</sup>Conforme a entrevista completa disponibilizada de LUKAMBA, Paulo Gato. General Gato aborda diplomacia de Jonas Savimbi. Disponível em: [General Gato aborda diplomacia de Jonas Savimbi - YouTube](#). Acesso aos 20 de dez. de 2019. Lunada. 2019. Ver, também: Cfr. *White House, Washington, Memorandum of conversation, meeting White Mobutu Sese Seko, President of Zaire, February 24, 1989. Archival Resources, Digital Library, George Bush Presidential Library.*

<sup>192</sup> GOOT (2006, p. 236).

1989<sup>193</sup>. Antes de passarmos ao exame dos conflitos e batalhas chave para entender a evolução das relações bilaterais, importante lembrar a centralidade, nesses processos e do lado angolano, dos grupos liderados por Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, como demonstrado no capítulo 2, sobretudo quanto a suas visões de mundo e de construção de Estado. Para Piero Gleijeses (2013, p. 27), que “[n]one of the three rebel movements developed an effective fighting force”, de forma que o suporte de atores externos tornou-se central ao desenvolvimento do conflito<sup>194</sup>.

Tais ingerências externas ramificaram-se para além da disputa dentro de Angola e se fizeram presentes especialmente no envolvimento da África do Sul no conflito<sup>195</sup>. Tal acirramento bilateral resultou em embates de grande escala, como foram as batalhas de Kifangondo (1975-1976) e Cuito Cunavale (1987-1988), importantes tanto para entender a estruturação da diplomacia do confronto, quanto sua transformação.

### **3.2 - Redimensionamento regional: a Batalha de Kifangondo**

Trata-se, a Batalha de Kifangondo de 1975 entre forças lideradas pelo MPLA e pela FNLA, de um conflito fundamental e estruturante para o surgimento de instituições e políticas angolanas na saída da independência, com repercussões até o presente segundo Cravos *et al.* (2014, p. 3). Em termos orçamentários, centrais para um Estado em nascimento, as políticas de defesa e as forças armadas se tornaram o destino majoritário de recursos, em detrimento de políticas básicas como as de saúde e educação<sup>196</sup>.

Ademais, de acordo com Savite (2014), o fato de Angola travar uma relação inicial com a África do Sul nesse contexto, provocou marcas e deixou lições não somente em termos militares, mas também quanto à inserção internacional de Angola no sistema de Estados de forma geral<sup>197</sup>.

---

<sup>193</sup>Parágrafo adaptado com base na entrevista cedida pelo *anônimo 3* do Gabinete de Comunicação e Documentação do Arquivo Diplomático do Ministério das Relações de Angola (MIREX), no dia 19 de agosto de 2020.

<sup>194</sup> Ver, também, Saraiva, 2007, p. 225, quanto à manifestação da Guerra Fria na região.

<sup>195</sup> GEORGE (2005, p. 16).

<sup>196</sup> MALAQUIAS (2011, p. 5).

<sup>197</sup>Bahia (2000, p. 131) afirma que os mesmos procedimentos seguidos pela África do Sul em buscar na segurança externa um fim último da segurança interna foram perseguidos por Angola em sua política externa.

Os temores quanto ao destino desses territórios recém libertados do jugo colonial, particularmente quanto à regionalização de conflitos militares, alcançaram, por exemplo, até mesmo representantes diplomáticos brasileiros. Segundo Silva (2008), reproduzindo a avaliação de Ovídio Melo, responsável brasileiro em Luanda, para o Chanceler Azeredo da Silveira e para o Presidente Geisel:

Nas atuais circunstâncias, a melhor maneira de evitar que Angola se transforme em um problema estratégico é a abstenção de medidas que alienem ou que joguem nos braços da URSS ou de Cuba. Uma segunda ordem [...] é que a presença cubana em Angola não é aventura de tipo “guevarista” [...] não se trata de um pequeno grupo de guerrilheiros operando em um lugar, mas um exército regular de Cuba convidado pelo governo de Luanda a se fazer presente [...] a intervenção do Zaire e da África do Sul (SILVA, 2008, p. 182).

Fazia-se, desde os primeiros instantes de uma Angola independente, a conexão entre disputas locais, regionais e globais, inaugurando as bases do relacionamento de confronto entre Angola com a África do Sul no período pós-1975.

### 3.2.1- A Batalha de Kifangondo (1975)<sup>198</sup>

Como já mencionado, para além do embate FAPLA-MPLA contra ELAN-FNLA, o desenvolvimento da Batalha de Kifangondo teve o apoio e a intervenção estrangeiros cubano para as FAPLA-MPLA contra os exércitos zairense e sul-africano, então em apoio ao ELNA- FNLA e, simultaneamente, à UNITA, que acabou por se juntar aos sul-africanos e à FNLA. Com início a 10 de novembro de 1975, foi determinante para a proclamação da independência de Angola e para a constituição do primeiro governo do

---

<sup>198</sup>Ante a necessidade de se examinar os impactos da Batalha de Kifangondo nas relações político-militares entre Angola e a África do Sul, além de se buscar uma vasta revisão bibliográfica com base na produção acadêmica já existente, procurou-se também consultar a memória de atores históricos, sendo que dos 10 entrevistados sobre o assunto, apenas 2 autorizaram sua citação: General Cunha Neto, antigo comandante da Polícia de Guerra Urbana e ex-Diretor do Arquivo Histórico de Angola e Membro do Comité Central do MPLA; e o Senhor Menezes António – Nacionalista e chefe de logística militar pelo ELNA-FNLA.

MPLA, criando os alicerces políticos internos e externos do nascente Estado angolano, então sob liderança de António Agostinho Neto<sup>199</sup>.

Kifangondo é de suma importância para se compreender a lógica de guerra e os processos de paz nas escalas nacional, regional e global. Ela instituiu o marco da internacionalização do conflito perante o que, para o MPLA, constituíam agressões sul-africanas e zaienses ao governo angolano<sup>200</sup>, sendo evento central para a independência de Angola. Constituiu-se também elementar por trazer a simbologia da afirmação interna que carecia de legitimidade, de todos os movimentos outrora instituídos, e que por meio da vitória dessa batalha se instituem bases para a proclamação oficial de Angola, bem como a busca do reconhecimento internacional da nova elite, unilateralmente constituída pelo MPLA em oposição aos demais movimentos. O ponto de virada construído pela batalha de Kifangondo na memória angolana instituiu a legitimidade interna do primeiro governo de Agostinho Neto e instaurou a independência na base de reconhecimento internacional<sup>201</sup>.

### 3.2.2- Antecedentes

O processo que culminou com a independência angolana em 1975 teve importantes precedentes, mas conheceu novos contornos a partir da Revolução dos Cravos, em 1974<sup>202</sup>. Ante o declínio do regime colonial português, os “movimentos de libertação veem na Revolução dos Cravos a oportunidade de ver concretizado o sonho de uma Angola independente”, como ressalta Miguel Junior<sup>203</sup>. A crise em Portugal e a nova elite política no poder possibilitariam uma articulação política e militar mais concreta aos movimentos nas colônias. O contexto português passou a ser muito

---

<sup>199</sup>GEORGE (2005).

<sup>200</sup> Disponível em documento no Acervo Histórico do MPLA do Comité Central. A avaliação do Presidente Agostinho Neto (1975-1979), conforme sua entrevista para a Televisão Búlgara, em 18 de outubro de 1978, revisitado in: Discursos do Camarada Presidente António Agostinho Neto, Edição do DEPIPI do Comité Central do MPLA- Partido do Trabalho, Luanda. Acedido em Luanda. 2020.

<sup>201</sup> SANTOS (2010, p. 41).

<sup>202</sup> PORTER (1988, p. 157).

<sup>203</sup> MIGUEL JÚNIOR (2007, p. 26).

favorável para Angola, que lutava pela sua independência na base das reivindicações políticas e militares<sup>204</sup>, conforme já discutido no capítulo anterior.

Há extensa bibliografia sobre a condução estratégica e tática da intervenção sul-africana e seu embate com Angola, inclusive versando sobre a Batalha de Kifangondo. A contribuição desta tese vai no sentido de trazer considerações sobre elementos e significados específicos da batalha, em diferentes níveis. No nível local, avalia os elementos estratégicos e seus significados na convivência dos três principais movimentos de libertação e suas forças armadas. No regional, analisa os fundamentos políticos estratégicos dos confrontos diretos e indiretos entre Angola e a África do Sul, seus impactos nas dinâmicas regionais de poder e na reconfiguração geopolítica da África Austral, bem como os impactos para a vida interna e para a História das Relações Internacionais.

Durante entrevista de História Oral ao “Anônimo 5” concedida em dezembro de 2020, um antigo integrante do alto Comando do ELNA-FNLA lembrou-se de tal contexto histórico assinalando que a realidade angolana durante o governo de transição estabelecido sob o comando português criou condições para uma escalada militar interna, em pouquíssimo tempo, gerando um clima de insegurança total, em que a sobrevivência dos movimentos determinaria os destinos da Angola pós-independente<sup>205</sup>.

Os Acordos de Alvor, de 1975, foram os instrumentos legais que oficializaram a descolonização de Angola e definiram os elementos essenciais que buscavam garantir uma transição não violenta e pacífica entre o governo português e os três movimentos de libertação. Entretanto, como Irene Neto (2012, p. 183) enfatiza, a institucionalização dos processos ficou muito aquém do necessário e a operacionalização dos protocolos ficou à deriva. Em tal contexto, acabou sendo a Batalha de Kifangondo<sup>206</sup> a definir as bases do reconhecimento da legitimidade interna e externa da independência.

---

<sup>204</sup> SILVA (2008, p. 141).

<sup>205</sup> Entrevistado “Anônimo 5” (ex-integrante do alto comando do ELNA-FNLA), em entrevista concedida a João Jovita em dezembro de 2020.

<sup>206</sup> Informações adicionais *The Battle of Kifangondo - Angola 1975* disponível em: [\*The Battle of Kifangondo - Angola 1975 - YouTube\*](#) acesso aos 16 de out. De 2018. Revisitado aos 02 de mar. de 2022. *The Battle of Kifangondo occurred on 10 November 1975, the day before the People's Movement for the Liberation of Angola (MPLA) declared Angola's independence from Portugal. It can be considered the first battle in the Angolan Civil War (1975–2002). The MPLA under Agostinho Neto had gained control of the Angolan capital Luanda while the two rival*

Durante discurso em Benguela no período das eleições gerais de 1992, Jonas Savimbi falou sobre a necessidade de não se repetir tais erros do passado. Para ele, a lógica doméstica instituída na transição entre os três movimentos e Portugal foi o maior erro do processo, que todos deveriam ter evitado. Nas suas palavras, “a ambição e o desinteresse pelos interesses nobres de uma Angola independente e unida levou ao atropelo dos Acordos [de Alvor] que legitimavam a nossa luta”. Mas a necessidade, combinada pelo interesse de um dos seus líderes de “se proclamar como presidente único da nova República e ao concebê-lo na forma autocrática”, fez com que cada movimento “entendesse a necessidade de criar suas próprias forças militares como garantia da manutenção do poder, articulando propostas políticas e militares desconexas aos protocolos publicamente conhecidos nos Acordos de Alvor”. Enfatizou ainda Savimbi que, “para nós, os Acordos celebrados ao longo das negociações de transição não foram capazes de evitar o conflito interno entre os movimentos e Portugal”, até porque “Portugal não tomou uma responsabilidade aceitável. Por isso, sua neutralidade passou a ser concebida por todos nós – UNITA, MPLA e FNLA – como criminosa e perigosa”<sup>207</sup>.

Ademais, conforme já discutido nos capítulos anteriores, Holden Roberto, Agostinho Neto, Jonas Savimbi e o governo português instauraram contingentes militares com doutrinas e interesses totalmente diferentes aos propósitos da Proclamação da Independência. Em tal contexto, Angola acabou com quatro forças armadas quando buscava aceder à sua independência, condição “fatal”<sup>208</sup> na manutenção e equilíbrio de poder<sup>209</sup>.

---

*liberation movements, the National Liberation Front of Angola (FNLA) and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA), fought for a foothold in the capital themselves before independence could be declared.*

<sup>207</sup> Discurso disponível no formato audiovisual DVD disponibilizado pela Rádio Despertar localizado no município de Viana – Luanda e outros que através da TV Raiar teve-se acesso livre durante a pesquisa de Campo em Angola em outubro de 2020.

<sup>208</sup> Análise com base à entrevista coletada por Miguel Júnior (2007, p.34) ao General Tona Afonso Castro ex-comandante do ELNA-FNLA em 2006 e do Embaixador Ovídio Melo Diplomata brasileiro aquando da sua comunicação ao Itamaraty durante o governo de transição instituído em Angola.

<sup>209</sup> N’GANGA (2008).

No nível regional, a Batalha de Kifangondo deu novos sentidos e significados à disputa pela liderança que, antes da independência de Angola e Moçambique, encontrava-se nas mãos do Estado sul-africano (*Council on Foreign Relations*, 2007, p. 13). O apoio à manutenção colonial e o expansionismo para anexação de territórios limítrofes à África do Sul eram as bases da política de projeção e de defesa do regime do *apartheid*, justificativa para a chamada Operação Savannah, de 1975, de incursão pelo território angolano. Segundo Gleijeses (2013, p. 66-67):

*Pretoria obliged and launched Operation Savannah. First came weapons, then instructors, and finally, on October 14, 1975, South African troops invaded Angola to crush the MPLA. The Cuban intervention forced the South Africans to leave Angola, but they left with a high regard for Savimbi.*

Nota-se, pela amplitude e complexidade da Operação Savannah, que a intervenção sul-africana e zaireense consistia não apenas em conceder apoio tático ao ELNA-FNLA e às FALA-UNITA no âmbito doméstico, mas também por meio de ações táticas conjuntas<sup>210</sup>, para a condução de processos que ditariam o redimensionamento geopolítico e estratégico regional da África Austral. De fato, a aliança *South African Defence Force* (SADF)-FALA/UNITA consistiu na coordenação mútua de forças no contexto regional e local em Angola, sendo que o apoio da África do Sul à UNITA continuaria mesmo depois de sua retirada dos territórios entre o final de 1975 e o início de 1976. Ainda segundo Gleijeses (2013, p. 66):

*When the South Africans had informed Savimbi, on December 25, 1975, that they were going to withdraw from Angola, they had promised to help him if he continued to fight against the MPLA, General Chris Thirion, who was then a colonel in South African Military Intelligence.*

### 3.2.3- Desdobramentos

A Batalha de Kifangondo determinou a legitimidade política e militar interna com a constituição e reconhecimento internacional da República Popular de Angola,

---

<sup>210</sup> “Savimbi established his headquarters in northeastern Namibia, at Camp Delta, in the Caprivi strip. South African instructors trained UNITA guerrillas at Delta and at other small bases in the Caprivi, and inside Angola” GLEIJESES (2013, p. 67).



internacionalizou o conflito no âmbito regional e impactou parcialmente o sistema da segurança internacional. Embora dispondo de uma fraca capacidade tática e militar em relação à África do Sul, a aliança soviética e cubana conferiu lições essenciais que auxiliaram Angola na busca efetiva da contrabalança do poder regional sul-africano<sup>211</sup>. Este constituiu o momento inicial de sucesso militar da República Popular de Angola, porém, conheceu um enfraquecimento progressivo de suas capacidades combativas e táticas devido à escassez de recursos financeiros e militares nos anos seguintes a Kifangondo.

Percebendo tal evolução, e mesmo as próprias dificuldades soviéticas de manter um conseqüente apoio, a África do Sul voltaria a apostar em ofensivas nas regiões fronteiriças com Angola no período anterior à independência da Namíbia<sup>212</sup>. Mantinha-se o contexto e a política de confronto, alimentando a diplomacia de confronto dos lados da divisa que, por sua vez, seguiria apostando na expansão e no reforço de alianças regionais. A condição de Angola tornava-se determinante para a África Austral<sup>213</sup>

Tais dinâmicas, contando com apoios extra regionais como o cubano consolidado no Acordo Militar de 1978 e patrocinado pelos recursos materiais de que dispunha Angola como minerais e petróleo<sup>214</sup>, fizeram persistir a diplomacia do confronto e a contestação de uma ordem regional sul-africana que existira até então<sup>215</sup>.

---

<sup>211</sup> SANTOS (2010, p. 43).

<sup>212</sup> GOOT (2006, p. 313) e MOREIRA SÁ (2019, p. 53).

<sup>213</sup> Entrevistado Anônimo (ex-integrante do alto comando do ELNA-FNLA), em entrevista concedida a João Jovita em dezembro de 2020.

<sup>214</sup> *Convenio entre la Republica de Cuba y la Republica Popular de Angolasobre el asseguramento multilateral del personal militar cubano en el território de la Republica de Angola, 1978, History and Public Policy Program Digital Archive, Archives of the Central Committee of the Cuban Communist Party. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44.* Goot (2006), por exemplo, avaliou que as guerras de reconhecimento e civil que ocorreram de 1975 a 1986 com aliança cubana conheceram o envio de um contingente de cerca de 65 mil soldados, acompanhados de outros de técnicos civis da Sérvia e países aliados ao governo do MPLA

<sup>215</sup> GEORGE (2005, p.22).

O apoio dos chamados Países da Linha de Frente<sup>216</sup> e demais organizações locais e regionais contrárias à vigência do poder regional sul-africano permitiu a persistência da política de confronto durante os anos da administração Agostinho Neto<sup>217</sup>.

Sem interrupções, nem armistícios, o permanente processo conflituoso das relações regionais conhecia nuances apenas entre os dias de maiores e de menores confrontos, de maiores e menores perdas, de ataques e contra-ataques, até o final da década de 1980. Durante raríssima entrevista cedida pelo ex-presidente José Eduardo dos Santos<sup>218</sup>, em 2013, o mesmo destacou sobre o período que:

Uma das situações que ocorreu na guerra de Angola é que teve de se dividir as forças armadas em várias frentes, e essa é a decisão mais difícil de se tomar, pois, ao fazê-lo, as forças têm 50% de chances de ganhos e perdas. Mas, tivemos de fazer, não tínhamos alternativas. O país, ao mesmo tempo que lutava dentro contra as insurgências da UNITA, foi necessário um

---

<sup>216</sup>*Traducción no oficial “Los países de la Linea del frente se hacen más activos”. February 25, 1988, Mikhail Gorbachev to Fidel Castro. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44. p.4.*

<sup>217</sup>Nas palavras de Agostinho Neto (1975): “Angola buscava consolidar-se no guardião ‘trincheira firme’ da revolução esperada e como efetivada” (Ver *Jornal de Angola* de 17, 31 de agosto de 1975 e de 5 de setembro do mesmo ano conforme a caixa 220. Elementos do MPLA fizeram o Ponto da Situação Político-Militar do País). Ver, também, para os contextos da Guerra Fria e de seus reais confrontos militares na África Austral: CASTELLANO DA SILVA (2015, p.5), Malaquias (1999, p. 9) e Vilalva (2016, p. 135-138).

<sup>218</sup> Conforme o link da entrevista completa disponível em: [SIC Notícias \(2013\): Primeira grande entrevista do Presidente José Eduardo dos Santos - YouTube](#) acesso aos 20 de mar. de 2016. Revisitado aos 02 de mar. de 2022. SIC Notícias (2013): Primeira grande entrevista do Presidente José Eduardo dos Santos. Em 1979, o engenheiro de petróleo José Eduardo dos Santos chegava à presidência de Angola, após a morte do primeiro presidente de Angola, Dr. Agostinho Neto. José Eduardo dos Santos liderou o país durante mais de duas décadas de guerra civil e nos últimos 11 anos de paz. Há 22 anos que o presidente não dava uma entrevista. O presidente rompeu o silêncio e recebeu em Luanda o correspondente da SIC, Henrique Cymerman para uma entrevista histórica. Nesta entrevista exclusiva fala pela primeira vez da transição política em Angola e do estado da economia no país. Das relações com Portugal, com o Brasil, com a China, com Israel. Do que poderá ser o seu futuro, da admiração que tem por Lula da Silva e da pesada herança da guerra.

esforço a mais para conter as ameaças e insultos externos, principalmente com a África do Sul.

No mesmo sentido da instalação de estruturas de confronto de longo prazo e de suas consequências, em entrevista cedida pelo antigo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas de Angola, general Francisco Furtado, em 2019, o mesmo lembrou que:

Durante quase todas as batalhas, cada comandante teve de tomar e criar um comando independente, ou seja, cada comandante fazia uma guerra isolada, muitas vezes, do comando central, e a liberdade de decidir o rumo das forças de defesa no local ajudou muito o sucesso das tropas do governo; o que não acontecia com as tropas da UNITA, que dependiam muito do comando central e que suas batalhas eram muito alvos de intromissão política, fazendo com que os comandantes tivessem limitações em manobras e contramanobras. Não atacar quando podia atacar e atacar quando não podiam<sup>219</sup>.

Com a desistência do ELNA-FNLA das disputas militares diretas, a partir da década de 1980, o conflito interno e regional angolano se concentrou entre os braços armados da UNITA e do MPLA até o final da década. A fim de desarticular o governo de seus opositores, a UNITA também contaria com apoio externo<sup>220</sup>. Savimbi, durante o seu discurso em Moxico em 1984, afirmou que a base dessas alianças se dava na combinação de interesses e não necessariamente implicavam a condição automática de povos amigos<sup>221</sup>. Ele justificava essa condição como necessária para libertar Angola do

---

<sup>219</sup> Conforme a entrevista completa disponibilizada no link que se segue do General Francisco Furtado em entrevista ao programa "Café da Manhã" da Rádio LAC. Disponível em: [General Francisco Furtado em entrevista ao programa "Café da Manhã" da Rádio LAC. - YouTube](#) acesso aos 16 de ago. de 2019. O antigo chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas Francisco Pereira Furtado.

<sup>220</sup>Discurso de Jonas Savimbi durante a campanha eleitoral de 1992, proferido no comício de massas na Huila. Disponível em DVD cedido pela Rádio Despertar em novembro de 2020.

<sup>221</sup>“Savimbi is an impressive figure,” the U.S. ambassador in Zambia reported after meeting him in January 1975. “Savimbi is very intelligent,” MPLA leader Lúcio Lara agreed ... Jonas Savimbi was a very ambitious man, and he led a small group [in eastern Angola] ... In early February 1972 Savimbi proposed that UNITA and the Portuguese “cooperate” against the MPLA, which had established a strong presence in eastern Angola. “We would be willing to

socialismo soviético que, segundo Savimbi, vinha ganhando proporções regionais e ameaçando os projetos de sociedade que seu grupo imaginava serem as mais pertinentes para o futuro dos territórios angolanos<sup>222</sup>. A Batalha de Kifangondo determinaria, assim, a saída de Angola do processo de luta pela independência e, entre várias outras conexões com o mundo, as relações bilaterais com a África do Sul por mais de uma década. Uma longa oposição belicosa que apenas terminaria com mais uma consequente Batalha, de Cuito Cuanavale, entre 1987 e 1988<sup>223</sup>.

### 3.3- O redesenho geopolítico regional: a Batalha de Cuito Cuanavale

A Batalha de Cuito Cuanavale ocorreu no sul de Angola, na província de Kuando Kubango, entre 15 novembro de 1987 e 23 março de 1988, envolvendo como principais atores as FAPLA-MPLA/Angola e FAR/Cuba contra as FALA-UNITA e o exército SADF/sul-africano<sup>224</sup>. Ademais, de ter sido, depois da Segunda Guerra Mundial, um dos maiores confrontos dentro do território africano<sup>225</sup>, ela foi, em certo sentido, uma continuidade da Batalha de Kifangondo, de 1975, porque as diferenças políticas não solucionadas na batalha anterior se preservaram nos anos seguintes e deram fôlego aos confrontos e articulações internas e regionais de Angola e da África do Sul<sup>226</sup>.

Como recordou recentemente o ex-chanceler angolano Georges Chicoti, para entender o conflito é preciso entender as adversidades e instabilidades históricas africanas. Ainda segundo Chicoti, a oposição entre Angola e África do Sul em Cuito Cuanavale, apesar de já distante no tempo, configurou as relações regionais como se conhecem hoje, dada a determinação dos dois atores no combate e a projeção angolana nesse momento,

---

*provide guides to enemy zones,” Savimbi wrote to the Portuguese authorities. “I am sure that with our cooperation the MPLA (...) would be eliminated from the East”* GLEIJESES (2013, p.65).

<sup>222</sup> Texto adaptado com base no discurso de Jonas Savimbi no seu comício de massas no ato das comemorações da Fundação da UNITA na província do Moxico em 1984.

<sup>223</sup> N’GANGA (2008, p. 87).

<sup>224</sup> GLEIJESES (2013).

<sup>225</sup> SANTOS (2010, p. 41). Ver, também: Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA (2008b, p. 247).

<sup>226</sup> SANTOS (2010, p. 41-42).

colocando-se como contra poder aos sul-africanos na região<sup>227</sup>. Para Gleijeses, apesar das perdas materiais e imateriais irreparáveis, a oposição bilateral militarizada acabou conferindo prestígio e legitimidade internacional a Angola, inclusive quanto à reafirmação de sua independência<sup>228</sup>.

Considerando tal contexto e tais repercursões, esta seção investiga as relações de Angola e África do Sul a partir dessa batalha e como os arranjos institucionais internos e internacionais impactaram a construção de seu ideário nacional e a sua política externa no período. Será, também, avaliado o conflito em suas diversas escalas – local, regional e global – em uma tentativa de reconstituí-lo narrativamente para além de sua dimensão geopolítica, igualmente como uma contribuição à luta anticolonial.

### 3.3.1- Antecedentes

Os elementos identificados como antecedentes da Batalha de Cuito Cuanavale podem ser explicados em diferentes dimensões - geopolítica, histórica e tático-militar – e escalas – local, regional e global<sup>229</sup>. Os confrontos entre Angola e África do Sul a partir de 1975 foram redinamizados pelos embates intermitentes e pela manutenção e aprofundamento de suas alianças até 1986. De um lado, das FAPLA-angolana com as FAR-cubana, que temiam a possível invasão e domínio sul-africano dos territórios do sul de Angola. De outro lado, protagonizada pela aliança FALA-UNITA e SADF/sul-africana, o ‘casamento perfeito’ para Savimbi, que duraria até 1988, e com suporte de outros aliados que não se envolveram diretamente na guerra<sup>230</sup>.

---

<sup>227</sup> Entrevista cedida por CHICOTI, Georges Rebelo. Ministro das Relações Exteriores. Primeiro acesso em 15 de set. 2016. Com o tema “A imagem externa de Angola: grande entrevista *In: Especial Zimbo*. Luanda. 2016. Disponibilizado em CD durante a pesquisa de Campo em Angola pela Zimbo TV, em nov. de 2020. Nesse sentido, ver, também: Gleijeses (2013, n. p.) e Miguel Júnior (2017 e 2019).

<sup>228</sup> GLEIJESES (2013).

<sup>229</sup> Hughes (2006), Carlsnaes e Nel, (2006) e Hichert (2008) corroboram o argumento de que esta Batalha teve uma multiplicidade de antecedentes que se cumularam e culminaram naquele evento específico.

<sup>230</sup>“*In July 1978, Intelligence and Research of the State Department (INR) wrote, “South Africa is no longer UNITA’s major arms supplier. . . Most of UNITA’s external aid is now funneled through Zaire and originates from European and Arab sources”* (GLEIJESES, 2013, p. 68-69).

A partir de 1986, Angola passou a empreender esforços militares combinados e mais sistemáticos contra a África do Sul e as FALA-UNITA, a fim de reivindicar o controle e o domínio de suas linhas de fronteiras e de contrabalançar, de forma mais consequente, o poder regional sul-africano<sup>231</sup>. Ademais, como destacado por Ramos (2018, p. 451), a elite angolana no poder e o governo de José Eduardo dos Santos estavam determinados a dar continuidade à guerra, encarada como um instrumento da agenda anticolonial – isto é, uma forma de assegurar a libertação da região.

Segundo Miguel Júnior (2019, p. 118-123), a estratégia angolana para atingir esses objetivos políticos foi de aprofundar sua aliança com Cuba. Assim, na condição de Comandante em Chefe das FAPLA, o então presidente de Angola José Eduardo dos Santos solicitou a intensificação da intervenção cubana, como decisão fundamental e inadiável para a capacitação das FAPLA. Conforme ressaltou o próprio Santos em sua visita a Havana em 1986, durante o seu agradecimento ao Comitê Central do Partido Comunista de Cuba:

As FAPLA hoje têm um poderio que não possuíam anos atrás. Há avanços consideráveis na construção do exército, que tem aprendido a lutar (...) As forças cubanas são mais fortes e têm somado com seu pessoal bem dotado de técnica (...) A UNITA vem sofrendo várias derrotas e o tempo perspectiva-lhe ao desgaste total e debilidade combativa (SANTOS, 1986, n.p.).

Além de Cuba, a predisposição angolana em conter o poder regional da África do Sul sensibilizou outras organizações e forças políticas na região, que se mobilizaram a favor de Angola, a fim de combater a política de *apartheid*<sup>232</sup>.

Na África do Sul, por sua vez, enquanto tais embates prosseguiram, crises sociopolíticas internas passavam a se aprofundar, provocando um desgaste de sua economia e de suas instituições políticas. Pode-se, nesse sentido, ressaltar os boicotes locais do “Levante de Soweto”, a luta da ANC pela libertação de presos políticos do regime, o envolvimento de lideranças religiosas contra a política de segregação, boicotes e embargos econômicos internacionais e o combate das ameaças regionais pela contenção da independência da Namíbia.

---

<sup>231</sup> RAMOS (2018, p. 450-454).

<sup>232</sup> HUGHES (2006).

De fato, o governo sul-africano buscou exercer influência direta na Namíbia, até mesmo propondo a recolonização e a anexação desta. Em sua avaliação, a independência do território colocava em desvantagem sua liderança regional e frustrava sobremaneira a sua política pró-*apartheid*, internacionalmente conhecida e defendida por aliados<sup>233</sup>. Logo, a resistência da SWAPO contra o exército sul-africano se dava como vantagem à parte angolana, seu opositor regional.

Já em Moçambique, o apoio logístico do governo sul-africano ao RENAMO, a fim de desestabilizar o governo da FRELIMO, predispôs o envolvimento parcial moçambicano na Batalha de Cuito Cuanavale para lutar ao lado dos Estados da Linha de Frente, em solidariedade a Angola, Cuba, SWAPO e ANC. Os aliados extraregionais de Angola aguardavam mesmo, com a evolução da batalha, levantes internos na África do Sul<sup>234</sup>.

Na avaliação de Malan (2006, p. 170-172), antigo chefe das Forças de Defesa da SADF e posterior ministro da Defesa do presidente Botha, a política de defesa sul-africana deveria necessariamente ser proativa. Ele mesmo sugeriu – e o governo acatou – uma política de defesa baseada no combate a ameaças internas e externas à integridade territorial do país. Nesse contexto, os objetivos estratégicos e táticos seriam o domínio dos territórios do sul de Angola e, se possível sua anexação, com até mesmo o avanço e a conquista da capital Luanda. Nessa perspectiva, tal estratégia reverteria a situação angolana, o que enfraqueceria o governo do MPLA e favorecendo a tomada de poder pela UNITA, que se apoiava em suas alianças<sup>235</sup>.

Ainda pela perspectiva sul-africana, assinala Wright (2001, p. 254), entendia-se que assegurar tais objetivos possibilitaria a contenção da aliança Angola-Cuba, vista

---

<sup>233</sup> FIUZA NETO (2000).

<sup>234</sup>“*Los racistas sudafricanos están más asilados que nunca antes en opinión pública internacional y han entrado en una crisis que nosotros consideramos irreversible, por la rebelion de las masas negras dentro de la própria frica del Sur*” (Reunión Bipartida Cuba-URSS / CWIHP e Dossier N°. 44, Risquet 1987, p.4).

<sup>235</sup>“*According to Savimbi’s biographer, France, Saudi Arabia, Egypt, and the Gulf Emirates gave cash. Morocco gave weapons and “offered training for selected UNITA guerrilla specialists.” The French “also helped in another way,” the Ivory Coast, Senegal, Gabon, and Togo gave UNITA diplomatic and logistical support. Mobutu, who loathed the MPLA, offered UNITA military facilities and logistical support*” GLEIJESES (2013, p.68). Ver, também, BROKE (1987, n.p.).

como promotora da ação revolucionária regional. Finalmente, de certa forma significaria o enfraquecimento ou eliminação logística da SWAPO e da ANC, que desestabilizavam a ordem sociopolítica local da África do Sul e fomentavam sanções internacionais contra o governo do *apartheid*<sup>236</sup>.

De forma mais ampla, no Brasil, nos EUA e na Europa, a reação do Movimento Negro e das massas populares se mobilizaram em prol dos povos africanos e contra o sistema de *apartheid*. Na ONU, discursos de políticos já denunciavam as ações sul-africanas e cubanas em território austral-africano como problema de segurança internacional e tentavam construir bases para uma relação de solidariedade. Além disso, denunciava-se que a presença das superpotências prejudicava a normalização das relações regionais.

### 3.3.2. Desdobramentos

A batalha traduziu-se em enormes perdas para todos os lados envolvidos. Do lado dos aliados angolanos, particularmente entre soviéticos e cubanos, envolveu custos de cerca de US\$ 20 bilhões de dólares americanos. Ela também gerou 600 mil deslocados, 50 mil refugiados e 60 mil mortos, mutilados e incapacitados. Na avaliação de Ramos (2018, p. 480-481), foram perdas irreparáveis, associando-se à reconfiguração das relações de poder na África Austral.

Ela também definiu o estreitamento das relações entre Cuba e Angola. Para garantir a frente revolucionária em Angola junto das FAPLA-MPLA, em 1986, Cuba enviou um contingente de 40 mil pessoas, entre militares e civis. Elas se juntaram aos 25 mil combatentes enviados entre 1975 e 1984 de forma que, em 1989, o contingente militar cubano em Angola totalizava os 65 mil, distribuídos em funções multissetoriais<sup>237</sup>.

Nesse sentido, Goot (2006, p. 326), Malaquias (2011, p. 7) e Gleijeses (2013, p. 68-69) convergem na avaliação de que o reforço da aliança Angola-Cuba foi

---

<sup>236</sup> RAMOS (2018, p. 451).

<sup>237</sup> RAMOS (2018). Cabe registrar, como veremos mais abaixo, que, em cumprimento aos Acordos de Nova York, de 1988, que obrigava a retirada imediata da força militar cubana e sul-africana de Angola, já em 1991 permaneciam apenas um número reduzido desse contingente. Eles assessoravam o governo angolano ou se ocupavam nos serviços de saúde e educação. Esse assunto é abordado mais detidamente na próxima seção (MIGUEL JÚNIOR, 2019).



determinante, indispensável e inadiável para dirimir as agressões externas e a desestabilização interna. Goot (2006, p. 326), particularmente, enfatiza que a permanência e o reforço da intervenção cubana se traduziram no redesenho geopolítico regional, já que “Cuba não só salvou o governo angolano, como também contribuiu para o fim do *apartheid* e a independência da Namíbia”.

O imenso apoio e os custos para Cuba passaram a ser reconhecidos historicamente pelo governo angolano, sendo alvo de diversas demonstrações de reconhecimento públicas, ainda mais intensamente nas próprias visitas de Estado como quando da de 1988, a Havana, em que José Eduardo dos Santos, para além de condecorar Fidel Castro, declarou que:

Em várias ocasiões, temos manifestado nossa apreciação e admiração pelo internacionalismo sem igual que Cuba pratica efetivamente ao apoiar o povo angolano na sua dura e complexa luta pela preservação de sua independência e das conquistas do socialismo (...) é nesta oportunidade que a direção do nosso Partido, a Assembleia Popular da RPA, vem marcar este acontecimento como testemunho da outorga ao Camarada Fidel Castro Ruz da Ordem “Agostinho Neto”, que é a mais alta condecoração angolana, como reconhecimento sincero pela contribuição valiosa oferecida à defesa de Angola (...) pelo aprofundamento dos laços sólidos da amizade que existem entre os povos de Angola e Cuba (...) pela inestimável contribuição à defesa da paz justa e dos direitos da autodeterminação dos povos da África Austral<sup>238</sup>” (SANTOS, CWIHP e-*Dossier* N°. 44. 1988, p.4-5).

Cabe destacar que, em meio a tais contingentes, somou-se ainda um corpo de técnicos militares e civis soviéticos. Por essa razão, Ramos (2018, p. 291-192) julga que, apesar do papel da liderança angolana nas operações, o apoio e o aconselhamento dos aliados fora fundamental tanto para a saída do conflito quanto para o redesenho geopolítico na África Austral, quando culminavam as contestações ao poder sul-africano<sup>239</sup>.

De fato, a política segregacionista, em particular, era alvo crescente de contestação por muitos países e até mesmo por aliados tradicionais, enfraquecendo a posição de Pretória. Enquanto a ação dos Estados Unidos seguia limitada pelos termos

---

<sup>238</sup>Tradução nossa, com base o documento original em espanhol.

<sup>239</sup> GÓMEZ (2009, p. 470) e PAULO (2002, p. 107).

da Emenda Clark<sup>240</sup>, a Grã-Bretanha e a Alemanha Federal, por exemplo, apesar de inicialmente terem sido hostis ao governo do MPLA, e favoráveis à África do Sul e a Jonas Savimbi, foram levados à neutralidade ante as pressões internacionais contra o regime do *apartheid*. A Grã-Bretanha, inclusive, acabou se contrapondo ostensiva e internacionalmente ao governo sul-africano<sup>241</sup>.

Para Goldberg (2016, p. 322), o redesenho geopolítico almejado e empreendido pela aliança Angola-Cuba em termos político-militares simbolizava a ruína do regime *apartheid* na África do Sul. Já Broun (2012, p. 43-47) lembra que a mesma traduziu-se em libertação de muitos presos políticos locais e na ascensão e projeção política da ANC como elite política dominante no país, processo que acabaria tendo como apogeu a eleição de Nelson Mandela. As vitórias do campo angolano significaram, finalmente, o fim do expansionismo sul-africano sobre o território da Namíbia com o patrocínio e a confirmação da independência da antiga colônia alemã.

Ainda no início de 1987, as tratativas entre Cuba e a URSS sobre o tema mostram Fidel Castro sugerindo a adoção de medidas que concedessem um efetivo apoio à SWAPO e, se necessário, a intensificação da luta armada para garantir ainda melhores resultados, tendo a clara intenção de conter a projeção regional sul-africana<sup>242</sup>. Para Risquet, enviado de confiança de Fidel Castro a Angola, era preciso buscar o desmantelamento total do regime de Pretória, considerado belicista e expansionista, fonte de instabilidade para a África Austral e ainda um perigo para a integridade e a independência de Angola, Moçambique, Zimbábue e Zâmbia<sup>243</sup>. Segundo Gleijses (2013, p. 31):

*The mounting international clamor against South Africa's occupation of Namibia was accompanied by growing unrest among the territory's African population, chafing against Pretoria's harsh rule, and by the rising*

---

<sup>240</sup> Cfr. *Address to the 43d Session of the United Nations General Assembly in New York, September 26, 1988, Archival Resources, Digital Library, Ronald Reagan Presidential Library.*

<sup>241</sup> RAMOS (2018, p. 293).

<sup>242</sup> Cfr. *Meeting between Cuba and the Soviet Union, 'Reunión Bipartita Cuba-URSS', March 10, 1987, History and Public Policy Program Digital Archive, Archives of the Central Committee of the Cuban Communist Party. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijses and included in CWIHP e- Dossier No. 44. Ver, também: GLEIJESES (2013, p. 34).*

<sup>243</sup> *REUNIÓN BIPARTITA CUBA-URSS' RISQUET (1987, p. 5).*

*influence, at home and abroad, of the South West Africa People's Organization (SWAPO).*

Em relação à situação de Moçambique, Bridgland (1982, p. 408-410) avalia que a manutenção do governo instituído pela FRELIMO, em detrimento do RENAMO, se somou aos outros resultados geopolíticos da batalha. Ademais, o apoio manifesto de Angola contribuiu para sua consolidação no poder e firmou os contornos da contenção à projeção de poder sul-africana<sup>244</sup>. Construído tal contexto, o governo pró-*apartheid* na África do Sul acabaria saindo muito enfraquecido da Batalha. Com relação à situação da Namíbia, por exemplo, o Presidente *Pieter Botha* tentara cogitar a possibilidade da confirmação da independência mediante a condicionalidade de sua constituição como uma democracia multipartidária, evitando-se a interferência externa direta de Cuba, Angola e URSS<sup>245</sup>. Ramos (2018, p. 293), no entanto, entende tal posição como de simples retórica na tentativa de reconquistar o prestígio internacional que Botha estava perdendo.

Além dos embargos internacionais, houve a deterioração de suas alianças tradicionais. O descrédito da elite local sul-africana branca cresceu com as sanções e vetos do Congresso americano contra a gestão Reagan, que vinha intervindo em favor do regime pró-*apartheid* com recursos financeiros e técnicos e, até mesmo, com mercenários<sup>246</sup>.

Finalmente, ainda que tenha havido uma contestação política sul-africana quanto a definições de vitória, a literatura aponta a sobreposição das posições e ambições da aliança cubano-angolana quanto à conclusão de Cuito Cuanavale<sup>247</sup>. Somada a experiências belicosas anteriores, ela acabou sendo decisiva para os processos de normalização da região, criando bases para a pacificação da África Austral e a conclusão dos processos de luta pela independência. Seu entendimento deve ser feito em conjunto com a análise dos Acordos de Nova York (1988) e, de forma

---

<sup>244</sup> SILVA (2008, p. 144).

<sup>245</sup> VELTHUIZEN (2009, p. 110).

<sup>246</sup> SCHUTZ (2016).

<sup>247</sup> George (2005), Leão (2007), Visentini (2012, 2016), Gleijeses (2013), Pereira (2016), Schutz (2016) Castellano da Silva (2017), Miguel Júnior (2015, 2019), Ramos (2018), Westad (2019), e muitos outros.

complementar, com os Acordos de Gbadolite (1989) e de Bicesse (1991), que analisaremos a seguir.

### **3.4- O sentido político-diplomático e militar dos Acordos de Nova York (1988)**

Esta seção analisa o significado histórico e político dos Acordos de Nova York de 1988 nos processos de estabilização e pacificação regional entre Angola e a África do Sul após a Batalha de Cuito Cuanavale. Apresenta, também, uma síntese dos processos de transição entre 1989 e 1994, momento da oficialização e do estabelecimento das relações político-diplomáticas entre ambos os países, bem como da retirada de missões cubanas e sul-africanas do território angolano.

Analisa, finalmente, o sentido histórico dos Acordos de Bicesse, de 1991, e do memorando de Paz de Luena, de 2002. Argumenta-se, nesta tese, que a Batalhas de Kifangondo e de Cuito Cuanavale trouxeram uma experiência estruturante sobre como direcionar Angola na região e legitimar-se internamente. Junto à sucessão de outros eventos dos conflitos e apesar das enormes perdas materiais e em vidas, os resultados dessas batalhas enfatizaram, também, a importância da diplomacia como mecanismo indispensável na pacificação regional, mas também na reconciliação e unidade nacional de Angola. Um dos resultados é identificável nos Acordos Tripartes firmados em Nova York entre os governos da República Popular de Angola, de Cuba e da África do Sul, em dezembro de 1988, acompanhados por seus aliados, conforme descrito na resolução 435/88 do Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>248</sup>.

Para Ramos (2018, p. 483), o pano de fundo dos Acordos consistia em encontrar, através de um respaldo legal, bases para fundamentar os processos de pacificação e estabilização político, militar e diplomático regional da África Austral, além de preparar a posterior convivência dos Estados na região no pós-conflito. Não se tratava, porém, da primeira tentativa de pacificar tais territórios através da diplomacia. Anteriormente, o Protocolo de Lusaka de 1984 apresentava as mesmas ambições, tendo, porém, fracassado. Segundo Gleijeses (2013, p. 243):

*The Lusaka agreement did not lead to peace (...) The CIA reported in May 1984 (...) conversations between Cubans and Soviets, as well as among Cubans, Soviets, and Angolans—indicates that Moscow continued to provide*

---

<sup>248</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p.117).

*Angola with military assistance, while sharing its doubts about the behavior of the Angolans with the Cubans.*

Compreendendo a fragilidade desse Protocolo, Silva (2008, p. 119) ressalta se fazer necessário que os atores envolvidos e seus aliados buscassem outros e renovados mecanismos para garantir a segurança e a integridade territorial dos Estados na região e evitar um estado de guerra permanente, o que aconteceria apenas em Nova York. De fato, apesar do recuo das forças sul-africanas após os embates de 1986 e 1987, uma paz efetiva ainda não estava assegurada. Segundo Gleijeses (2013, p. 34), “*the South Africans had withdrawn from Angola, but they remained across the border, in Namibia... Implacably hostile, they represented a potential, deadly threat to the new regime in Luanda*”.

Nesse contexto de fragilidade, Cuba cogitou permanecer em Angola, julgando que sua retirada imediata poderia provocar uma insegurança total na região, pois as forças militares do governo do MPLA ainda estariam mal capacitadas e pouco profissionalizadas – eram mais unidades de guerrilha que propriamente um exército<sup>249</sup>. O entendimento, portanto, passou a explicitar a necessidade de uma retirada gradual do contingente militar cubano concomitante à retirada das forças sul-africanas.

Ademais da sensibilidade quanto a uma retirada gradual das forças militares, a nova atenção dada pelos Estados Unidos ao futuro da África Austral também tornou-se um elemento decisivo na construção dos Acordos, sobretudo em um novo contexto de Guerra Fria e com a administração Mikhail Gorbachev em Moscou agindo como intermediária<sup>250</sup>. Nesse sentido, em 26 de setembro de 1988, na 43ª sessão da Assembleia Geral da ONU, Reagan discursou sobre temas globais e, em particular, sobre a África Austral, renovando a importância da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que demandava a retirada das tropas sul-africanas da Namíbia e a garantia de sua independência<sup>251</sup>.

---

<sup>249</sup> GLEIJESES (2013, p. 34).

<sup>250</sup> Cfr. *Resolution 626 (1988) of December 1988. And Resolution 628 (1989) of 16 January 1989. Cfr. Joint Statement on Soviet – United States Summit meeting, December 10, 1987. Archival Resources, Digital Library, Ronald Reagan Presidential Library.*

<sup>251</sup> Cfr. *Address to the 43d Session of the United National General Assembly in New York, September 26, 1988. Archival Resources, Digital Library, Ronald Reagan Presidential Library.* Ver, também: MIGUEL JÚNIOR (2019, p.119).

Dentre os sentidos dos Acordos de Nova York, negociados algumas semanas mais tarde, demandava-se a reafirmação da Resolução 435, a retirada das tropas cubanas e, também, a cessação de qualquer envolvimento direto ou indireto de forças militares estrangeiras nos conflitos internos que ainda afetavam Angola. Levando em conta os vários níveis do conflito, a Casa Branca já havia, também, compreendido que “a verdadeira paz em Angola” só viria de uma “verdadeira reconciliação nacional, em que a UNITA tinha o direito de participar<sup>252</sup>”.

A decorrente estabilização das relações entre Angola e África do Sul não eliminou o papel preponderante da liderança regional sul-africana. No entanto, criou condições para o enfraquecimento parcial do regime pró-*apartheid* e potencializou o papel de Angola como potência regional de mesmo nível. Finalmente, as novas condições das relações bilaterais e regionais no contexto da virada da década de 1980 para a de 1990, criou condições para transições políticas dos dois lados da fronteira<sup>253</sup> que, do lado sul-africano, podem ser vistas através, por exemplo, da criação da Comissão da Verdade, da assistência dos direitos das minorias, de uma maior inclusão de mulheres e jovens negras e do foco do debate político e social no fim da política segregacionista na África do Sul. Em Angola, o maior feito consistiu na criação e unificação das forças de defesa (FAPLA, FALA, ELNA & FLEC), transformadas nas Forças Armadas Angolana (FAA) por meio dos Acordos de Bicesse, em 1991<sup>254</sup>.

Nesse contexto, Angola reafirmava sua soberania e seu papel no processo de descolonização africano, associando-se inclusive à população sul-africana na construção dessa memória<sup>255</sup>. Nesse sentido, destaca-se o discurso de José Eduardo dos Santos quando de sua visita à África do Sul em 2010, quando ressaltou que:

---

<sup>252</sup>Cfr. *White House Statement on the President's Meeting With Jonas Savimbi of Angola, June 30, 1988, Archival Resources, Digital Library, Ronald Reagan Presidential Library.*

<sup>253</sup>*The Truth and Reconciliation Commission, January, (1996, n.p.).*

<sup>254</sup>Cfr. *Memcon, meeting with Jonas Savimbi, Bush Presidential Records 10, 1990, p.1-2, Archival Resources, Digital Library, George Bush Presidential Library.*

<sup>255</sup> PEGADO (2014, p. 9) e LEÃO (2007, p. 28). Ver, também: Cfr. *Cuban involvement in the Angolan civil war: implications for lasting Peace in Southern Africa. University van Pretoria, ISSUP Bulletin, October 1988, p. 9-10, Cfr. Reunião do Comité Central do MPLA, Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General, 25.10.1990. p. 4 e Archbishop Desmond Tutu's in Truth and Recociliation Comission, december (1995, n.p.).*

De fato nós sempre encaramos a luta do povo sul-africano como uma extensão da nossa própria luta e a liberdade do povo sul-africano como parte da nossa própria liberdade... ao apoiar o vosso combate, tínhamos a certeza de que a erradicação do *apartheid* contribuiria para a resolução de todos os conflitos armados existentes na nossa região e abriria o caminho para estabelecermos novas formas de cooperação e para reforçarmos os laços de amizade entre os nossos povos<sup>256</sup>.

Ademais, a decisão já referida de retirada gradual de tropas estrangeiras do território angolano, apesar das dificuldades de sua implementação como iremos referir abaixo, garantiu condições mínimas na preparação de uma transição do modelo político monopartidário – vigente desde a fundação da República Popular de Angola em 1975 – a um modelo multipartidário. Essa reestruturação institucional era reivindicada por Savimbi e algumas personalidades do próprio MPLA, incluindo o então presidente José Eduardo dos Santos, que já vinha aplicando reformas no nível interno do partido, culminando com a (re)fundação da República de Angola e com as primeiras eleições gerais em 1992<sup>257</sup>.

Ao fim e ao cabo, a evolução fora tamanha que acabou levando tanto ao reconhecimento oficial da independência angolana pelos Estados Unidos em 1993, quanto, após a eleição de Mandela, ao estabelecimento oficial de relações diplomáticas com a África do Sul em 1994.

Importante destacar, entretanto, que a retirada parcial das forças estrangeiras de Angola na sequência dos Acordos de Nova York, porém, não havia garantido o estabelecimento da paz interna como esperado. A manutenção de um contingente cubano, ainda que reduzido, enquanto os sul-africanos deixavam o território alimentou temores de forças como a UNITA<sup>258</sup>, como ressalta Tvedten (1997, p. 32). Foi exatamente nesse contexto que surgiram os Acordos de Bicesse, de 1991<sup>259</sup>.

---

<sup>256</sup> SANTOS (2010, p. 138).

<sup>257</sup> BATSIKAMA (2019, p.192).

<sup>258</sup>Cfr. Portugal. Mediação, José Manuel Durão Barroso, sd. ,p. 5-7.

<sup>259</sup> ANGOLA. Assinatura do acordo de paz entre o Governo de Angola e a UNITA (1991 - Video Histórico) disponível em: [Assinatura do acordo de paz entre o Governo de Angola e a UNITA \(1991 - Video Histórico\) - YouTube](#). Acesso aos 22 de mar. de 2016. Revisitado em 02 de mar. de 2022. Após uma longa guerra civil em Angola, os dois lados deste conflito armado, o MPLA e a UNITA assinam um histórico acordo de paz em 31/05/1991.

### 3.4.1- Os Acordos de Bicesse (1991): soluções internas, implicações externas

As negociações sobre a retirada definitiva das forças de defesa e seguranças sul-africanas e cubanas não teriam êxito sem os Acordos de Bicesse de 1991. Eles almejavam unificar o país e dirimir as diferenças políticas existentes entre os antigos inimigos internos, UNITA e MPLA. Apesar de enfatizarem arranjos políticos internos, isto é, sem necessariamente incluir a presença cubana ou sul-africana, esses países aliados aos atores internos de Angola entendiam que os objetivos dos Acordos de Nova York se efetivariam pelos Acordos de Bicesse: uma vez estabilizadas as questões internas de Angola, as demais questões regionais seguiriam sua normal pacificação.

É nesse contexto que, em 31 de maio de 1991, os Acordos de Bicesse foram assinados em Estoril – Portugal, entre o governo angolano do MPLA e a UNITA, mediado pelo governo português na pessoa de seu Secretário de Estado, Durão Barroso.

Em 2017, Isaías Samakuva, antigo líder da UNITA (2002-2019, 2021-2021) e alto representante político do movimento nas negociações dos Acordos de Bicesse de 1991 com o governo angolano, assim relembra o episódio:

Os Acordos de Bicesse apresentam-se dentre os instrumentos de análise e compreensão da experiência angolana enquanto Estado, por proporcionar elementos fundamentais na criação das Forças Armadas Angolanas (FAA), até então distavam em pequenas organizações sem bases sólidas nem doutrina unificada. Pois a unificação das FALA-UNITA, ELNA-FNLA e FAPLA-MPLA resultou nas atuais Forças Armadas Angolanas<sup>260</sup>.

Samakuva também ressaltou que a negociação dos acordos foi um processo difícil, mas com consentimento necessário a fim de se superar os conflitos de interesse envolvidos e se caminhar para a pacificação de Angola<sup>261</sup>. Como exemplo de tais dificuldades, interessante considerar as palavras de Antero Yembe – antigo guarda-

---

<sup>260</sup>SAMAKUVA, Isaías TPA: Grande entrevista com o Presidente da UNITA Isaías Samakuva. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=2Qb4MFilgeI>» acesso aos 19 de nov. 2016: *In*: Televisão Pública de Angola. Luanda.2016.

<sup>261</sup>SAMAKUVA, Isaías TPA: Grande entrevista com o Presidente da UNITA Isaías Samakuva. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=2Qb4MFilgeI>» acesso aos 19 de nov. 2016: *In*: Televisão Pública de Angola. Luanda.2016.



costas de Jonas Savimbi – em abril de 2019, ao destacar que o processo não fora automático, pois a resistência e o boicote da parte dos antigos conselheiros e aliados de Jonas Savimbi acabou sendo contínuo, com desconfianças por parte das elites do governo angolano devido às relações com África do Sul e mesmo países como Zâmbia e Marrocos junto ao grupo de Savimbi<sup>262</sup>.

Em tal contexto, novamente o apoio externo à construção de mais uma etapa da paz e para a conclusão do novo Acordo fora importante. A gestão George Bush nos Estados Unidos, por exemplo, assim produziu a Diretiva nº. 75 de Segurança Nacional sobre a política americana em relação à África Austral, com redução de gastos militares e desmobilização de grupos armados em guerra aliados dos EUA<sup>263</sup>.

Já o presidente do Congo Denis Sassou Nguesso procurou também nos Estados Unidos incentivar o diálogo para ressaltar a necessidade de Washington lançar tratativas mais diretas com o governo do MPLA e com José Eduardo dos Santos<sup>264</sup>. Em entrevista cedida em 2017 e mencionando tal processo, o General Marcial N´dachala, antigo membro do alto Comando da UNITA, lembra que as consultas internas (à sociedade civil por meio de igrejas, acadêmicos, artistas e partidos políticos) e externas (a Cuba, URSS, EUA, Zaire, África do Sul) indicavam a necessidade de uma nova postura da parte do governo angolano<sup>265</sup>.

---

<sup>262</sup> Conforme disponibilizado em link a entrevista completa de YEMBE, Antero José Kafuna. Café da Manhã com Antero Kafuna Yembe, comandante militar da UNITA, ex guarda costas de Jonas Savimbi. Disponível em: "[Café da Manhã](#)" 2019 com Antero Kafuna Yembe, ex-guarda-costas de Savimbi - YouTube. Rádio LAC/ORION/programa Café da Manhã. Acesso aos 24 de set. de 2019. Luanda (17.Abril.19).

<sup>263</sup> Cfr. *The White House Washington, National Security Directive 75, 20675, december 23, 1992. Archival Resources, Digital Library, George Bush Presidential Library.*

<sup>264</sup> MIGUEL JÚNIOR (2019, p. 142).

<sup>265</sup> Conforme a entrevista completa, onde o autor aborda o Processo de Paz em Angola como Ponto de Virada para a Reconciliação Nacional. Disponível em: "[O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional](#) - YouTube. A Oficina do Conhecimento, realizou no dia 3 de Abril de 2019, na Mediateca 28 de Agosto (Luanda), uma mesa redonda subordinada ao tema: O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional, que teve como oradores: - O professor Mário Pinto de Andrade; - O General Marcial N´dachala; - O Jornalista Luís Domingos; - Moderador o Jornalista Manuel Vieira. Acesso aos 17 de set de 2019.

As relações bilaterais entre Angola e África do Sul, entretanto, pouco avançaram após essa série de acordos, sobretudo em razão das instabilidades internas que a década de 1990 voltaria a conhecer nos dois países. Do lado sul-africano, o governo de Mandela, apesar de ter sensibilizado a região sobre as desejadas mudanças sociopolíticas na África do Sul, ainda seguia mergulhado na resolução da crise histórica racial e sofrendo com as profundas desigualdades no país<sup>266</sup>. Com uma elite econômica tendo atravessado e apoiado o *apartheid*, fora difícil criar cooperação regional e superar desconfianças na África Austral<sup>267</sup>. Porém, peça fundamental para um avanço regional seguia a pacificação angolana, que apenas seria alcançada no início do século XXI.

De fato, apesar de os Acordos de Bicesse também terem fundamentando a base dos processos do multipartidarismo em Angola<sup>268</sup>, propiciando condições para a elaboração da segunda Lei Constitucional de 1992, reforçando os fundamentos democráticos do país, e permitindo a realização das primeiras eleições sob observação das Nações Unidas, a contestação dos resultados por Savimbi levou a uma nova onda de conflitos. Precisando os propósitos de Savimbi, Abel Chivukuvuku<sup>269</sup> recentemente ressaltou que a questão de discórdia, na verdade, encontrava-se na forma como o MPLA havia estruturado o governo saído das urnas, compondo-o com três vice-presidentes da República, sendo Savimbi o terceiro. Tal arranjo, continuou Chivukuvuku, foi que levou Savimbi à contestação, mergulhando o país em numa nova guerra civil. Essa renovação dos conflitos interno durou até princípio de 2002, resultando na morte do líder e comandante das FALA-UNITA, Jonas Savimbi e na elaboração do memorando de Paz de Luena.

#### 3.4.2. O memorando de Paz de Luena de 2002: estabilização

Em 2002, foi assinado o Memorando de Paz de Luena, também conhecido como Acordo de Paz do Luena. O instrumento incorporou aprendizados oriundos das

---

<sup>266</sup> BORAINE (2001).

<sup>267</sup> DOXTADER; SALAZAR (2008).

<sup>268</sup> Cfr. Portugal. Mediação, José Manuel Durão Barroso, sd., p. 1-8.

<sup>269</sup> Conforme o link da entrevista de CHIVUKUVUKU, Abel. Que aborda sobre o Diagnóstico de Angola pelo Presidente da CASA-CE: Grande entrevista com. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=zS8vKmJm9XI>» acesso em 15 de jul. de 2016. In: Especial Zimbo. Luanda. 2016. Revisitado em 02 de fev. de 2021.

experiências de negociação entre Angola e África do Sul das décadas anteriores, mobilizando, então, em síntese, um acordo voltado para as forças internas angolanas e priorizando uma política interna e externa e de segurança com elevados investimentos<sup>270</sup>.

Superadas as imensas dificuldades impostas pela guerra civil com a Paz de Luena, em relação às suas relações bilaterais com África do Sul propriamente ditas, segundo Batsíkama (2019, p. 192), uma nova fase pode se inaugurar, de mais estabilização, ainda que as rivalidades persistissem e que o legado da fortaleza militar continuasse como estrutura central de projeto de Estado do futuro, mas agora dentro do jogo democrático e diplomático. Angola, assim, passou a instrumentalizar a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla original) como forma de buscar maior apoio para suas políticas regionais, enquanto a África do Sul lançava suas ambições extra regionalmente, em especial no contexto dos países emergentes e dos BRICS adentrando, ambos, no século XXI.

## CONCLUSÃO

O relacionamento de Angola com a África do Sul durante seu período mais conflitivo, de 1975 a 1989, acabou sendo estrutural para as dinâmicas regionais de poder na África Austral. Particularmente para Angola, a difícil gestão das relações bilaterais somou-se às condições impostas pela Guerra Fria e pela Guerra Civil que, essa, teve seus efeitos e combates durando até 2002.

Trata-se de uma história inaugurada mesmo antes de 1975, devido à forma como a luta pela independência e a gestão da saída de tal processo foi conduzida. Para além de um contexto de onde emergiram três movimentos propondo futuros diversos ao território angolano, os fracassos em torno dos Acordos de Alvor serviram de oportunidade para que se instalasse, desde o primeiro instante da proclamação de independência, a forma inaugural das relações bilaterais com Pretória: a oposição militarizada.

---

<sup>270</sup> Silva (2008, p. 27), Malaquias (2011, p. 6) e Roque (2013, p. 3). Ver, também: o Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo de Angola (2012-2017).

Sendo Kifangondo o primeiro contexto de choques, foi também o primeiro contexto em que os diferentes níveis de conflito se alinharam, trazendo uma complexidade para a realidade da África Austral que levaria décadas, e muitos custos materiais e em vida, para se resolver. Tal processo não se resumia apenas à transformação da luta por soberania e autonomia da parte das forças angolanas, mas também em uma luta solidária com relação a outras realidades ainda coloniais patrocinadas por Pretória e, finalmente, à luta contra o regime de *apartheid*.

O alinhamento de tais objetivos e realidades, para além dos interesses ideológicos e sobre as riquezas locais, criou oportunidades para que a oposição bipolar ganhasse vivos (e quentes) contornos na África, envolvendo atores, para lá dos Estados Unidos e da União Soviética, como China, Cuba e Alemanha Federal. O contexto de estabelecimento e evolução das relações bilaterais e da política do governo de Luanda para com a África do Sul deve, como visto, considerar tais complexidades quando analisado.

O próprio entendimento de sobre como as relações bilaterais belicosas evoluem para um enquadramento pacífico e democrático não depende apenas dos desejos expressos pelos líderes nacionais dos dois países, mas envolve a própria evolução (e fim) da Guerra Fria e as pacificações internas, inclusive na África do Sul com o seu regime de *apartheid*. Assim, se Kifangondo apresenta a reunião imediata de vários níveis (local, regional e global) de conflito, Cuito Cuanavale se revela apenas como a primeira etapa de um processo de saída de relações bilaterais angolano-sul-africanas belicosas, que envolveria, ainda, a ratificação das declarações de independência, a nova entente entre Washington e Moscou, a progressiva saída de Cuba do território angolano, as eleições de 1992 em Angola, a eleição de 1994 na África do Sul, uma nova partilha do poder em ambos os países e os diversos acordos diplomáticos que culminariam com a Paz de Luena em 2002. Confirmam-se, desse modo, as escalas e os níveis de aprendizado necessários que Angola e a África do Sul compartilharam na construção e reconstrução de seus programas nacionais durante e no pós-conflito.

O história recente da África Austral proporciona aprendizados diversos não exclusivos à região. Os processos que enveloparam Angola e África do Sul foram, e até hoje são, referenciados no âmbito das Nações Unidas como instrumentos essenciais na avaliação dos processos de resolução de conflitos no continente e fora dele.

A presente tese buscou um diálogo com trabalhos já desenvolvidos pela academia, especialmente com os de Piero Gleijeses, Westad, Cock & Nathan, George,

Miguel Júnior, Visentini, N'ganga, Thomas, Ramos, Savite, Velthuisen, Schmidt, Scholtz, Silva, Glória Ramos e José. Tal diálogo colocou-se a partir de duas considerações fundamentais: entender a história regional como uma história das relações internacionais e considerar o tempo histórico ao analisar o passado recente desses espaços. Sobretudo através do engajamento com os trabalhos de Velthuisen, Miguel Júnior, Castelano da Silva, Glória Ramos, Batsikama, Capoco e Savite ressaltou-se a importância das dinâmicas regionais para o entendimento da África Austral, justapondo-se, como escala, às já conhecidas dinâmicas da Guerra Fria e da Guerra Civil.

Particularmente, quanto ao caso angolano, pouca contribuição intelectual ainda é disponível que trate da estratégia angolana em relação às dinâmicas regionais no contexto da África do Sul, bem como a articulação interna ao regional e do regional ao interno. Tal qual o trabalho se propõe contribuir, ao analisar e considerar o processo de globalização mencionado, seus efeitos, como eventos importantes na caracterização da complexa rede de causalidades que mantinha Angola em uma tensa e militarizada relação com o vizinho sul-africano, limitando, em muitas ocasiões, a capacidade local de ação e de mudança de política regional.

A ambição de apresentar a complexidade que envolveu os processos históricos destacados ao longo da tese tinha ambições inicialmente maiores dos que os resultados apresentados. A análise das relações bilaterais havia sido imaginada lançando mão, também, de arquivos históricos diversos, incluindo os da África do Sul. Essa ambição não foi concretizada, porém, como prevista, tendo em vista as implicações impostas pela pandemia da Covid-19 durante o período dedicado à pesquisa de campo, o que levou a ajustes e a uma preferência pelo entendimento das relações bilaterais através da posição angolana.

Em suma, cabe apontar que os acontecimentos que se refletiram na África Austral com os atores destacados ao longo da tese apresentam uma grande complexidade de análise e interpretação. Assim sendo, afirma-se aqui que os equívocos de análise e interpretação proposto no estudo sejam de única responsabilidade do autor.

Apesar de todas as dificuldades de acesso a informação que pudessem fortalecer a bibliografia, acredita-se na possibilidade da continuidade do estudo, visto que, as futuras publicações que estão sendo preparadas pela *Office of The Historian* sobre a África Austral e demais instituições em aberturas que poderão viabilizar o acesso a informação em Angola, o acesso e o cruzamento de fontes junto dos arquivos da África

do Sul ou por meio da cooperação acadêmica com instituições sul-africanas, a produção e publicação bibliografias referentes, bem como abertura de uma perspectiva intelectual na academia angolana mais autônoma e menos atrelada às implicações do aparelho do Estado, tenha de fato possibilitar a continuidade do desenvolvimento da temática. E de certa forma permitir que as próximas gerações, cultivem o interesse e que possam desfrutar de um ambiente acadêmico mais privilegiado.

## **FONTES**

### **Arquivos Pesquisados**

Acervo Audiovisual da Rádio Despertar – Luanda Viana.

Acervo Público do Comité Central da FNLA – Luanda.

Acervo Público do Comité Central do MPLA

Arquivo Diplomático do Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX)

Arquivo Histórico da Fundação Dr. António Agostinho Neto

Arquivo Histórico de Angola / Arquivo Nacional de Angola

*Historical Documents (Office of The Historian, 2021) -Office of Historian dos Estados Unidos.*

*National Archives do Reino Unido.*

*Wilson Center Digital Archive International History Declassified (Wilson Center, 2021).*

### **Documentos**

1. *Meeting between Cuba and the Soviet Union, 'Reunión Bipartita Cuba-URSS',” March 10, 1987, History and Public Policy Program Digital Archive, Archives of the Central Committee of the Cuban Communist Party. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e Dossier No. 44. <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118094>*
2. *Memorandum of Conversation between Fidel Castro and José Eduardo dos Santos,” December 17, 1988, History and Public Policy Program Digital Archive, Archives of the Central Committee of the Cuban Communist Party. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44. <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118157>*
3. *Meeting between Cuba, the Soviet Union, and Angola, 'Tripartita Cuba - URSS - RPA',” January 27, 1986, History and Public Policy Program Digital Archive, Archive of the Cuban Armed Forces. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118079>*

4. *Mikhail Gorbachev to Fidel Castro,*” February 25, 1988, *History and Public Policy Program Digital Archive, Archive of the Cuban Armed Forces. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44.*  
<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118123>
  
5. *Meetings between Angola, Cuba, South Africa and the United States, 'Reuniones para lograr una solución al conflicto de la región del suroeste de Africa' #4-8,*” October, 1988, *History and Public Policy Program Digital Archive, Archives of the Central Committee of the Cuban Communist Party. Obtained and contributed to CWIHP by Piero Gleijeses and included in CWIHP e-Dossier No. 44.*<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118152>
  
6. SANTOS, José Eduardo dos. Discursos pronunciados durante o ano de 2010 por sua Excelência José Eduardo dos Santos. Presidente da República de Angola Volume V. **Secretariado do Bureau Político do MPLA.** Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise. Luanda. 2010.
  
7. *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report, South African Department of Justice* (1998).
  
8. Lei Constitucional da República Popular de Angola-revisado. 1978.
  
9. Lei Constitucional da República de Angola. 1992constituição da república de angola. Imprensa nacional. 2010.
  
10. NETO, A. Agostinho. Nada pode deter a nossa revolução. In: publicação periódica de discursos de dirigentes e documentos do partido. Centro de Orientação Revolução. MPLA. 1978.
  
11. \_\_\_\_\_. O mais importante é resolver os problemas do povo. In: publicação periódica de discursos de dirigentes e documentos do partido. Centro de Orientação Revolução. MPLA. 1978.
  
12. The Bicesse Agreement: UCDP, acesso 23. Jul. 2020.
  
13. NETO, António Agostinho. **Discurso da proclamação de Independência de Angola.** Luanda. 1975.



14. *Cfr. Address to the 43d Session of the United National General Assembly in New York, September 26, 1988. Archival Resources, Digital Library, Ronald Reagan Presidential Library.*
15. *Cfr. White House Statement on the President's Meeting With Jonas Savimbi of Angola, June 30, 1988, Archival Resources, Digital Library, Ronald Reagan Presidential Library.*
16. **CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA. Constituição da República de Angola de 2010.** Disponível em: « [www.mirex.gov.ao/download.aspx?id=533&tipo=legislacao](http://www.mirex.gov.ao/download.aspx?id=533&tipo=legislacao)» acesso aos 17 de Jan. 2017. Revisitado aos 23 de Jan. 2022 In: Ministério das Relações de Angola. Luanda. 2010.
17. *Cfr. Resolution 626 (1988) of December 1988. And Resolution 628 (1989) of 16 January 1989.*
18. *Cfr. Joint Statement on Soviet – United States Summit meeting, December 10, 1987. Archival Resources, Digital Library, Ronald Reagan Presidential Library.*
19. Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA (2008b, p.255).
20. Relatório do Comité Central do MPLA, 1º Congresso Ordinário (1977, pp.31, 33).
21. *Cfr. White House, Washington, Memorandum of conversation, meeting White Mobutu Sese Seko, Presidente of Zaire, February 24, 1989. Archival Resources, Digital Library, George Bush Presidential Library.*
22. Relatório do Ministério do Planeamento de Angola (2008, p. 09).
23. **LCRPA. Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975.** Disponível em: «<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>» acesso aos 17 de ago. 2015.

### **Sites, Entrevistas em Mídia**

ANGOLA. Assinatura do acordo de paz entre o Governo de Angola e a UNITA (1991 - Video Histórico) disponível em: [Assinatura do acordo de paz entre o Governo de Angola e a UNITA \(1991 - Video Histórico\) - YouTube](#). Acesso aos 22 de mar. de 2016. Revisitado em 02 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. Batalha do Cuito Cuanavale Angola / Battle of Cuito Cuanavale Angola. Disponível em: [Batalha do Cuito Cuanavale Angola / Battle of Cuito Cuanavale Angola - YouTube](#) acesso aos 21 de out. de 2018. Revisitado aos 04 de mar. 2022.

ASSUNÇÃO DOS ANJOS. Diplomacia - Maio - Bloco 1 No Diplomacia, duas entrevistas exclusivas com os chanceleres de Portugal, Luís Amado, e de Angola, Assunção dos Anjos. **TV Senado, Brasil**. Disponível em: [Diplomacia - Maio - Bloco 1 - YouTube](#). Acesso aos 24 de out. de 2020. Entrevista cedida em 2008.

CHICOTI, Georges Rebelo. **Grande entrevista com o Ministro das Relações Exteriores Georges Rebelo Chicoti**. Análise da diplomacia angolana. Disponível em: [TPA Global: Análise da Diplomacia Angolana em 2016 e Perspectivar 2017, Georges Chikoti, 14JAN2017 - YouTube](#) revisitado em em: 15 de set. de 2021. *In*: Grande Entrevista. Luanda. 2016.

CHIVUKUVUKU, Abel. **Diagnóstico de Angola pelo Presidente da CASA-CE**: Grande entrevista com. Disponível em: [«Presidente Abel Abel Chivukuvuku, Especial Tv Zimbo - YouTube](#). Acesso em 15 de jul. de 2016. Revisitado em 02 de mar. de 2022. *In*: **Especial Zimbo**. Luanda. 2016.

LUKAMBA, Paulo Gato. **General Gato aborda diplomacia de Jonas Savimbi**. Disponível em: [General Gato aborda diplomacia de Jonas Savimbi - YouTube](#). Acesso aos 20 de dez. de 2019. Lunada. 2019.

MALAQUIAS, Bela. **Café da Manhã 2020 com Bela Malaquias, jurista e radialista**. Disponível em: [Café da Manhã" 2020 com Bela Malaquias, jurista e radialista - YouTube](#). Acesso aos 10 de abr. 2021. Revisitado aos 02 de mar. de 2022.

MARTINS, Ismael. entrevista do jornalista José Rodrigues, sobre **o percurso político e a experiência da diplomacia angolana ao nacionalista e Embaixador Ismael Martins**, pela Rádio Luanda Antena Comercial (LAC) durante o programa Café da Manhã em 2019. Disponível em: [Café da Manhã" 2019 com Ismael Martins, político e diplomata - YouTube](#). Acesso aos 10 de janeiro de 2020. Revisitado aos 02 de mar. de 2022.

NASCIMENTO, Lopo. **Lopo do Nascimento revela segredos da independência em Angola**. Disponível em: [EXCLUSIVO: Lopo do Nascimento revela segredos da independência em Angola - YouTube](#). Acesso aos 20 de jul de 2021.

\_\_\_\_\_. Lopo. Disponível em: [Angola Exclusivo - Discurso de Retirada de Lopo do Nascimento - YouTube](#). Acesso aos 10 de abr. 2021. Revisitado aos 04 de mar. 2022.

N'DACHALA, Marchal. Conforme a entrevista opleta onde o autor aborda sobre o Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional. Disponível em: [O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional - YouTube](#). Acesso aos, 20 de mar. de 2020. Revisitado aos 04 de mar. de 2022.

N'TONI A NZINGA, Reverendo Daniel disponível em: [Grande Entrevista com o Rev Daniel Ntoni a Nzinga \(I parte\) - YouTube](#). Acesso aos 20. jun de 2020. Revisitado em 02 de mar de 2022. **Grande Entrevista** o Rev Daniel Ntoni a Nzinga (I parte) Em abordagem: o percurso e a visão do pastor sobre vários processos políticos, sociais, que aconteceram em Angola. E em segundo momento disponível em: [DEBATE LIVRE OS](#)

CONFLITOS POLÍTICOS EM ANGOLA ENTRE 1975 A 2002 - YouTube. Acesso aos 09 de out de 2019.

RTP. **Vida em Angola em 1991/1992 (Pós Acordo de Paz e Pré-Eleições)**. Disponível em: Vida em Angola em 1991/1992 (Pós Acordo de Paz e Pré-Eleições) - YouTube. Acesso aos 29 de jan. de 2020. Revisitado aos 03 de mar. de 2022.

SAMAKUVA, Isaiás **TPA: Grande entrevista com o Presidente da UNITA** Isaiás Samakuva. Disponível em: 1ª YouTube e 2ª YouTube. Acesso aos 19 de nov. 2016: *In: Televisão Pública de Angola*. Revisitado aos 02 de mar. de 2022. Luanda.2016.

SAMAKUVA, Isaiás **TPA: Grande entrevista com o Presidente da UNITA** Isaiás Samakuva. Disponível em: [«https://www.youtube.com/watch?v=2Qb4MFilgeI»](https://www.youtube.com/watch?v=2Qb4MFilgeI) acesso aos 19 de nov. 2016: *In: Televisão Pública de Angola*. Luanda.2016.

SANTOS, José Eduardo dos. **Comício José Eduardo dos Santos - Angola, 1992**. Trecho do programa de propaganda de José Eduardo dos Santos, candidato do MPLA a presidente de Angola em 1992. Disponível em: Comício José Eduardo dos Santos - Angola, 1992 - YouTube acesso aos 12 de jun de 2018. Revisitado aos 02 de mar. 2022.

SANTOS, José Eduardo dos. SIC. **Presidente de Angola fala pela primeira vez a TV**. Disponível em: [«https://www.youtube.com/watch?v=jQYKdv5X1zg»](https://www.youtube.com/watch?v=jQYKdv5X1zg) acesso aos 25 de dez. 2016. *In: Sociedade Independente de Comunicação (SIC-PT)*. Luanda. 2013.

SAVIMBI, Jonas M. **Jonas Savimbi - Uma vida por Angola e pelos Angolanos – Parte 1**. Disponível em: (Documentário) Jonas Savimbi - Uma vida por Angola e pelos Angolanos - Parte 4 - YouTube. Acesso aos 10 de outubro de 2021. Disponibilizado pela TV Raiar. 1992.

SAVIMBI, Jonas M. **Comício de Jonas Savimbi no Cuanza-Sul - Angola, 1992 (3)**. Disponível em: Comício de Jonas Savimbi no Cuanza-Sul - Angola, 1992 (3) - YouTube. Acesso aos 12 de jun de 2018. Revisitado aos 02 de mar. de 2022.

SAVIMBI, Jonas Malheiro. **O Estado de Angola, 20 anos após a independência EP3**. Disponível em: O Estado de Angola, 20 anos após a independência EP3 - YouTube. Acesso aos 19 de abr. de 2019. Revisitado aos 03 de mar. 2022.

YEMBE, Antero José Kafuna. **Café da Manhã com Antero Kafuna Yembe, comandante militar da UNITA, ex guarda costas de Savimbi**. Disponível em: "Café da Manhã" 2019 com Antero Kafuna Yembe, ex-guarda-costas de Savimbi - YouTube. **Rádio LAC/ORION/programa Café da Manhã**. Acesso aos 24 de set. de 2019. Luanda (17.Abril.19).

VENÂNCIO, António. **GOZAtv com T.C apresenta António Venâncio**. Disponível em: GOZAtv com T.C apresenta ANTÓNIO VENÂNCIO - YouTube acesso aos 19 de dez. de 2021. Revisitado aos 02 de mar. de 2022.

## **Jornais**

ESTADÃO: Brasil atuou na Guerra civil de Angola. Disponível em: «<https://internacional.estadao.com.br/noticiass/geral,brasil-atuou-na-guerra-civil-de-angola,70002852761>» acesso aos 24 de jul. de 2019. Revisitado, 13 de nov. 2021.

NOVO JORNAL: Brasil entrou na Guerra civil em Angola ao lado de Holden Roberto e contra o MPLA. Disponível em: «<https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/brasil-entrou-na-guerra-civil-em-angola-ao-lado-da-fnla-de-holden-roberto-contra-o-mpla-de-agostinho-neto-investigação-71090.html>» acesso aos 28 ago. de 2019. Revisitado, 13 nov. 2021.

## **Entrevistas ao autor**

- 1- ANÓNIMO-1. Entrevistado “Anônimo 1” (ex-integrante das FAPLA, alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores de Angola e antigo Diretor para África e Ásia), em entrevista concedida a João Jovita em novembro de 2020.
- 2- ANÓNIMO-2. Entrevistado “Anônimo 2” (Professor e Membro do Comité Central do MPLA), em entrevista concedida a João Jovita em maio de 2020.
- 3- ANÓNIMO-3. Entrevistado “Anônimo 3” do Gabinete de Comunicação e Documentação do Arquivo Diplomático do Ministério das Relações de Angola (MIREX), em entrevista concedida a João Jovita no dia 19 de agosto de 2020.
- 4- ANÓNIMO-4. Entrevistado “Anônimo 4” (Ator histórico envolvido no processo de independência e consolidação do Estado Angolano e atualmente deputado junto à Assembleia Nacional de Angola pelo grupo parlamentar da UNITA), em entrevista concedida a João Jovita em outubro de 2020.
- 5- ANÓNIMO-5. (ex-integrante do alto comando do ELNA-FNLA), em entrevista concedida a João Jovita em dezembro de 2020.
- 6- Ten. General. MIGUEL JÚNIOR. Director do Instituto Superior Técnico Militar. ISTM / Angola. Em entrevista concedida a João Jovita em janeiro de 2021.
- 7- Entrevistado. TRISTÃO ERNESTO: Membro do bureau político central da FNLA e antigo chefe do gabinete de Holden Roberto e candidato a presidência da FNLA 2021.
- 8- Entrevistado. COMANDANTE CUNHA Neto- General. Chefe Co-Fundador da Polícia da República do Governo do presidente Agostinho Neto, 25 anos de responsável do corpo diplomático da UPD, aos 22 anos responsável pela Polícia do Corpo Presidencial e durante 1975 e 1982 responsável pelo Arquivo Histórico Nacional actual Arquivo Nacional de Angola. Membro do Comité Central do MPLA. Em entrevista concedida a João Jovita em agosto de 2021.
- 9- Entrevistado. Senhor MENEZES ANTÓNIO – Nacionalista e chefe de logística militar pelo ELNA-FNLA. Em entrevista concedida a João Jovita em julho de 2021

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros e capítulo de livros

- ANSTEE, Margaret Joan. **Órfão da Guerra Fria: Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93**. 1 Edição. Campo das Letras. Porto. 1997.
- ARCHER, Renato. San Tiago e Política Externa Independente. In San Tiago – Vinte Anos Depois. Rio de Janeiro: (Coleção Debates; v.1). Paz e Terra. 1985.
- BATSIKAMA, Patrício. **O Legado de José Eduardo dos Santos para a 3ª República**. Luanda. Mayamba Editora. 2017.
- \_\_\_\_\_. Nação e Nacionalidade e nacionalismo em Angola. Luanda. Mayamba Editora. 2016.
- BENGUI, António Lungieky Pedro. **Experiência Constitucional angolana e a justificação dos direitos fundamentais**. Mayamba Ed. Luanda. 2012.
- BRENER, Jayme. Trinta Anos de Não-Alinhados. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Mar. 1987.
- BORAINE, Alex. A country Unmasked: *inside South Africa's Truth and Reconciliation Commission*, 2001.
- COOCK, Jacklyn and NATHAN, Laurie. *War and Society. The militarisation of South Africa*. Publisher Ltd. New York. 1989.
- DROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais**. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães. Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000. 484 p.
- DOXTADER, Erik and SALAZAR, Philippe-Joseph. Truth and Reconciliation in South Africa. The fundamental documents, Cape Town: New Africa Books, 2008.
- FONSECA Jr., Gelson. Mundos diversos, argumentos afins. Notas sobre os aspectos doutrinários da PEI e o Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José A. G.; Gonçalves, Williams; Miyamoto, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 6, n. 12, 1993, p.211-243.
- FRANK, Robert. *Pour l'histoire des relations Internationales*. Presses Universitaires de France. Paris. 2012.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, M. **Política Externa as relações internacionais em mudança.**Coimbra. 2011.

GEORGE, Edward. *The Cuban intervention in Angola, 1965–1991 From Che Guevara to Cuito Cuanavale.* Frank Cass. London. New York. (2005),

GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976.* Chapel Hill: The University of South Carolina Press. 2002.

\_\_\_\_\_. *Visions of freedom. Havana, Washington, Pretoria, and the struggle for Southern Africa 1976-1991.* The University of North Carolina Press. 2013.

GONZÁLEZ, Yoslán Silveiro. *África Ocidental: crises vs estabilidade política.* Livraria Palmarinca. Porto Alegre. 2018.

GOOT, Richard. Cuba uma nova história. Tradução Renato Aguiar. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro. 2006.

JACKSON; Robert H. SORENSEN, Georg. **Introdução às relações Internacionais: teorias e abordagens.** Tradução Bárbara Duarte. Zahar. Rio de Janeiro. 2013.

KENT'S, John. *America the UN and decolonization: Cold war conflict in Congo* (2010), New York: Routledge;

KEYLOR, William R. **A world of Nations: the international History.** 4ª ed. New York: Oxford University, Press. 2009.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. *From Strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies.* In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C (Ed.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases.* Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997.

LUMUMBA, Patrice. *Congo my coutry* (1962), New York: Praeger;

MELO, Ovídio de Andrade. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty. Relatos de política externa de 1948 a atualidade.** Brasília: Funag, 2009.

MIGUEL JÚNIOR. Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA) primeiro exército nacional (1975-1992). Prefácio. Lisboa. 2007.

- \_\_\_\_\_. **A guerra na África Austral: Análise da estratégia total nacional da África do Sul (1948-1994)**. Mayamba editora. Luanda. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Génese do pensamento estratégico angolano**. Mayamba Editora. Luanda. 2019.
- MOON, Claire. *Narrating Political Reconciliation: South Africa's Truth and Reconciliation Commission*. 2008.
- N'GANGA, João Paulo. **O pai do nacionalismo angolano: as memórias de Holden Roberto 1923-1974**. São Paulo. Editora Parma. 2008.
- PENNA FILHO, Pio. Crescimento Econômico e Estabilidade Política, Neocolonialismo: dependência e interdependência. *In: História da África e Relações com o Brasil*. JORGE, Nedilson (org). Brasília. FUNAG. 2018.
- PINTINHO, Zeferino Cariço André. **Angola no processo das forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau**. Luanda. Mayamba editora. 2015.
- RAMOS, Justino da Glória. **Angola pelos caminhos da paz: guerra e diplomacia (1975-2002)**. Mayamba Ed. Luanda. 2018.
- RENOUVIN, Pierre; DOROSSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. Difusão Europeia do Livro. São Paulo. 1967.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária**. Editora Unesp. São Paulo. 2000.
- SAVITE, Adilson Chissapa. **Angola no novo contexto das relações internacionais (1961-1991)**. Lobito: Escolar Editora. 2014.
- SCHMIDT, Elizabeth. *Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the war on terror*. Cambridge Press. New York. 2013.
- SCHOLTZ, Leopold. *The SADC in border war 1966 – 1989*. Tafelberg. Cape Town. 2013.
- SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. FUNAG. Brasília. 2008.

THOMAS, M. Callaghy. *South Africa in Southern Africa: the intensifying vortex of violence*. 1983.

TUTU, Desmond. *No Future whithout forgiveness*. 2000.

VILALVA, Mário. **África do Sul: do isolamento à convivência, reflexões sobre a relação com o Brasil**. FUNAG. Brasília. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Editora UNESP. 2012.

WEISSMAN´S, Stephen. *Chief of Station (CIA), Congo: fighting the Cold War in hot zone* (2007), New York: **Public Affairs**.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third world interventions and making o four times. 15thprinting*. Cambridge Univertsiy Press. 2019.

### Artigos

ADEBAJO, Adekeye. Tem prophets of Pax Africana. In Global Dialogue. Vol. 12.2. Midrand **Institute for Global Dialogue**.2007

ALMEIDA, Roberto Paulo de. Bases conceituais de uma política doméstica. **Fundação Konrad Adnauer**. ISBN: 978-85-7504-138-3; p.228-243. Rio de Janeiro. 2009.

BERNADINO, Luís Manuel Brás. The Role of Angolan armed forces in the African regional security architecture. *Defense Review, the central jornal of the hungrian defence forces*. n, 143. 2015.

BROUN, Kenneth S. Saving Nelson Mandela: The Rivonia Trial and the Fate of South Africa. Oxford University Press, USA, 2012.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. Política externa regional de Angola:mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.4, n.7, | p.139-172.jan. /jun. 2015

\_\_\_\_\_. *Explaining Co-operation and Conflict in Southern Africa: State-building, Foreign Policy and Regional Order*. **Contexto Internacional**. vol. 38(2) May/Aug 2016.



COHRS, Patrick O. *Pax Americana*: the United States and the transformation of the 20th century's global order. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 61 (2), 2018.

FERREIRA, Manuel Ennes. “*Realeconomie e realpolitik* nos recursos naturais em Angola”. **Relações Internacionais**. Lisboa. 2005.

GODBERG, Denis. *A life for Freedom: the mission to end racial injustice in South Africa*. University Press of Kentucky. 2016.

HATEMI, Peter K. *A Neurobiological Approach to Foreign Policy Analysis: Identifying Individual Differences in Political Violence*. **Foreign Policy Analysis**. **8**, 111–129. 2012.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa. 1995. “*The Promise of Institutional Theory*”. **International Security**, vol. 20, n. 1, 39-51. MEARSHEIMER, John J. “A Realist Reply”. **International Security**, vol. 20, n.1, 82-93.

JACKSON, Asheley. The Impact of the Cold War and New Scrambles for Africa. **Journal of Southern African Studies**, Volume 36, Number 1, Mar. 2010.

LEÃO, Ana. *Different opportunities, different outcomes – Civil war and rebel groups in Angola and Mozambique*. **German Development Institute**. 2007.

MILLER, Jamie. *Yes, Minister. Reassessing South Africa's Intervention in the Angolan Civil War, 1975–1976*. **Journal of Cold War Studies**. 15:3 (summer, 2013).

MOREIRA DE SÁ, Tiago. *The World Was Not Turning in Their Direction*: The United States and the Decolonization of Angola. **Journal of Cold War Studies**, Vol. 21, No. 1: 52-65. 2019.

PEGADO, Aida. Angola como potência regional emergente: Análise dos factores estratégicos. **Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais** [online], 4 (8) | 2014.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *Cuba's foreign policy towards Africa: idealism or pragmatism?* **Brazilian Journal of African Studies**. v.1, n.2, Jul./Dec. 2016.

PINHEIRO, L. Ao vencedor, as batatas - O reconhecimento da independência de Angola. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 1, p. 83-120, 2007.

SOUSA, Ricardo Real P. *Greed, Grievance, Leadership and external interventions in the initiation and intensification of civil war in Angola*. *Observare*. Vol. 7 n. 1, may-oct. 2016, pp. 73-95.

TAYFUR, Fatih. *Main approaches to the study of foreign policy: a review*. *METU Studies in Development*, 21 (1) 113-141. 1994.

WESTAD, Odd Arne. *Moscow and the Angolan Crisis, 1974-1976: A New Pattern of Intervention*. *Cold War international history project bulletin*. 1997.

VELTHUIZEN, Andreas. *The significance of the battle for Cuito Cuanavale: long-term foresight of the current strategic landscape*. *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies*, Vol 37, Nr 2, 2009.

### **Teses e Dissertações**

AMBRÓSIO, H. S. Afonso. *Desenvolvimento econômico, integração comercial e desigualdades regionais: Angola no contexto da África Austral*. **Dissertação de Mestrado** defendida na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2014.

GINGA, Damião Fernandes Capitão. *Angola e a complementaridade do mar: o mar enquanto fator geoestratégico de segurança, defesa e de afirmação*. **Tese de Doutorado** defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 2014.

GRILO, António Manuel de Matos. *A Geopolítica de Angola: Dinâmicas de Afirmação num Quadro Regional*. **Curso de Estado Maior**. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa. 2009.

JOSÉ, Joveta. *A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*. **Tese de Doutorado** defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.

JOVITA, João Baptista de. *A política externa de Angola e as estratégias atuais*. **Dissertação de Mestrado** defendida na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2017.